

COLEÇÃO

Reflexões dos brasís

INDEPENDÊNCIAS E SOCIABILIDADES NOS BRASIS

ORGANIZADORES
ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO
DAVI AVELINO LEAL

VOLUME
1



EDUESPI

INDEPENDÊNCIAS E SOCIABILIDADES NOS BRASIS

1

COLEÇÃO
Sertões
dos
brasís

INDEPENDÊNCIAS E SOCIABILIDADES NOS BRASIS

ORGANIZADORES
ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO
DAVI AVELINO LEAL



EDUESPI

2023

Independências e Sociabilidades nos Brasis

1

Coleção
Sertões dos Brasis

**Antonio Alexandre Isidio Cardoso
Davi Avelino Leal
(Orgs.)**

Independências e Sociabilidades nos Brasis

2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DOPIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Autores **Revisão**
Acadêmica Editorial **Capa / Diagramação**
Acadêmica Editorial **E-book**

I35 Independências e sociabilidades nos Brasis / Antonio Alexandre Isidio Cardoso, Davi Avelino Leal, organização. — Teresina: EdUESPI, 2023.
240 p. — (Coleção Sertões dos Brasis; v.1).

ISBN versão digital: 978-65-88108-81-9
ISBN versão impresso: 978-65-88108-87-1

1. História do Brasil. 2. Independência. 3. História Social.
I. Cardoso, Antonio Alexandre Isidio. II. Leal, Davi Avelino.
III. Título.

CDD: 981

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região / 1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

Pareceristas

Alcebiades Costa Filho (UESPI/ UEMA)

Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)

Antônio Alexandre Isidio Cardoso (UFMA)

Assunção de Maria Sousa e Silva (UESPI)

Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Daniel Vasconcelos Solon (UESPI)

Davi Avelino Leal (UFAM)

Elias Sacramento (UFPA)

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Iraneide Soares da Silva (UESPI)

Lucineide Barros Medeiro (UESPI)

Marcia Milena Galdez Ferreira (UEMA)

Maria da Vitória Barbosa Lima (UESPI)

Raimundo Erundino Santos Diniz (UNIFAP)

Salania Maria Melo Barbosa (UESPI/ UEMA)

SUMÁRIO

Coleção Sertões dos Brasis	9
<i>Cristiana Costa da Rocha</i>	
<i>José Damião Rodrigues</i>	
Perspectivas da Independência e dimensões das sociabilidades a partir do Norte do Império	11
<i>Antonio Alexandre Isidio Cardoso</i>	
<i>Davi Avelino Leal</i>	
O sentido de “ser” brasileiro e português: a concepção de identidade de acordo com o projeto Reformista Ilustrado português (1750-1822).....	19
<i>Francisco de Assis de Sousa Nascimento</i>	
<i>Joel Marcos Brasil de Sousa Batista</i>	
Trajetoira do negociante “português” Antonio José Pinto nas páginas de O Conciliador (1821-1823).....	37
<i>Marcelo Cheche Galves</i>	
<i>Lorrane Costa Ribeiro</i>	
“Saiu vossa excelência eleito deputado”: “cidadãos” entre a província do Maranhão e o Rio de Janeiro (1825-1829).....	51
<i>Mário Augusto Carvalho Bezerra</i>	
Varia Fortuna de um Soldado Português: A Construção da Imagem do Major João José Da Cunha Fidié na História do Piauí (1907-1979)	67
<i>Samuel Jorge Barreto</i>	
<i>Johny Santana de Araújo</i>	
Abdias Neves: Sertão e sertanejos entre Guerras e Batalhas dos Brasis da Independência	85
<i>Ana Maria Bezerra do Nascimento</i>	
Violência, Conflitos e Resistência: Escravos nos Noticiários Jornalísticos do Piauí de 1848-1885.....	101
<i>Anderson da Silva Machado</i>	

Anúncios de fugas de escravizados no Diário do Maranhão (1855-1880).....	117
<i>Caio Matheus Lima da Silva</i>	
<i>Antonio Alexandre Isidio Cardoso</i>	
O debate sobre a construção das políticas emancipacionistas no Piauí (1884 - 1885)*: A política do Elemento Servil.....	133
<i>Chrigor Augusto Liberio</i>	
Em nome da Senhora da Conceição: O processo de definhamento da irmandade Tremembé de Almofala-CE	155
<i>Maria Marciene Andrade de Oliveira</i>	
<i>Beatriz Oliveira Fontenele</i>	
Da crônica da extinção ao protagonismo indígena na História do Piauí.....	171
<i>Rebeca Freitas Lopes</i>	
<i>Tatiana Gonçalves de Oliveira</i>	
Trabalho e pobreza em Baturté: usos e abusos dessa condição	187
<i>Igo Barbosa Pereira</i>	
Estrangeiros e economia monetária no Ceará provincial: comércio e precariedade do meio circulante (1850-1858).....	203
<i>Paulo Regis da Silva Albuquerque</i>	
Menções aos conflitos entre tropas militares e populações subalternizadas do Maranhão oitocentista nos Relatórios de Presidente de Província.....	217
<i>Natália Gomes de Andrade Silva</i>	
<i>Antonio Alexandre Isidio Cardoso</i>	
Sobre o(a)s organizadore(a)s e o(a)s autore(a)s	228
Índice Remissivo	233

COLEÇÃO SERTÕES DOS BRASIS

Os livros que integram a Coleção Brasis são resultado dos trabalhos de estudantes de Pós-Graduação e docentes de ensino básico e superior, submetidos ao Seminário Internacional Independências dos Brasis e I Seminário Interdisciplinar em Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí, em agosto de 2022, integrado ao Calendário da Adesão do Piauí à Independência do Brasil. O evento resultou da parceria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Núcleo de Documentação e Estudos em História Sociedade e Trabalho, UESPI, e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através da sua Área de História e do Centro de História da Universidade de Lisboa, tendo como objetivo propor debates em torno do projeto de Independência dos Brasis, com ênfase nas questões relacionadas à construção de territórios e fronteiras regionais, as independências do mundo atlântico, portuguesa, espanhola e francesa, escravização e liberdade.

A complexidade temática apresentada no contexto do Duocentenário da Independência do Brasil e revela novos desafios como nos aponta caminhos para pensar o Brasil entre o passado histórico colonial e a contemporaneidade. As interfaces do Brasil, passado e presente, se entrecruzam para responder a questões urgentes que atravessam a história, o passado escravocrata; o presente, que submete homens livres à condição de trabalho escravo; o racismo estrutural; as fronteiras dos Brasis, como foram pensadas historicamente e como nos definiram enquanto nação; e as interfaces com a América Latina. Na certeza de que o saber e a informação produzidos de forma coletiva são sempre potencialmente produzidos

de forma difusa e interativa, os livros reúnem pesquisadores comprometidos com o debate sobre Brasil e América Latina em perspectiva multidisciplinar.

Os textos foram organizados em 05 livros temáticos - 01) *Independências e Sociabilidades nos Brasis*; 02) *Historiografia e Ensino em Perspectiva Decolonial*; 03) *Educação e Questão Agrária nos Brasis*; 04) *Brasis: Terra, Trabalho e Natureza*; 05) *Cultura, Literatura e Outras Artes nos Brasis*.

Nossos cumprimentos e agradecimentos à CAPES pelo apoio financeiro para realização do evento e publicação da Coleção. Estendemos os cumprimentos ao Centro de História da Universidade de Lisboa, e pesquisadores ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da UEMA e Programa de Pós-Graduação em História da UFPA pelo apoio e envolvimento dos seus professores na elaboração destes livros.

Convidamos o leitor a adentrar interpretações plurais e fragmentadas dos Brasis, que fazem desta coletânea um esforço coletivo de uma geração de autores para dar visibilidade às suas pesquisas, em andamento e outras já concluídas, que, sem dúvida, constituem contribuições originais para o universo acadêmico.

Cristiana Costa da Rocha – UESPI

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. É professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/ Campus Poeta Torquato Neto. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI/CNPQ.

José Damião Rodrigues – Universidade de Lisboa

Tem doutorado em História pela Universidade de Açores. É professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Diretor do Programa de Doutorado em História Marítima da Universidade de Lisboa. Possui experiência nas áreas de História e Ciências Sociais. Foi membro do Editorial Board da Série *European Expansion and Indigenous Response*, da editora Brill. Tem bibliografia publicada em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Brasil, Argentina, Peru, Colômbia e Estados Unidos da América.

PERSPECTIVAS DA INDEPENDÊNCIA E DIMENSÕES DAS SOCIABILIDADES A PARTIR DO NORTE DO IMPÉRIO

Antonio Alexandre Isidio Cardoso
Davi Avelino Leal

Os recentes estudos sobre os processos de Independência do Brasil têm revelado a diversidade de experiências históricas acerca dos desdobramentos políticos e sociais da separação formal do Brasil da antiga metrópole portuguesa. Nas regiões do Norte do Império, os laços com a Corte recém-chegada eram frágeis e fortuitos, demonstrando a rarefeita vinculação política e econômica entre o Grão-Pará e o Maranhão com o Rio de Janeiro.

O clássico argumento de que a Independência do Brasil se deu em um processo pacífico e sem grandes questionamentos, orquestrado por uma elite intelectual diligente e coesa, logo, promotora da ordem, não se sustenta mais. A trágica experiência ocorrida no Grão-Pará em 1823, em que 252 marinheiros foram asfixiados, cobertos de cal, no porão de um navio de guerra (Brigue Palhaço) estacionado na frente de Belém, revela a violência e o silenciamento dos grupos contrários (PINHEIRO, 1998). Na ocasião, grupos liberais formados por civis e militares locais protestaram contra a manutenção do poder político nas mãos dos comerciantes portugueses. A resposta da Corte foi o envio de um navio de guerra para reprimir qualquer insubordinação ou revolta. A adesão do Maranhão à independência trilhou também caminhos de discordância. Havia uma longa presença de potentados portugueses na terra, com interesse na manutenção de ligações políticas e comerciais com o reino. Mas, sua resistência não teve

êxito diante das tropas que marcharam do Piauí e do Ceará para debelar os refratários. O golpe final viria com a chegada do mercenário Lord Cochrane, contratado por D. Pedro I, comandante de esquadra “pacificadora” de áreas rebeldes do Império nos anos imediatamente após a independência (COCHRANE, [1859] 2003).

Essa experiência, assim como outras de mesma monta, logo frustraram o conjunto de expectativas geradas entre as elites locais que almejavam o controle político das províncias e a hegemonia no trato comercial. Para os escravizados, indígenas e os submetidos ao trabalho compulsório, a Carta Magna de 1824 silenciou, desembocando em uma série de questionamentos e guerras civis que atravessariam a década de 1830. A adesão (PINHEIRO, 2000; RICCI, 2004) ou anexação (BARRIGA, 2014) do Grão-Pará ao Império do Brasil se deu no meio de turbulências e punições, contribuindo para um discurso recheado de ressentimentos e plasmado na ideia de que os nascidos no Norte do Império seriam cidadãos de segunda categoria.

A historiografia sobre a independência tem revelado novas facetas e outras dimensões desse processo. O primeiro argumento foi mostrar que as dinâmicas sociais, políticas e econômicas vividas nos sertões ao Norte dos territórios portugueses na América se diferenciavam das experiências construídas em regiões de *plantation*. Embora essa tese já estivesse presente nos textos de Arthur Cezar Ferreira Reis (REIS, 1940), foi somente com os trabalhos acadêmicos produzidos no final da década de 1980 e início da década de 1990 que esse argumento ganhou força (SANTOS, 1995).

Tal argumento aponta para distinções e complexidades das experiências dos mundos do trabalho da escravidão nos Brasis, instituição que se fortaleceu com crescimento do tráfico de pessoas, sobretudo oriundas do continente africano, nos decênios logo após a Independência. A instituição, que já

permeava interesses econômicos de Norte a Sul, influenciava sociabilidades e rotinas tanto de pessoas livres como escravizadas, sobretudo de populações negras, indígenas e mestiças.

Atualmente, as pesquisas tem levantado novas perspectivas analíticas desse processo, iluminando a atuação de grupos e a trajetória de sujeitos que construíram suas experiências de reivindicação e luta no contexto da independência ou no pós-independência. Para dar conta da pluralidade desses novos olhares foi pensado o Seminário Internacional sobre as Independência dos Brasis, organizado no âmbito do I Seminário Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Os textos contemplados no presente volume dão conta dessas experiências de independência e sociabilidades nesses múltiplos Brasis em construção. São trabalhos resultantes de recortes específicos de pesquisas de monografia, iniciação científica, dissertações e teses de doutorado que verticalizam discussões no campo da história política, história social da escravidão, história indígena e do indigenismo, dentre outras temáticas de grande interesse para o entendimento de facetas do processo de independência e seus desdobramentos na formação do Estado Nação.

Abrimos a coletânea com o texto de Francisco de Assis de Sousa Nascimento e Joel Marcos Brasil de Sousa Batista, com reflexões sobre os impactos do Reformismo Ilustrado português na colônia nos decênios que antecederam à independência. Os autores analisam os significados polissêmicos do ser “brasileiro” e português, ajuizando sobre o incipiente e ainda rarefeito sentimento de identidade constituído. Tais argumentos foram elaborados a partir da leitura crítica dos escritos de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho inseridos nos textos políticos econômico e financeiro (1993) e de José Joaquim Carneiro, presentes nos documentos para a história da independência (1923). Na sequência, temos o trabalho de Marcelo Cheche Galves e Lorrane Costa Ribeiro sobre a trajetória do negociante

“português” Antonio José Pinto a partir das páginas do jornal O Conciliador. Os autores recuperam os embates que perpassaram as disputas entre brasileiros e portugueses no Maranhão entre 1821 e 1823. Contexto em que o comerciante “português” Antonio José Pinto teve muitos dos seus bens sequestrados e amargou prejuízos com a independência. Ainda nessa seção, Mário Augusto Carvalho Bezerra investiga a atuação política no Maranhão e no Rio de Janeiro de Francisco Martins e Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo e Manuel Odorico Mendes – cidadãos políticos eleitos para o cargo de deputado para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, instalada em 1826.

Na segunda seção, o enfoque recai sobre o Piauí no contexto das tensões do processo de independência. O estudo de Samuel Jorge e Johny Araújo desvela indicativos sobre as construções historiográficas sobre a figura de Major João José da Cunha Fidié acionando estudos de Abdias Nascimento e de Odilon Nunes. Conforme os autores, observou-se que a produção historiográfica edificou narrativas epopeicas em que os piauienses foram alçados à posição de heróis, mártires e patriotas, em detrimento de João da Cunha Fidié, representado como vilão no imaginário da sociedade piauiense. Outro estudo com temática semelhante e que analisa o debate historiográfico sobre a Guerra do Jenipapo e os escritos de Fidié tem como autora Ana Maria Bezerra Nascimento. Recuperando os escritos de Abdias Neves sobre a A Guerra do Fidié, a autora ressalta a atualidade do debate sobre a Guerra do Jenipapo e suas dimensões sócio-históricas presentes no processo de independência no sertão piauiense.

Na sequência está posicionado um conjunto de artigos que tratam da temática da escravidão e de formas de resistência de populações tolhidas pelo cativo. A seção tematiza elementos de sociabilidades presentes no cotidiano de escravizados, com foco nos seus dilemas diante da violência imbricada à manutenção do sistema, que persistiu como base fundamental

da economia ao longo do período imperial. O artigo de Anderson da Silva Machado traz reflexões sobre a escravidão na Província do Piauí, atravessada por relações socioeconômicas ambientadas num cotidiano agropastoril, tendo a criação de gado como sua principal forma de reprodução. O autor analisa diversos impressos oitocentistas, com recorte de 1848 a 1885, fazendo uma leitura crítica das representações da escravidão nos periódicos, enfocando ocasiões de conflito, violência e sobretudo episódios de fugas de escravizados. Com abordagem e fontes semelhantes, segue o estudo de Caio Matheus Lima da Silva e Antonio Alexandre Isidio Cardoso, concentrado na análise crítica dos anúncios de fuga de escravizados levantados através de pesquisa no Diário do Maranhão, entre 1855 e 1880, periódico publicado na cidade de São Luís. O esforço de investigação apresenta um levantamento de diversas ocorrências, com números que revelam informações ligadas ao gênero, faixa etária, ramo de trabalho, dentre outros índices analíticos, que permitem observar aspectos da vivência dos fugitivos para além do discurso senhorial estampado nos anúncios. Referências aos caminhos da emancipação e suas formas de articulação aparecem no estudo de Chrígor Augusto Libério, dedicado ao exame da Lei de Emancipação do elemento servil, com ênfase na Província do Piauí. No texto, o autor trabalha com jornais, relatórios provinciais e leis discutidas nas câmaras no contexto da década de 1880, com vistas a examinar o aparato legal emancipacionista.

Após as reflexões sobre o trabalho escravizado e algumas de suas interfaces sociais e discursivas, segue uma seção de artigos com estudos sobre História Indígena e do Indigenismo, eixo de fundamental importância para compreender os caminhos da formação da Nação. O texto de Maria Marciene Andrade de Oliveira e Beatriz Oliveira Fontenele traz interessante estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Tremembé de Almofala, na Província do Ceará. As autoras discorrem sobre o definhamento da comunidade, formada

por indígenas da etnia Tremembé. Em seguida, o artigo de Rebeca Freitas Lopes e Tatiana Gonçalves de Oliveira fazem uma leitura crítica das crônicas de extinção indígena no Piauí, destacando os escritos de Joaquim Chaves (1953), Odilon Nunes (1983) e Moysés Castelo Branco (1984). Ao passo que as autoras referenciam os caminhos da interpretação do desaparecimento das sociedades ameríndias, também abrem espaço para pensar o protagonismo indígena, como potente contraface que vem colocando em xeque as alentadas narrativas de extinção.

Na seção seguinte, são destacados tópicos sobre pobreza, produção de riqueza e violência, com destaque para a presença de populações pobres livres e escravizadas. Tal leitura pode tematizar parte importante do cotidiano e das sociabilidades do Brasil Império, considerando seus mundos do trabalho, permitindo referenciar a porosidade das fronteiras entre liberdade e escravidão, principalmente para pessoas despossuídas e não-brancas (GOMES; NEGRO, 2006). A historiografia brasileira tem aberto caminhos para pensar essas nuances, com estudos que discorrem sobre as diversas articulações e cruzamentos entre pessoas livres e escravizadas, seja no âmbito mais estrito da labuta, seja em perspectivas ampliadas, considerando seus cruzamentos socioculturais, conflitos e demandas em comum (MACHADO, 2006). Observa-se o corte da precariedade das condições de sobrevivência e enfrentamentos de violências rotineiras, como um caminho bastante elucidativo para entender a problemática.

Com foco no estudo da pobreza, Igo Barbosa Pereira, aborda em seu artigo os mundos do trabalho ligados ao dia-a-dia de populações pobres livres da vila de Baturité, Província do Ceará, tendo como fonte principal periódicos locais da década de 1880. O autor destaca que a localidade vinha passando em meados do século XIX por um período de relativa prosperidade puxada pela produção de café, mas sublinha que esse cenário não se converteu em alento aos dilemas dos mais pobres, muitas vezes enredados em recrutamentos para obras públicas

e lavouras de proprietários locais. Tratando também do Ceará oitocentista, segue o estudo de Paulo Régis da Silva Albuquerque, que encaminha alguns resultados de sua investigação sobre a monetarização na província cearense, destacando a presença de agentes oriundos de Portugal. O autor também utiliza os periódicos como fontes principais, acompanhando a evolução patrimonial de alguns personagens, entre os quais, muitos pertencentes aos principais grupos familiares de potentados locais. Na sequência, retomando a discussão sobre violência e conflitos e encerrando a seção, segue o artigo de Natália Gomes de Andrade Silva e Antonio Alexandre Isidio Cardoso, que trata das menções de conflitos entre populações subalternizadas e tropas no Maranhão oitocentista. Os autores utilizaram como fonte principal relatórios provinciais, selecionando referências sobre populações quilombolas e indígenas, bastante presentes na crônica anual oficial em tópicos sobre “tranquilidade e segurança pública”, muitas vezes implicados em conflitos contra autoridades e proprietários.

Esperamos que as discussões aqui apresentadas possam contribuir para reposicionar as questões relativas às diversas formas de sociabilidades e os distintos modos de viver o processo de construção do Estado Nação. Os trabalhos dão conta de renovadas perspectivas do processo de independência, não apenas porque construídas a partir das províncias situadas ao Norte do Império, mas por acionarem um conjunto documental múltiplo e diverso que, aliado à novas questões historiográficas, permitem uma melhor compreensão das experiências históricas de apoio e contestação ao que se sucedeu em 1822.

Referências

BARRIGA, Letícia. **Entre leis e baionetas: independência e cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Pará, 2014.

COCHRANE, Thomas John. **Narrativas de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa**. Brasília: Senador Federal, [1859] 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. NEGRO, Antônio Luigi. Além das senzalas e fábricas: uma História Social do Trabalho. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.18, n.01, 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, Estados Unidos, v. 86, n.no. 2, p. 247-274, 2006.

PINHEIRO, Luiz Balkar S.P. De Vice-Reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira. In: **Revista SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos**. Manaus: V.01, n.01, 2000.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1940.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Guerras e Rebeliões Indígenas na época do Diretório Pombalino (1757-1798)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade de São Paulo, 1995.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Unesp/NEAD, 2008.

O SENTIDO DE “SER” BRASILEIRO E PORTUGUÊS: A CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE DE ACORDO COM O PROJETO REFORMISTA ILUSTRADO PORTUGUÊS (1750-1822)*

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

Introdução

No quadro Independência ou morte (1888) de Pedro Américo¹, retrata um processo de independência brasileiro como fosse um evento glorioso, marcado por uma identidade nacional, liderado pelo príncipe-regente D. Pedro. Essa representação segundo o historiador Pimenta (2022), sem dúvida é a “[...] imagem mais convencional e poderosa da memória da Independência [...]” (PIMENTA, 2022, p.139), entretanto, o pintor do quadro não teve o objetivo de reproduzir o episódio do Grito de Independência nas margens do rio Ipiranga, como fosse algo fiel e exato a realidade, mas sim,

1 Pedro Américo de Figueiredo e Mello nasceu em 1843 em Paraíba, faleceu em 1905 na Itália, filho de uma família com modesta condição socioeconômica, pelo seu talento nas artes foi patrocinado pelo próprio Imperador D. Pedro II para estudar no Rio de Janeiro, na Academia Imperial Belas Artes, e após passar por temporadas na Europa tornou-se reconhecido e prestigiado artista. Suas obras mais conhecidas no Brasil são: Dom Pedro II na Assembleia Geral – Fala do Trono (1872), Batalha do Avaí (1877), Independência ou morte (1888), Tiradentes esquartejado (1893).

como esse episódio poderia ter acontecido, sendo construído um quadro que aludia ao processo de independência com uma glorificação ao episódio fundante da pátria.

Vale salientar que essa representação está inserida no contexto da construção de uma identidade-nacional para os brasileiros, valorizassem a sua história e terem orgulho de serem e fazerem parte do Brasil, nesse sentido devemos entender que o quadro não é um retrato fiel do episódio do “Grito do Ipiranga”, mas uma construção feita a partir desse acontecimento².

A emancipação política do Brasil, diferente do que o quadro *Independência ou Morte* (1888) expõe ao leitor, não foi resultado de uma “aspiração nacional”, pois a própria ideia de Nação, identificada com a ideia de pertencimento a um Estado soberano que estava em construção na Europa, não existia no Brasil durante o processo de Independência, pois os próprios movimentos separatistas que ocorreram durante o século XVIII e início do século XIX, antes de 1822³, “[...] sempre tiveram caráter local, irradiando-se quando muito, às regiões mais próximas, jamais assumindo um caráter mais amplo [...]” (COSTA, 2010, p.34)

2 Vale pontuar que o quadro *Independência ou morte!* de Pedro Américo foi pintado aproximadamente entre 1887-1888, após 60 anos da proclamação da Independência, essa tela não tem como pela passagem do tempo, representar o fato como ocorreu, sendo que Pedro Américo não estava as margens do rio Ipiranga no 7 de setembro. Esse quadro apesar de não representar fielmente o acontecimento, retrata o que poderia ter acontecido e é um quadro que retrata positivamente um episódio fundante do Brasil como uma Nação independente politicamente.

3 Movimentos separatistas como: a *Inconfidência Mineira* (1789), a *Conjuração Baiana* (1798) e a *Inconfidência Pernambucana* (1817), apesar de planejarem a separação com o reino de Portugal, essa separação ficava restrita as suas capitânicas de origem, não possuindo um caráter de estender para toda a América Portuguesa como um todo.

Os movimentos nacionalistas em desenvolvimento na Europa revolucionária, mobilizaram a população em torno de um sentimento de pertencimento comum, contudo os movimentos de emancipação política nas Américas durante a Era das Revoluções (1789-1848)⁴ estavam em contraste com a Europa, pois os movimentos de libertação colonial, não foram resultados de uma união dos indivíduos em torno da união linguística, cultural, religiosa e étnica, pois a: “[...] língua, a cultura, a religião, as próprias características étnicas das elites remetiam necessariamente às antigas metrópoles europeias [...]” (ROWLAND, 2003, p.366). O processo de emancipação política na América ibérica, foi antes causado pelas divergências entre os colonos e metropolitanos, do que resultado de uma aspiração identitária nacional contra um governo estrangeiro e opressor.

O artigo visa analisar a construção da identidade entre “portugueses” e “brasileiros” antes da emancipação política, abordando os seus significados polissêmicos, a partir dos impactos do projeto Reformista Ilustrado português para a colônia portuguesa nos trópicos e a vinda da Corte portuguesa ao Brasil (1808-1821). A pergunta norteadora do trabalho foi se as definições polissêmicas de “portugueses” e “brasileiros” após a vinda da Corte portuguesa, estava aludindo a um sentimento incipiente de nacionalidade como na Europa revolucionária ou refletia as concepções do Ancien Régime?

O recorte de tempo utilizado nessa investigação foi a partir de 1750 com a administração reformista de Marquês de Pombal até 1822, quando as divergências de interesses entre as elites “brasileiras” e portuguesas tornaram inevitável a separação política dos dois reinos.

4 Foi utilizada a expressão cunhada pelo Historiador Eric J Hobsbawn, Era das Revoluções (1789-1848), relacionado aos impactos, movimentos, insurreições, ideias desencadeadas diretamente ou indiretamente, da Revolução dupla – Revolução Industrial e Revolução Francesa.

O sentimento de pertencimento no Ancien Régime:

De acordo com a historiadora Pesavento (2003), identidades são uma construção simbólica de sentidos, as quais são organizadas a partir da ideia de pertencimento de um indivíduo com um coletivo que ele faz parte, sentimento esse de grande importância para um Estado, pois é “[...] uma construção imaginária que produz coesão social [...]” (PESAVENTO, 2003, p.89), entre a diversidade de grupos sociais pertencentes a uma sociedade, sendo que para a sobrevivência de um Estado é preciso que seus integrantes se sintam pertencentes a ele, baseado em suas mútuas semelhanças e identifiquem o que os diferenciam dos grupos sociais pertencentes a outros Estados.

A definição dos membros de um Estado como parte de uma comunidade imaginária, é uma identidade produzida com a finalidade da integração de um indivíduo com uma coletividade. A ideia de Nação, no sentido moderno é uma ideia recente, pois a estrutura cultural que mantinha o vínculo de identidade e pertencimento do indivíduo com o coletivo era a ideia de: “[...] comunidade religiosa e o reino dinástico [...]” (ANDERSON, 2008, p.39). A primeira, foi fundamentada na identidade social adquirida pela unidade religiosa — compartilhamento de crenças —, por serem e fazerem parte de uma fraternidade religiosa, isto é, por possuírem a mesma religião e crerem no mesmo Deus ou deuses. Enquanto, o vínculo de identidade da população ligado ao princípio dinástico, estava em torno dos domínios de um monarca, isto é, a vinculação identitária dos habitantes daqueles territórios como súditos do governante que possuía sua legitimidade ligada à religião e ao conceito de direito divino⁵.

5 De acordo com o princípio de governabilidade pelo direito divino, o poder do soberano não podia ser questionado, pois Deus escolheu o rei e sua descendência para serem os governantes, posto que questionar o poder e a autoridade do Rei, seria como questionar a própria vontade indiscutível e perfeita de Deus.

O historiador Anderson (2008, p.48-49) defende que devido a união política entre os reinos monárquicos por meio da política dos casamentos dinásticos, resultou na reunião de populações complexas de diversas culturas, sendo que inclusive muitos dos habitantes de um reino poderiam ser multilinguísticos, heterogêneos culturalmente e etnicamente, mas essa diversidade possuía uma unidade, por terem a mesma religião e por serem súditos do mesmo soberano, ademais, o próprio rei poderia ser um “estrangeiro” dentro do seu reino, pois a definição do direito dos monarcas ao trono ou ao título de monarca não era devido ao local de nascimento ou por causa da língua e cultura do pretendente, mas sim, por sua ancestralidade dinástica.

Entretanto, o declínio “[...] lento e irregular dessas convicções mutualmente entrelaçadas [...]” (ANDERSON, 2008, p.69), foi consequência do impacto das transformações econômicas, do desenvolvimento de teorias científicas e da difusão da imprensa em espalhar novas ideias e valores, sendo que a partir das Era das Revoluções, com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, segundo o historiador Hobsbawn (1990), foi “desmantelado” o vínculo de lealdade “automática” da população com os soberanos do Estado – no sentido de não possuírem a identificação de serem apenas súditos do governante – pois as monarquias não eram mais sustentadas pelo vínculo dinástico hereditário, mas sim por possuírem: “[...] uma relação orgânica necessária com a nação, isto é, com os habitantes de seu território, identificados, de alguma forma, uma coletividade ou um ‘povo’[...]” (HOBSBAWN, 1990, p.106), isto é, as monarquias eram sustentadas pelos monarcas possuírem uma relação direta com a nacionalidade de seus reinos e povos, não restringindo a sua legitimidade pela religião – porquê Deus o escolheu – ou pela tradição, mas sim por serem os representantes dos anseios populares de sua Nação.

Os Estados monárquicos europeus após a eclosão da Era das Revoluções precisavam se adaptar ao surgimento dessa ideia de pertencimento da população à uma fraternidade, de contrato social com seus deveres e direitos dos cidadãos pertencentes à um corpo político comum assegurados por uma constituição. Nesse meandro, vale investigar o sentimento de identidade de Portugal e da América lusitana, durante o Ancien Régime e quais eram a definição de “portugueses” e “brasileiros” antes da Vinda da família real portuguesa ao Brasil.

O Reformismo Ilustrado Português e a identidade nos domínios portugueses:

Segundo o historiador Pimenta (2022, p.23), o Reformismo Ilustrado foi um conjunto de projetos e ações políticas inspiradas no Iluminismo europeu, que possuiu adequações a realidade específica de Portugal, isto é, de um reino profundamente católico com uma economia agrária mercantil e como centro de um império mundial que se tornou secundário. O Reformismo Ilustrado, para o autor forneceu inspirações e diretrizes específicas que eram simultaneamente filosóficas e pragmáticas, “[...] voltada para a formação e implementação de medidas concretas e que não se limitariam ao Brasil [...]” (PIMENTA, 2022, p.23), ou seja, eram projetos que visavam devolver a grandeza do reino português através da exploração de recursos e potencialidades dos seus domínios coloniais, principalmente, a colônia americana.

Para o historiador o Reformismo Ilustrado teve seu impulsionamento durante o reinado de D. José I (1750-1777), com a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal. O “homem-forte” do rei projetou o aumento das rendas da Coroa portuguesa e o desenvolvimento do Reino através do fortalecimento do comércio entre a metrópole e suas colônias, principalmente a América portuguesa, diminuindo e combatendo a participação de comerciantes estrangeiros

em favor de grupos mercantis portugueses (PIMENTA, 2022, p.24-25), essas medidas visavam fortalecer a presença da Coroa portuguesa nos seus domínios ultramarinos, para impedir qualquer de autonomia econômica por parte dos colonos em relação a sua metrópole, além disso, esse objetivo está relacionado também, na identidade que os colonos possuíam em relação ao soberano e a metrópole.

As relações de identidade da população da América portuguesa – os colonos – como uma comunidade, com traços comuns entre si, era por serem súditos do rei de Portugal e por possuírem a mesma religião – a católica romana – esse pertencimento não estava relacionado à condição de serem “brasileiros”, visto que essa palavra, segundo o historiador Mattos (2003), “[...] era apenas o nome de uma profissão [...]” (MATTOS, 2003, p.152), isto significar que o nome brasileiro referia-se aos portugueses – os colonizadores – que estavam na América portuguesa a procura de enriquecimento, sendo considerado esses colonos da América portuguesa não como brasileiros, mas sim portugueses residentes do “Aquém-Mar”.

De acordo com o historiador Pimenta (2006, p.49), os territórios do Império português distribuía-se, nos séculos XV e XVIII, pelo continente europeu, americano, asiático e africano, formando unidades geográficas descontínuas, possuindo homogeneidade apenas no plano político-administrativo com a articulação da grande diversidade social, física e cultural das populações que habitavam nesse império em torno da monarquia e do monarca que era a fonte de coesão social desse Império. Essa constatação pode ser observada seguinte trecho escrito pelo estadista Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)⁶:

6 Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1755-1812), o conde de Linhares, foi um diplomata e político português, atuou como Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), Presidente do Real Erário e Ministro e Secretário de Estado da Fazenda (1801-1803), e Ministro da Guerra e Negócios

Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas de Europa e África, ao Brasil, às costas orientais e ocidentais de África, e ao que ainda a nossa Real Coroa possui na Ásia, é sem contradição uma das potências que dentro de si os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa [...] (COUTINHO, 1993, p. 48)

Observamos no “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”, escrito pelo estadista Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ao príncipe regente – futuro D. João VI – em 1797, apresenta a descrição da vastidão dos territórios da Coroa portuguesa no Além-Mar que englobava não apenas a Europa, mais a África, América e a Ásia, contudo, percebemos nesse fragmento como os domínios ultramarinos de Portugal, são de tremenda importância para o reino de Portugal, pois esse reino por ser pequeno territorialmente em comparação com outros reinos europeus, as suas possessões ultramarinas eram consideradas a fonte da monarquia bragantina demonstrar a sua grandeza e riqueza em face a hegemonia da Inglaterra e da França que balanceava o equilíbrio europeu nos séculos XVII-XVIII.

Contudo, a preservação desses vastos domínios ultramarinos, os reformistas ilustrados, além de se preocuparem com a possibilidade de os habitantes das colônias portuguesas quererem autonomia econômica, atentavam-se com a possibilidade de os mesmos construírem uma relação de identidade que não esteja atrelada a monarquia portuguesa, como podemos observar nesse seguinte trecho escrito por D. Rodrigo de Sousa Coutinho:

[...] a fim que o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia à que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes

estrangeiros (1808-1812).

efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes [...] (COUTINHO, 1993, p.49)

No fragmento, é visível a preocupação do autor na criação de um sentimento de unidade não apenas aos portugueses habitantes do reino de Portugal, mas a todos os “portugueses” que são residentes dos territórios no Além-mar português, a fim dos mesmos não criarem um sentimento de autonomia e independência em relação com a metrópole portuguesa que possuía sua fonte de coesão na monarquia, porém, é evidente nesse mesmo fragmento que essa identidade dos habitantes dos domínios do rei de Portugal serem “portugueses” não estava em torno da cultura, etnia, história e língua, mas por fazerem parte da política-administrativa da monarquia portuguesa e serem súditos do Rei de Portugal.

O historiador Pimenta (2022), defende que a incorporação das terras da América portuguesa a um império mundial formado por uma grande diversidade de regiões, economias, sociedades, línguas e religiões possuiu variadas formas coletivas de se auto identificarem em relação ao outro, sendo que essa identidade de “portugueses”, apresentava uma organização e hierarquização em torno do: “[...] catolicismo, a monarquia e o reconhecimento da legítima autoridade do rei, ao qual todos os portugueses deviam lealdade [...]” (PIMENTA, 2022, p.48). Essa fonte de identidade era bem abrangente e estável em forma de identidade coletiva, pois poderia existir “portugueses” de diversos grupos sociais com diferentes hierarquias sociais e etnias culturais.

A fonte de identidade de ser “português” conforme salienta o historiador, assim como qualquer identidade coletiva, não era homogênea, mas heterogênea, além disso, não existia um sentimento de ser “brasileiro”, pois os próprios movimentos separatistas que ocorreram no final do século XVIII, por exemplo: a Inconfidência mineira e Conjuração baiana, não

apresentaram um sentimento de brasilidade, mas um sentimento de republicanismo restrito as suas capitanias (PIMENTA, 2022, p.48-49).

Portanto, observa-se que antes da Coroa portuguesa transferir-se para o Brasil, não existia um sentimento que correspondesse a uma “brasilianidade”, posto que a própria identidade do ser “português” estava associada em torno da unidade na Monarquia e por terem a mesma religião, a católica. Desse modo, vale investigar os impactos que foram causados pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, relacionando com a construção de um sentimento de pertencimento que estava em construção na Europa com os impactos causados pela expansão do Império napoleônico.

Os impactos da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil:

A Independência política do Brasil em relação a Portugal, diferenciou-se com o processo de emancipação da América espanhola,⁷ principalmente, devido a especificidade da conjuntura histórica portuguesa, pois a monarquia portuguesa, devido a atitude do príncipe regente Dom João pra evitar perder seu trono para a expansão violenta do Império francês, transferiu a Corte portuguesa para os trópicos, atenuando as consequências da crise imperial, causada pelas guerras napoleônicas, sendo que a Vinda da Corte portuguesa para a América portuguesa, “[...] fortaleceu o domínio português com a transformação do Brasil na sua própria metrópole [...]” (MCFARLANE, 2006, p.406).

7 A emancipação política das colônias espanholas na América, diferente do Brasil, foram marcadas pela crise de legitimidade da Monarquia Espanhola – a deposição do Rei Fernando VII - causada com o expansionismo do Império napoleônico.

Segundo o historiador Mattos (2003), esse projeto de transferir a Corte portuguesa para a colônia lusitana não era novo, pois o projeto do Império luso americano nos trópicos, procurava salvar a monarquia bragantina das ameaças externas advindas dos ideais revolucionários da Europa, mediante a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro, contudo essa “Interiorização da Metrópole”⁸, almejava trazer uma ininterruptão da constituição do espaço ultramarino português, “[...] à imagem e semelhança da velha metrópole [...]” (MATTOS, 2003, p.149), isto é, transformar a configuração do espaço físico e administrativo do Rio de Janeiro, a imagem e semelhança do antigo Reino Português⁹.

Para o historiador Mattos (2014) o deslocamento da Coroa portuguesa para o Brasil, transformando-a na sede do Império português, não possuía a intenção de criar um Império, “[...] diferente de sua concepção e conteúdo [...]” (MATTOS, 2014, p.23), seja como uma continuidade do princípio de soberania pelo princípio do direito divino, seja pelas fronteiras não delimitadas geograficamente, podendo ser expandidas e serem acrescidas novos territórios seja pela guerra ou pela herança dos casamentos dinásticos.

Percebe-se que a noção de comunidade imaginária, no sentido de uma identidade nacional na época da transferência da Corte portuguesa em 1808, não existia, pois a vinculação do sentimento de identidade de um indivíduo com as populações

8 A Interiorização da Metrópole foi a expressão utilizada pela historiadora Maria Odila da Silva Leite Dias (1986), em alusão a Transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, somado com a deslocamento do aparato estatal e burocrático administrativo do antigo Reino para a colônia americana nos trópicos.

9 A historiadora Mirian Dolhnikoff (2020, p.14-16), salienta que a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, ocasionou a transferência do aparato burocrático e administrativo para os trópicos, somado com a interligação das outras capitanias com o Rio de Janeiro e outras instâncias políticas administrativas.

que residiam nos trópicos – apesar dos escravizados não serem considerados – estava relacionado ao princípio de direito dinástico por serem súditos do monarca, além de não ter a marcação de fronteiras por uma delimitação territorial e sim por vinculações dinásticas, de serem residentes dos domínios do mesmo soberano.

A elevação do Brasil a condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), aboliu oficialmente o estatuto colonial do Brasil, o elevando à categoria de reino igualado a Portugal, reconhecendo na prática as mudanças feitas pela Coroa portuguesa desde 1808 (PIMENTA, 2022, p.68). Essas mudanças segundo o historiador Pimenta (2022), estava relacionado com a tentativa de abrandar os sentimentos “revolucionários” e “separatistas” do Brasil em comparação com a situação que estava acontecendo na América espanhola, entretanto, a elevação do Brasil a condição de Reino Unido, aprofundou as divergências entre portugueses e “brasileiros”, surgindo em Portugal projetos políticos que defendia “[...] a limitação dos poderes reais e que, mesclando paradigmas liberais com a manutenção do regime monárquico [...]” (PIMENTA, 2022, p.69), com a defesa de uma monarquia constitucional no Reino Unido.

Com a eclosão da Revolução Liberal do Porto em Lisboa (1820)¹⁰, as Cortes – o parlamento português – reivindicaram a adoção do regime monárquico constitucional e o retorno imediato do rei e a Corte portuguesa para Portugal, sendo que as tensões entre portugueses e “brasileiros” foram aprofundadas, pois as medidas tomadas pelas Cortes portuguesas ao Brasil, revelava “[...] as intenções de restringir a autonomia

10 A Revolução Liberal do Porto de Lisboa (1820), foi liderada pela burguesia mercantil, que possuía o apoio de diversos setores da população portuguesa, descontente com a permanência do Rei D. João VI, no Brasil e com a perda dos privilégios econômicos que o Brasil oferecia, enquanto colônia portuguesa. As reivindicações eram principais eram o retorno da Corte portuguesa à Lisboa e a adoção de uma Monarquia Constitucional

administrativa da colônia, limitar a liberdade de comércio, restabelecer monopólios e privilégio [...]” (COSTA, 2010, p.47), que as elites portuguesas possuíam antes de 1808.

As decisões tomadas pelas Cortes tiveram negativa repercussão no Brasil, sendo que após as conquistadas usufruídas pelo Brasil com a vinda da Corte portuguesa e a elevação da antiga colônia a condição de Reino Unido, os “brasileiros” não iriam permitir o retorno da condição de colônia portuguesa. Desse modo, observa-se que o motor dos impasses que resultaram nas guerras pela independência do Brasil, não foi um sentimento nacional – no sentido de identidade –, mas de autonomia política e administrativa.

O “ser” português e “brasileiro” durante as guerras pela independência:

O historiador Holanda (1970), defende que o confronto que vai resultar no episódio do 7 de setembro, foi o resultado de: “[...] uma guerra civil de portugueses, iniciada em 1820 com a revolução liberal portuguesa, e onde se vêem envolvidos os brasileiros apenas em sua condição de portugueses do aquém-mar [...]” (HOLANDA, 1970, p.13). O autor destaca essa versão, pois não existia um sentimento identidade “brasileira”, os próprios residentes da América portuguesa se consideravam portugueses do outro lado do Atlântico, porém para as elites coloniais havia a necessidade de garantir, por meio da força a manutenção das liberdades econômicas e políticas adquiridas com a “Interiorização da Metrópole”. Essa constatação pode ser observada nessa seguinte carta escrita por José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836)¹¹:

11 José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), era membro das elites coloniais da Bahia, diplomou-se em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra. Foi eleito deputado das constituintes em 1823, três anos depois foi senador pela província da Bahia, foi ministro dos Negócios Estrangeiros (1823) e foi um dos membros da Regência Trina Provisória

Talvez se entendesse ahi que a união geral das províncias consideradas com quaesquer outras de Portugal, e com um centro comum a toda a monarchia, seria bastante para desfazer a idéa de colonia; mas não é assim, porque isso havia d'antes, e estes povos muito gostaram da lei que os elevou á categoria de reino; querem que esta subsista com o seu centro comum e capital, fazendo comtudo parte da grande família, unido e subjeito ao centro geral de toda a monarchia, que deve estar aonde residirem as côrtes e o chefe do poder executivo ou el rei [...] (CAMPOS, 1923, p.363)

Percebemos nessa carta escrita por José Joaquim Carneiro Campos, que relata a situação do então Reino Unido do Brasil a um amigo em Portugal, do porquê das situações estarem tensas, especialmente, porquê os povos deste reino não deixariam perder os direitos que conseguiram com elevação a condição de reino e devido o Brasil ter sido o centro da monarquia portuguesa, contudo, nessa carta não há nenhuma menção a tentativas de separação por causa de um sentimento de identidade-nacional, mas sim, por tensões causadas pelas Cortes portuguesas, contudo, as elites “brasileiras” não agiam em conjunto nas Cortes portuguesas.

De acordo com o historiador Pimenta (2022), não existia uma deputação no parlamento em Lisboa do Brasil ou de Portugal, mas de cada província do reino, ou seja, cada grupo de representantes não preocupavam-se com as demandas do Brasil, e sim de sua província de origem, sendo que nenhum dos parlamentares residente do Brasil, unidos as províncias do reino unido do Brasil se consideravam unidos aos “[...] de outras províncias por interesses comuns supostamente brasileiros [...]” (PIMENTA, 2022, p.86).

Além disso, as próprias elites “brasileiras” provinciais não estavam unidas ao projeto de um governo central do Brasil em torno do Príncipe regente D. Pedro, sendo que esse confronto com as Cortes fora “[...] resultado da aliança de D. Pedro com as elites do Centro-Sul (São Paulo, Minas Gerais

(1831), após a abdicação b do imperador D. Pedro I.

e Rio de Janeiro) [...]” (DOLHNIKOFF, 2020, p.27), enquanto as demais províncias, por causa das relações comerciais e as intensas comunicações com Portugal, tendiam à ficar do lado das Cortes portuguesas. Essa disputa entre as lealdades das elites coloniais do Brasil confirma as carências de um sentimento de identidade-nacional entre os membros da província com a Nação.

Com a formação das Assembleia das Cortes no Reino Unido do Brasil, existia três correntes principais: o partido português¹², o partido brasileiro¹³ e os liberais radicais¹⁴. Segundo os historiadores Novais e Mota (1996, p.39-40), os nomes “português” e “brasileiro” não aludiam a um sentimento de pertencimento, nacionalidade ou local de nascimento, mas sim interesses políticos e econômicos específicos a grupos sociais dominantes de cada província, sendo que, durante as guerras pela independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), expressou na Assembleia Constituinte que: “quem aderiu à nossa sagrada causa, quem jurou independência deste Império, é brasileiro” (MOTTA, 2003, p.153), isto é, a definição de “brasileiro” estava relacionado à adesão à política da separação do Brasil com Portugal, um sentido político e não um viés político que remete-se a uma cultura, identidade, etnias ou uma comunidade imaginária num sentido amplo.

12 O partido português fazia alusão aos comerciantes portugueses que desejavam o retorno dos monopólios e privilégios que foram abolidos com a Vinda da Família Real ao Brasil;

13 O partido brasileiro era composto principalmente por fazendeiros rurais, dos financistas e dos membros do aparelho burocrático-administrativo do Estado que beneficiaram com o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil.

14 Os “liberais radicais” eram setores considerados radicais, formando por participantes de movimentos como a Inconfidência Pernambucana (1817) defenderem a constitucionalidade e até mesmo um governo republicano.

Para o historiador Pimenta (2022), antes de 1822 não existia uma nação brasileira e muito menos uma identidade brasileira, pois os habitantes do Brasil, se auto identificavam como portugueses, isto é, “[...] súditos do rei de Portugal, cristãos e identificados com a monarquia [...]” (PIMENTA, 2022, p.125), dado que existia portugueses de vários tipos nas quatro partes do mundo, mas nenhum contrapunha o critério identitário de ser português.

A ruptura política do Brasil com o Reino de Portugal, não pode ser considerado uma luta de viés nacionalista, de uma nação oprimida em busca de sua independência, pois inexístia esse sentimento, contudo, no desenrolar do processo das lutas pela independência, esses sentimentos foram “[...] ganhando corpo, não como causas do processo, mas como suas parciais consequências [...]” (PIMENTA, 2022, p.126), isto é, foi resultado inevitável da necessidade da construção de um Estado, de uma Nação que fosse diferente do Reino colonizador.

Considerações finais:

Portanto, observamos que o processo de independência a partir da investigação de quem seriam os “portugueses” e os “brasileiros” segundo o projeto do Reformismo Ilustrado e durante a Vinda da Corte portuguesa ao Brasil, que a separação dos dois reinos não foi resultado de uma luta nacionalista, de uma identidade brasileira contra um Estado tirânico, mas sim devido aos interesses políticos e econômicos divergentes.

Além disso, o próprio sentimento de ser “português” estava em consonância com os ideais do Ancien Régime, mesmo com a Revolução do Porto, no sentido de que os portugueses apesar de serem de regiões, etnias e culturas diferentes estavam unidos por serem católicos e súditos do Rei de Portugal. Esse sentimento de identidade relacionado com os vínculos dinásticos foi predominante na definição dos “portugueses” e isso os “brasileiros” durante e antes das

lutas pela independência não fugiam desses critérios, sendo que o significado de ser “brasileiro” ou ser “português” estava relacionado com interesses políticos e econômicos específicos do que um sentimento nacional.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad: Denisse Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. Ideias Separatistas. In: BRASIL. **Documentos para a história da independência vol. 01**. Rio de Janeiro: Oficinas/Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. p.360-365.
- COSTA, Da **Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua Majestade na América”. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **Textos políticos, econômicos e financeiros, (1783-1811)**. Tomo I, Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p.47-64.
- DIAS, Maria Odila Leite Da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986. p.160-184.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2022.
- HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad: Maria Celia Parole, Anna Maria Quintino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. A Herança colonial: Sua desagregação. In: _____ (ORG). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II: o Brasil Monárquico**. 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. III, 1970. p.9-39.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Tempos de civilização: A construção do Império na boa sociedade. In: MÁGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (ORG). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista (São Paulo): EDUSP, 2003.p.147-170.

_____. Pensar um Império. In: GESTEIRA, Heloisa M; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (ORG). **Formas do Império: ciência, tecnológica e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.p.17-46.

MCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir (ORG). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.387-417.

NOVAIS, Fernando A; MOTA, Carlos Guilherme. **A independência política do Brasil**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PIMENTA, João Paulo. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1928**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no *Brasil* independente. In: JANCSÓ, István (ORG). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.p. 365-388.

TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE “PORTUGUÊS” ANTONIO JOSÉ PINTO NAS PÁGINAS DE O CONCILIADOR (1821-1823)¹

Marcelo Cheche Galves
Lorrane Costa Ribeiro

A noção de Independência como origem de um Estado brasileiro e fator político inevitável passou a ser questionada pela historiografia brasileira das últimas décadas, que tratou a identidade nacional como um quesito em construção e não como algo que naquele momento já se encontrava dado. “Múltiplas identidades políticas” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 392) coexistiram durante a instituição do Estado brasileiro, sendo o Maranhão uma das peças desse mosaico tão diverso.

Resistente ao projeto político de Independência, que avançava a partir do Rio de Janeiro, a província do Maranhão só se incorporaria ao Império do Brasil, e não sem resistências, em julho de 1823².

1 O presente artigo é derivado dos relatórios de pesquisa de iniciação científica (cota CNPq), referentes aos planos de trabalho: “Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de O Conciliador (1821-1823)” e “Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de A Folha Medicinal do Maranhão (1822) e Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão (1823-1824)”. Os resultados de pesquisa apresentados nesse texto contaram com recursos do CNPq (Universal, processo 407102/2018-3) e da FAPEMA (IECT, processo 2586/2017, vinculado ao INCT Proprietas).

2 Sobre a Independência no/do Maranhão, ver Marcelo Galves (2010).

As modificações oriundas da “adesão”³ do Maranhão a Independência do Brasil implementaram na província⁴ uma nova conjuntura e afetaram negativamente a vida dos indivíduos politicamente considerados “portugueses”⁵. Outrora ocupantes de espaços de prestígio, esses sujeitos assistiram à gradual obliteração de suas posições políticas e socioeconômicas, quadro agravado com a instituição dos sequestros de bens “portugueses” pelo governo de D. Pedro I, ainda no contexto das chamadas guerras de Independência. Os sequestros atingiram principalmente as províncias do Norte, onde não coincidentemente encontravam-se as localidades que por mais tempo resistiram ao projeto político capitaneado pelo Rio de Janeiro. Dentre os grupos afetados por essa medida, estão os negociantes da praça comercial de São Luís.

Somente em 1825, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal esta situação mudaria. O tratado firmou o reconhecimento da Independência do Brasil por parte da antiga metrópole e, dentre outros pontos, estabeleceu o fim dos sequestros de bens e a criação da Comissão Mista Brasil-Portugal, responsável por julgar as reclamações de indivíduos prejudicados com as guerras, que a procurariam em busca de

3 A palavra “adesão”, entre aspas, é uma referência ao termo frequentemente utilizado nos documentos que firmaram a incorporação das capitânias aos ditames da Revolução Liberal de 1820 e, posteriormente, nos autos das câmaras que declararam a união das agora províncias ao Império do Brasil. O Maranhão “aderiu” à Revolução do Porto em 6 de abril de 1821.

4 Por decisão das Cortes, em setembro/outubro de 1821, as então capitânias foram denominadas províncias, termo aqui adotado.

5 Conforme Robert Rowland (2003), o interesse em construir um Estado diferente daquele pré-independente suscitou a necessidade de redefinir as noções de “brasileiros” e “portugueses”; longe de se limitarem apenas aos locais de nascimento, os termos passaram a indicar posicionamentos políticos, como modo de frisar as diferenças existentes entre os antigos membros do Reino Unido.

ressarcimento. Em meio aos reclamantes que recorreram à Comissão, estava Antonio José Pinto, negociante “português” pertencente à praça de São Luís.

Para os limites desse texto, propomos um pequeno exercício de cunho biográfico sobre os trajetos percorridos por este negociante nas páginas de *O Conciliador* – periódico maranhense que circulou de abril de 1821 a julho de 1823 – em um momento anterior ao da Independência no Maranhão e dos consequentes sequestros.

Antonio José Pinto, um negociante “português” nas páginas de *O Conciliador* (1821-1822)

Ainda são poucas as informações biográficas localizadas sobre o negociante Antonio José Pinto. Entretanto, sabe-se que se tratava de um súdito da coroa portuguesa estabelecido em São Luís, com negócios importantes em diferentes praças comerciais. Ao apresentar os motivos pelos quais o processo de pedido de indenização de Antonio Pinto não recebeu aprovação por parte da Comissão Mista Brasil-Portugal, Gabriel Pereira (2009) informa que era possuidor de família e relações parentais bastante enraizadas na nação brasileira. Embora não seja um dos nomes mais mencionados em *O Conciliador*⁶

6 No âmbito do constitucionalismo português, *O Conciliador* começou a circular nove dias após a “adesão” da província ao movimento do Porto, em abril de 1821. Redigido por Antonio Marques da Costa Soares e José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (padre Tezinho), dedicou-se a defesa do liberalismo discutindo e apresentando questões referentes não só ao Maranhão; quando as notícias do projeto de Independência capitaneado pelo Rio de Janeiro começaram a chegar em terras maranhenses, no final de 1822, o impresso reforçou seu papel político e pedagógico de defensor das premissas liberais, convocando os maranhenses à luta contra as tropas independentistas. Pouco antes da “adesão” da província à Independência, em julho de 1823, *O Conciliador* teve suas atividades encerradas. Registre-se que até o número 77, de abril de 1822, o jornal chamou-se *O Conciliador do Maranhão*; a partir dessa edição, o nome foi reduzido para *O Conciliador*.

(1821-1823), suas aparições são assaz relevantes. De modo geral, equivalem a manifestações de caráter político e a questões de teor econômico/mercantil.

Das manifestações políticas publicadas nas primeiras edições do Conciliador, o negociante consta como signatário em três delas: dois autos da Câmara (nº 2 e nº 6, respectivamente) e uma deputação do Corpo de Comércio e Agricultura. Em suma, as subscrições prestavam apoio às Cortes portuguesas e a instauração do constitucionalismo, bem como a permanência de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca⁷ à frente da província do Maranhão.

O Corpo de Comércio e Agricultura pode ser definido como um segmento representativo dos homens de negócio e proprietários do Maranhão no cenário pós-Revolução do Porto; envolveu-se ativamente no apoio ao governo de Pinto da Fonseca e à Junta Governativa que lhe sucedeu (a partir de fevereiro de 1822), defendendo a manutenção dos laços entre a província e Portugal. Consoante Marcelo Galves (2010), diferindo de outras províncias em que, de modo geral, agrupamentos como este eram compostos apenas por comerciantes, o Corpo do Maranhão apresenta-se como “de Comércio e Agricultura”. Na província, percebe-se uma dificuldade manifesta em diferenciar ambas as categorias – comerciantes e agricultores – uma vez que a diferenciação destas não se embasava somente na diversificação das atividades econômicas de caráter mercantil, mas também na fusão desta última com as atividades de produção.

Ante as premissas do movimento do Porto, esse agrupamento vislumbrou uma possibilidade de reverter o quadro econômico degradado com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro: segundo István Jancsó (2005), a transferência

7 Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca governou a província do Maranhão de 1819 a 1822, conseguindo manter-se no cargo através de um pertinente jogo de alianças políticas estabelecidas com personagens influentes.

da família real, em 1808, alterou o tradicional equilíbrio entre as diferentes partes do Brasil. O novo centro de poder político do reino português levou ao estabelecimento de uma hierarquia entre províncias que anteriormente se relacionavam de forma horizontal. Tal subordinação ao Rio de Janeiro trazia:

(...) para além de questões de precedência e similares
(...) problemas muito objetivos envolvendo distâncias a percorrer para chegar ao Trono, destinação de receitas fiscais, número de empregos e cargos a serem preenchidos, e muitos outros de semelhante conteúdo prático (JANCSO, 2005, p. 34).

A instalação da Corte no Rio de Janeiro assomou despesas aos cofres maranhenses: tal como as demais províncias do Brasil, o Maranhão era responsável por sustentá-la, “metade (e às vezes três quartos da renda), era transferida (...) contribuindo substancialmente para as despesas da Corte” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 63). Destarte, para esses grupos proprietários, a Revolução Liberal de 1820 apresentou-se como uma forma de reformular o contexto vigente. Ademais, o apoio emprestado a Pinto da Fonseca desde o início da administração, em 1819, garantia a figuras como Antonio Pinto contratos e outras formas de acesso ao erário; conquanto esses negociantes tenham realmente ascendido na nova conjuntura política devido, em grande parte, ao suporte prestado a administração provincial, salienta-se que para além de benefícios tal posicionamento também poderia atrair desvantagens nos âmbitos político e socioeconômico.

Antonio José Pinto também consta na lista de assinantes do *Conciliador* (n° 163, 1/6/1823, p. 5). Ao subscrever o periódico, bem como as deputações supracitadas, o futuro reclamante também expressava um cuidado com sua própria imagem, visto que esta desempenhava uma função crucial nas relações traçadas não só na esfera mercantil, mas também na social. Constar entre os subscritores atendia ao almejo de tornar público posicionamentos políticos (afinidades e discordâncias), além de uma tentativa de obter prestígio junto às autoridades locais.

Quando as primeiras notícias do projeto de Independência do Rio de Janeiro começaram a chegar no Maranhão, no final de 1822, os negociantes resistiram. Para Antonio José Pinto, o ato de resistir ao projeto do Sul estava fortemente vinculado aos seus interesses comerciais: consoante Gabriel Pereira (2009), a praça comercial de São Luís envolvia-se vigorosamente com as redes mercantis do reino português, sendo os negociantes portugueses os principais responsáveis por essas relações⁸. O forte vínculo mercantil existente entre o Maranhão e as praças de Lisboa e Porto foi, assim, uma das razões que fundamentaram a resistência ao separatismo e levaram esses homens a se mobilizar. Conforme Luisa Cutrim (2018b), o Maranhão encontrava-se inserido na lógica exportadora do Atlântico, sendo os negociantes ingleses e portugueses da praça de São Luís os principais responsáveis pelo controle desse comércio: seus negócios se firmavam em diferentes regiões e destinavam-se tanto ao abastecimento interno da província como a exportação e importação de gêneros variados.

—Na edição n° 64 do Conciliador, Antonio José Pinto aparece na lista de negociantes que efetuaram despacho de produto por bilhetes na inspeção de algodão e da alfândega. Através dela, é possível apreender que ele era um dos negociantes mais ativos do Maranhão, com contribuições significativas aos cofres provinciais; aliás, sua atuação no comércio transatlântico é um fator digno de nota.

Em 25 de novembro de 1821, Antonio José Pinto é mencionado no registro de entradas e saídas de embarcações como destinatário de escravizados advindos das ilhas de Cabo

8 É necessário ressaltar que Gabriel Pereira defende que os negociantes do Maranhão não atuavam no cenário mercantil com capital próprio. Para o autor, esses homens se limitavam ao papel de representantes dos interesses dos comerciantes do Porto e de Lisboa na América portuguesa, ideia que vem sendo rebatida pelos trabalhos de Luisa Cutrim.

Verde, por meio do bergantim Maria (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, nº 40, 25/11/1821, p. 8). Embora não seja citado no Conciliador, o banco de dados do site Slave Voyages⁹ informa que o total de escravizados embarcados no destino foram 87 e que somente 84 chegaram ao Maranhão – três deles não sobreviveram a travessia. Em 2 de junho 1823, a mesma embarcação aporta no Maranhão, vinda de Bissau com “(...) 212 escravos boçais, consignados a Antonio José Pinto” (O CONCILIADOR, nº 198, 2/6/1823, p. 6). O banco de dados revela, contudo, que 243 escravizados foram embarcados e que no primeiro desembarque (com local não informado) 28 deles ficaram. No total, o saldo destas viagens indica resultado positivo ao negociante, uma vez que o percentual de óbitos foi baixo e as embarcações não foram capturadas pela marinha inglesa – possibilidade aberta pela ilegalidade do comércio que se praticava, já que originário de portos situados ao Norte da Linha do Equador¹⁰.

Os registros sobre Antonio José Pinto nesse banco de dados são anteriores à circulação de O Conciliador, e remontam a 1819. Nesse ano, ele aparece comercializando escravizados de Cacheu. É interessante perceber que outras viagens com destino a São Luís, ocorridas entre o período de 1821 e 1823, não são mencionadas pelo periódico, o que pode estar relacionado às imposições do tratado de 1815, apesar de a prática do tráfico negreiro continuar quase que sendo comumente realizada na

9 O banco de dados apresenta informações sobre o tráfico de sujeitos escravizados dentro da dinâmica transatlântica, fundamentadas em dados provenientes de arquivos e bibliotecas referentes à esfera do Atlântico. Compreende os anos de 1514 a 1866 e contém cerca de 35.000 registros de expedições negreiras. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 5/10/2022.

10 Assinado durante o Congresso de Viena, o Tratado de 1815 estabeleceu o fim do tráfico negreiro em toda a costa africana ao norte da linha do Equador.

província. As referências ao negociante, no banco de dados, estendem-se até setembro de 1823, quando o jornal já não mais atuava.

—Após a extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1778, teve início o monopólio do comércio de escravizados pelos negociantes da praça de São Luís, principais responsáveis por introduzir essa mão-de-obra na província; comércio este que mesmo diante dos ditames do Tratado de 1815 não sofreu grandes alterações¹¹. O tráfico negreiro configurava um dos ramos mais lucrativos do Oitocentos. No entanto, embora lucrativo, era extremamente perigoso devido às instabilidades causadas pelas constantes flutuações de lucratividade (FLORENTINO, 2009). O negociante que nele se arriscava precisava demonstrar exímia capacidade para manter-se ativo nessa dinâmica.

Uma viagem ocorrida entre os anos de 1821 e 1822 – não mencionada no impresso, mas registrada pelo banco de dados – revela relações comerciais estabelecidas entre Antonio José Pinto e a praça de Lisboa. Como sabido, o negociante era súdito da coroa portuguesa, residente em São Luís. Aqui, além de empreender negócios próprios, atuou como representante de comerciantes portugueses, a saber: Cyrillo Manoel de Carvalho, Joaquim Antonio de Mattos e J. J. de Freitas Rego (PEREIRA, 2009). Ao contrário do que afirma Gabriel Pereira (2009), essa representação não indicava falta de relevância do negociante em relação ao cenário mercantil; os homens de negócio da praça comercial de São Luís formavam uma comunidade estável, tendo em vista a pluralidade do comércio por eles estabelecido¹². “Ser correspondente comercial (...) significava relações privilegiadas e obrigações recíprocas” (CUTRIM, 2018a,

11 Embora o Tratado de 1815 não tenha representado um impedimento, em termos práticos, à prática do tráfico negreiro pelos negociantes da praça de São Luís, certamente promoveu a alta dos preços dos escravizados. Para essa questão, ver Marcelo Galves (2019).

12 Para informações sobre o comércio realizado pelos negociantes do Corpo de Comércio do Maranhão, ver Lorrane Ribeiro (2021; 2022).

p. 69). Outrossim, Antonio José Pinto possuía ligações com a praça de Liverpool¹³, provavelmente relacionadas ao comércio de algodão, uma vez que este porto foi, entre os anos de 1821 e 1822, um dos principais destinos da exportação algodoeira do Maranhão (CUTRIM, 2018b).

Pinto também desfrutava de relações próximas com personagens influentes da província, como o negociante e comendador Antonio José Meirelles¹⁴. Segundo Garcia de Abranches, após o fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, começaram a se consolidar em São Luís as grandes casas de comércio (ABRANCHES, 1822 apud CUTRIM, 2018a). De acordo com Jerônimo de Viveiros (1954), a casa comercial de Antonio Meirelles foi uma das maiores firmas do Maranhão do início do século XIX, descrita pelo autor como a “mais importante entre os estabelecimentos comerciais lusitanos da praça maranhense” (VIVEIROS, 1954, p. 167). Seus negócios ultrapassaram o âmbito da província e alcançaram as bordas do Atlântico.

A casa comercial de Meirelles recebia, assim como a de Caetano José Teixeira¹⁵, as consignações do Banco do Brasil desde os meses finais de 1818. Em 1819, com a morte deste último, Antonio José Pinto responsabilizou-se pelos seus negócios. Nesse mesmo ano, conseguiu juntamente com Meirelles a correspondência do Banco do Brasil no Maranhão (CUTRIM, 2017, p. 60). Nas polêmicas envolvendo o Requerimento dirigido

13 Na edição nº 38 do Conciliador, Antonio José Pinto aparece como destinatário de “vários gêneros” advindos do porto de Liverpool.

14 Para um estudo aprofundado sobre o personagem, ver Luisa Cutrim (2017).

15 Um dos principais comerciantes de escravizados da província maranhense, o comendador Caetano José Teixeira atuou como credor do erário e representante do Banco do Brasil no Maranhão, além de configurar como um forte desafeto de Antonio Meirelles.

ao Soberano Congresso por 48 habitantes desta cidade¹⁶, uma das acusações destinadas não só ao comendador, mas também a Antonio Pinto, era referente a um possível roubo ao Banco:

De acordo com o folheto, Meirelles e Pinto deveriam prestar contas da soma de 570:000U000 réis referentes a prestações recebidas nos últimos dois anos. Contudo, pouco desse valor foi justificado, restando apresentar ao banco o total de 400:000U000 réis, que possivelmente não existiam de fato, uma vez que foram convertidos em bilhetes, de liquidez duvidosa, diga-se. Os dois correspondentes, então, não poderiam arcar com essa dívida (CUTRIM, 2017, p. 60).

Na defesa de Meirelles (O CONCILIADOR, n° 82, 24/4/1822, p. 11-13), Antonio José Pinto é mencionado em três das quatro páginas, em meio a documentos, despachos e certidões. Nelas, o comendador tentou demonstrar a natureza duvidosa das acusações que enfrentava, expondo que eles não eram devedores e sim credores de 808:274 réis ao Banco do Brasil. A edição n° 125 do Conciliador, de setembro de 1822, publica um documento do Banco do Brasil em que a instituição acusa a recepção do referido valor – nele, Pinto também é mencionado.

Antonio José Pinto figurou entre os nomes mais importantes do comércio desenvolvido no Maranhão no início da década de 1820. Seus negócios estenderam-se pelo mundo transatlântico, atestando a solidez desses homens de negócio, assim como a relevância da praça comercial de São Luís dentro dessa dinâmica. Longe de atuar apenas como representante e estar à mercê dos interesses dos grandes negociantes das praças de Lisboa e Porto, a trajetória de Antonio José Pinto evidencia que os homens da praça do Maranhão eram possuidores de ambições próprias e também de nomes reconhecidos nesse quadro comercial.

16 O Requerimento pode ser encontrado na edição n° 82 do Conciliador. Nele são traçadas denúncias contra as atitudes despóticas de Pinto da Fonseca e uma série de acusações a Antonio José Meirelles.

Considerações finais

Embora premissas liberais tenham sido instaladas no Maranhão após a “adesão” da província a Revolução Liberal do Porto, é notório que muitos aspectos do Antigo Regime ainda mantiveram-se vivos, como a influência direta das questões políticas sobre as relações mercantis. Os negociantes da praça comercial de São Luís não foram ignorantes a este detalhe e, a seu modo, buscaram estabelecer relações favoráveis aos seus negócios. No cenário pós-Revolução do Porto, tais relações tiveram como base o apoio as Cortes portuguesas e a administração provincial. Antonio José Pinto foi um desses homens; com a liberdade de imprensa, encontrou no ato de vir a público – por meio dos impressos – um modo de expressar seus posicionamentos¹⁷.

A manutenção dos laços com a metrópole era consenso entre os grupos proprietários da província. Antonio José Pinto encontrava-se inserido em um vasto comércio transatlântico, com vínculos firmados em diferentes praças comerciais, principalmente aquelas situadas na costa africana. Ao contrário do que afirma autores como Gabriel Pereira (2009), este homem não atuava apenas como representante dos grandes negociantes de Portugal nas Américas; no cenário mercantil, agiu a partir de capital e interesses próprios, arriscando-se em comércios perigosos, como o tráfico negroiro.

—Ao levantar temáticas que aos seus olhos ainda precisam ser mais bem exploradas pelos historiadores da Independência, João Pimenta (2008) aponta para a atuação dos negociantes, também percebidos por Gladys Ribeiro (1997) como fundamentais nesse momento, uma vez que seus interesses estavam diretamente vinculados à hegemonia do Império. Entender o papel desses homens a partir do Maranhão é problematizar assim os processos

17 Ainda que não tenha produzido reflexões publicadas em jornais e folhetos, prática comum a outros comerciantes naquele momento.

que encaminharam a Independência nas diferentes regiões do Brasil (CUTRIM, 2021). Um estudo meticuloso sobre a praça comercial de São Luís ainda precisa ser realizado, visto que a maioria dos negociantes da província continua como coadjuvantes na historiografia maranhense (CUTRIM, 2018a). No entanto, embora pequena, a análise da trajetória de Antonio José Pinto já evidencia a relevância do comércio marítimo realizado a partir do Maranhão no século XIX.

Referências

a) Documentos

O Conciliador – MA (1821-1823)

Tratado de paz e aliança concluído entre D. João VI, e o Seu Augusto Filho D. Pedro, Imperador do Brasil, aos 29 de agosto de 1825.

b) Bibliografia

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, abril de 2000, p. 32-71.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. *A alma do negócio: a trajetória do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 – c. 1832)*. Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

_____. *Negócios além-mar: a Casa comercial de Antonio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820- c. 1840)*. *Revista de História da UEG*, v. 7, p. 61-81, 2018a.

_____. Viagens Comerciais: relações mercantis estabelecidas ao redor do Atlântico a partir da praça comercial de São Luís do Maranhão (c. 1820-1830). In: **III Seminário Internacional Brasil no Século XIX**, Natal, 2018b.

_____. Os homens de negócio e a construção do Estado na Província do Maranhão. **Revista tempo, espaço e linguagem**, v. 12, p. 67-83, 2021.

FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c.1790-c.1830. **História: Questões e Debates**, v. 51, p. 69-119, 2009.

GALVES, Marcelo Cheche. “**Ao público sincero e imparcial**”: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

_____. Entre a transferência da Corte e a Revolução do Porto: a capitania do Maranhão em tempos de transformações no Império português. In: Francisco José Calazans Falcon; Marieta Pinheiro de Carvalho; Érica Sarmiento (dir.), **Relações de poder no mundo ibero-americano: séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 259-283.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). **Revista de História das Ideias (Coimbra), Coimbra**, v. 21, p. 389-440, 2000.

_____. Independência, independências. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 17-48.

PEREIRA, Gabriel Langier. **Independência e sequestro de bens: negócios, negociantes e correspondentes no Pará e Maranhão (1822-1842)**. Dissertação apresentada ao Programa de 29 Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico

do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista de História Iberoamericana**, v.1, 2008, p. 76-105.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RIBEIRO, Lorrane Costa. **Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de O Conciliador (1821-1823)**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2021.

_____. **Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de A Folha Medicinal do Maranhão (1822) e Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão (1823-1824)**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

ROWLAND, Robert. **Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente**. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 365-388.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

“SAIU VOSSA EXCELÊNCIA ELEITO DEPUTADO”: “CIDADÃOS” ENTRE A PROVÍNCIA DO MARANHÃO E O RIO DE JANEIRO (1825-1829)

Mário Augusto Carvalho Bezerra

Após a presença da bancada maranhense nas Cortes portuguesas de 1821 a 1822, a representatividade de Francisco Gonçalves Martins, João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo e Manoel Odorico Mendes na Assembleia Geral compreendeu a segunda participação política do Maranhão em Parlamento legislativo, agora no Brasil. Marcada por acirramentos entre os distritos eleitorais e a capital, as eleições em São Luís (1825) foi ponto central da reorganização política no espaço provincial, demarcado por figuras políticas – “portugueses” e “brasileiros” – que “renovaram” o quadro administrativo e representativo da província nos debates parlamentares na via de construção da unidade nacional.

A prosopografia será o método para analisar as biografias coletivas no conjunto social dos cidadãos eleitos para o cargo de deputado geral da província. Permitindo observar relações internas entre grupos, redes de relacionamentos, representações e configurações sociais. É a construção de biografia sem perder o ponto de partida: a dimensão coletiva. As análises da dimensão coletiva desses cidadãos configuram o desenvolvimento da política imperial em terras maranhenses, principalmente na imprensa. Pensar o Império brasileiro a partir do Maranhão requer trilhar por particularidades de personagens na cena política nos variados impressos da província, que estreitaram relações dentro e fora da província e do quadro de transformações sociais do liberalismo vigente.

A entrada do Maranhão na unidade política do Império do Brasil possui característica de pressão ao invés de vontade coletiva das elites administrativas e políticas do período. A problemática da “adesão” do Maranhão oficializada em 28 de julho de 1823, configurou em um processo político “de fora para dentro”, como afirma o historiador Mário Meireles em sua *História do Maranhão*, pautado na formação da unidade política nacional “sem mesmo existir tal clima em terras maranhenses” (MEIRELES, 2015, p. 264).

Confrontando a afirmação de Meireles, o presente texto tem como objetivo discutir a “adesão” do Maranhão a Independência do Brasil, pautada na participação política de dois personagens centrais desse trabalho, são eles: Francisco Gonçalves Martins e João Bráulio Muniz; e formação de ideias independentistas a partir de São Luís. Além disso, destacar a chegada do Oficial Militar Manuel Telles da Silva Lobo, nomeado pelo almirante Lord Cochrane ao cargo de Presidente Interino da Província do Maranhão.

O historiador Matthias Röhrig Assunção destaca três aspectos principais do processo de adesão à Independência no Maranhão: “a luta ferrenha entre as facções da elite pelo poder local e regional, a relativa violência dos conflitos durante esse período e o alto grau de envolvimento das classes populares” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 345). Pontos centrais para identificar a movimentação política do período, enfatizando a dinamização das elites políticas em busca do poder administrativo, assim:

A adesão tardia da província do Maranhão ao Império do Brasil, assim como de outras províncias como a Bahia, Piauí, Pará e a Cisplatina (atual Uruguai) mostra como a separação política com a metrópole portuguesa não era um consenso entre as elites “brasileiras” (ABRANTES; MATEUS, 2018)¹.

1 Artigo disponível no site do Portal Guará (<https://portalguara.com/adesao-do-maranhao-a-independencia-o-dia-28-de-julho-entre-lembrancas-e-esquecimentos/>), acessado em 2/7/2022.

Com a inserção do Maranhão no Império do Brasil, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário do provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos quanto as pressões a causa brasileira.

No período de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto a Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império, com a presença significativa de representantes do Brasil que retornaram do Parlamento Português. Na configuração da nova cultura política brasileira, coube às câmaras de cada província a ligação entre a Constituição e o Imperador, permeando o processo de construção da soberania política, pois “esse sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil” (SOUZA, 1999, p. 143).

Entendida como conjunto de práticas simbólicas, hábitos, costumes e discursos, a cultura política do Maranhão na década de 1820 pode ser dividida em duas: a primeira: defendida por portugueses ligados aos comandos e manutenção da fidelidade política de Lisboa como centro de autoridade política; a segunda: brasílica e separatista, ou seja, fruto das transformações políticas e sociais do liberalismo constitucional vintista, pautada na inserção de ideais independentistas, visando autonomia política do Império. Ambas ficam evidentes ao observar os dissensos entre defesas da “causa portuguesa” e “causa brasileira”, pois “até o momento definitivo da ruptura, em fins de 1822, a noção de “brasileiro” e “português” não incorporavam ainda o sentido das rivalidades que foram se desenrolando” (ARAÚJO, 2018, p. 133).

A participação política do Maranhão no Império do Brasil foi marcada por dois aspectos: o primeiro, referente a organização do Estado Imperial, composto por elites políticas

e econômicas com formação ilustrada pela Universidade de Coimbra, daí decorrentes ao processo de independência brasileiro “capitaneado por uma geração de homens que acalentara o ideal ilustrado de um vasto império luso-brasileiro, a quem caberia a tarefa de construir as bases político-institucionais do jovem Estado” (CABRAL, 2015, p. 31); a segunda, relacionada com a inserção e transição da política constitucional no Maranhão após a “adesão” ao novo Estado.

Com a Independência do eixo Centro-Sul, cabia a Corte do Rio de Janeiro a unificação das províncias do Norte do Brasil, com objetivo de construir a nação através da unidade política nacional, em razão de que “o novo Império não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização” (MAGNOLI, 2003, p. 294).

No Maranhão, a primeira Junta Provisória e Administrativa de Governo do Maranhão foi eleita em 15 de fevereiro de 1822, possuindo como marca os laços políticos e econômicos com a Corte portuguesa, resultando em lento processo de inserção no Império brasileiro. De acordo com a historiadora Edyene Lima:

O fim do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca não significou uma trégua nas disputas políticas entre os principais grupos familiares da província do Maranhão. Entre os conflitos, rivalidades e interesses, práticas estas que compunham a agenda do processo de constituição das Juntas de Governo, a organização política do Maranhão foi sendo desenhada de acordo com a demanda de poder em mãos de grupos específicos das elites locais (LIMA, 2009, p. 83).

Naquele período, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que administrou a província de 1819 a 1822, partia para a Europa. Vieira da Silva descreve o momento da partida de Fonseca com entusiasmo, motivado, talvez, pela imagem positiva durante os anos de sua administração e das “novidades do tempo” implantadas na província.

No dia 28 do mesmo mês [fevereiro], saiu deste porto com destino ao de Lisboa a Galera inglesa George, transportando a seu bordo o Marechal Silveira que, com as formalidades devidas ao cargo que ocupava, acompanhando dos membros da Junta do Governo, autoridades e numerosos cidadãos, embarcou das 9 para as 10 horas da manhã, deixando um nome benquisto e levando as bênçãos dos maranhenses (SILVA, 1972, p. 57-58).

Composta por alguns cidadãos formados na Universidade de Coimbra, o cargo de presidente foi exercido pelo bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, residente em São Luís desde 1820,

Desse modo, cada vez mais se envolvia na crise política superveniente, mas no curso da qual sempre se manteria incondicional e intransigentemente ao lado do legitimismo português” (MEIRELES, 1977, p. 199).

Como secretário, o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort. Vale lembrar que Sebastião Belfort participou das eleições de 1821, referente a primeira bancada do Maranhão nas Cortes portuguesas, concorrendo com Raimundo de Brito Magalhães e Cunha em segundo escrutínio, ficando empatado em número de votos, saindo Cunha eleito. Naquele momento, “a eleição para deputados foi resultado de uma composição entre os partidários do Antigo Regime e o movimento constitucional” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 350).

No pleito de 1825, Belfort reaparece concorrendo a uma cadeira de deputado geral para a Câmara dos Deputados instalada em 1826 no Rio de Janeiro. Portanto, figura política ativa em São Luís durante e após a adesão a Revolução do Porto. Os nomes do chefe-de-esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, o desembargador João Francisco Leal, coronel Antônio Rodrigues dos Santos, tenente Caetano José de Sousa e o tesoureiro Tomás Tavares da Silva, compuseram o restante dos membros da Junta.

Para o Comando das Armas, fora nomeado o Marechal de Campo Agostinho Antônio de Faria, em razão de ser oficial de maior patente e mais antigo residente na província. Vieira

da Silva, tece alguns apontamentos da trajetória do marechal. Dentre as informações destaca que “tendo participado da Junta Consultiva da Província, instalada em 9 de abril de 1821, foi depois Governador das Armas desde 1822 até o último dia de feroz resistência à Independência no Maranhão” (SILVA, 1972, p. 57).

No âmbito das províncias e para benefício das elites políticas regionais e locais, a formação de Juntas de Governos aliadas com a administração dos comandantes de armas – garantindo o controle das Cortes sobre as Juntas – proporcionou aos grupos de elites, maior atuação nas decisões políticas, ou melhor, “evitando secessões nas províncias” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 313).

No Maranhão, a formação das Juntas, composta por membros das elites políticas locais tanto de São Luís quanto da vila de Itapecuru, foram marcadas pelos dissensos políticos entre a causa portuguesa e brasileira. Desse modo, a favor da união com as Cortes lisboetas, os membros da Junta, que tomaram posse em 16 de fevereiro de 1822, ocuparam-se em repudiar as ordens vindas do Rio de Janeiro, enviando às Cortes informações e papéis oficiais do governo, como testemunho da sua adesão e fidelidade a El-Rei, juntamente com as províncias do Pará e Piauí, zelando pela manutenção da legalidade.

As sucessivas adesões das províncias vizinhas ao longo de 1822 foram responsáveis pelo sucessivo avanço das tropas independentistas pelo interior até a capital São Luís. Depois de passar pelo Ceará e Piauí, as tropas avançaram pelo rio Parnaíba até as vilas de Brejo, São José dos Matões e Pastos Bons. Em 18 de junho de 1823, diante das ameaças e ações de queimadas de fazendas e saques aos armazéns dos portugueses contrários a causa brasileira, a adesão do comandante geral da Vila de Itapecuru-Mirim, José Félix Pereira de Burgos, contribuiu no aumento da causa brasileira.

As adesões das vilas e cidades do interior foram sentidas na capital, a cidade de São Luís ficou isolada com a manutenção das relações políticas com Lisboa, perdendo apoio dos ricos proprietários e comerciantes portugueses residentes nas vilas com os avanços das tropas militares desde abril de 1822.

“Saiu Vossa Excelência eleito Deputado”

Em março de 1824, o decreto imperial que regulava as eleições para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (Art. 7), afirmava que “o eleitor deve ser homem probo, e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita, e inimizade à causa do Brasil”². À vista disso, compreendia um dos primeiros passos para a manutenção da unidade nacional brasileira, estabelecido pela Carta Magna de 1824.

A Constituição de 1824 é o ponto de partida para analisar os procedimentos eleitorais dos cidadãos que foram eleitos para a representação nacional, ou seja, para compor os órgãos públicos e de debates políticos com a função de organizar e manter a unidade nacional, conquistada sob “adesões” marcadas pela resistência e ligações políticas com as ordens do “velho” centro administrativo de poder – Lisboa.

Centrada no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, dividida em duas casas de governo – Câmara dos Deputados e Senado – formada por membros das elites econômicas e políticas das províncias brasileiras (elites regionais), formavam as regras, ordens e leis para administrar o recente Império. Dessa forma,

2 O eleitor era um personagem político com as características de compromissário do povo, que devia amar a pátria e o bem público. Estes seriam cidadãos proprietários, escolhidos a partir das suas rendas, por isso faziam parte de um grupo seletivo em cada província (BEZERRA, 2017, p. 45).

A Constituição não apenas modelaria a formação do Estado, como teria importante papel no projeto de instituição e manutenção do Império brasileiro. A elaboração da Constituição passaria a representar uma demanda política vinculada à organização e ao estabelecimento de limites dos poderes políticos do Estado, e também à garantia de direitos individuais e liberdades civis dos súditos convertidos em cidadãos (CABRAL, 2015, p. 38).

Elemento criador da ordem, o texto constitucional de 1824 é a composição de ideias com foco na construção e manutenção da unidade política. Definindo como forma de governo a monarquia constitucional hereditária e representativa, possuía suas bases na figura e ação do Imperador e na Assembleia Geral Legislativa sob o comando dos representantes da nação.

A Constituição definiu a condição de ser cidadãos, político e representante, dotando os indivíduos dos grupos de elites regionais de direitos políticos, em razão de “o Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros” (BRASIL, 1824, Art. 1º). Incitando os preceitos constitucionais do Império e a clara posição política a causa brasileira em construção da “campanha” almejando a cadeira de deputado geral, Odorico Mendes publicou em sua folha política que:

Constituição do Estado é a regra fundamental que determina o modo porque se deve exercer a autoridade pública. Vê-se nela a forma debaixo da qual obra a nação como um corpo político; qual é o teor porque deve o povo ser governado, e quais são os direitos e os deveres dos governantes. Esta Constituição é, em último resultado, o estabelecimento da ordem porque deve trabalhar uma nação para obter as vantagens que a incitaram a formar a sociedade política (Argos da Lei, nº 5, 21/1/1825).

O estabelecimento da ordem expressa pelo reconhecimento dos poderes Legislativos, Moderador, Executivo e Judicial sob “a sansão do Imperador”, denotam o quanto a centralização política residia na imagem do soberano. Do poder Legislativo, delegado à Assembleia Geral, cabia a função de “fazer as leis; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação” (BRASIL, 1824, Art. 15). Andréa Slemian destaca que a viabilização da estrutura do novo Estado do Brasil é

resultado da representação política no espaço legislativo e dos desdobramentos da administração na criação de leis, visto pela historiadora como pilar de sustentação do Império (SLEMIAN, 2006, p. 2). Deste modo, “o Parlamento funcionou como espaço decisivo de negociação e confronto entre setores distintos da elite brasileira” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 80).

De acordo com a ata eleitoral, a apuração dos votos para Deputados Gerais ocorreu em 6 de junho de 1825 em São Luís, na sala do Teatro União, local designado pela Câmara da capital para a última apuração dos votos dos Senadores e Deputados da Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil. As eleições do Maranhão em 1825 contaram com a participação de antigas figuras políticas, envolvidas nos tumultos da adesão a Revolução do Porto pelo governador Pinto da Fonseca em 6 de abril de 1821.

Os “velhos” cidadãos políticos presentes na eleição eram Joaquim Antônio Vieira Belfort e José João Beckman e Caldas, de acordo com a ata eleitoral de 1825, obtendo baixo número de votos. Outros cidadãos, envolvidos na administração pública e ligados a elite política maranhense e de outras províncias, garantiram as maiores quantidades de votos no pleito, entre o quais: João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo, Francisco Gonçalves Martins e o recém-chegado de Coimbra, Manuel Odorico Mendes.

“Não nos embaracemos com os dias santos, trabalhemos”

Em São Luís, finalizadas as eleições provinciais em junho de 1825, seguiram os deputados eleitos para o Rio de Janeiro com o propósito de compor a bancada maranhense nos debates da Assembleia Geral de 1826. Centro político misto – Câmara e Senado – na consolidação da organização política-administrativa da nação, regido pelo Artigo 15, incisos 8º e 9º, de “fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revoga-las” e, “promover o bem

geral da Nação”, instituídos pela Constituição de 1824. Exercício que caberia aos “novos” oficiais representantes políticos: o Imperador, os Deputados e Senadores do Império.

Nessa perspectiva, Marcelo Galves e Yuri Costa destacam que após a Independência “a produção legislativa foi tida como elemento que viabilizava o surgimento da própria nação” (GALVES; COSTA, 2011, p. 64), transformando hábitos e costumes absolutistas na formação da cultura política brasileira constitucional. Desde 1826, enquanto órgão de reunião dos representantes das elites políticas das províncias brasileiras, a Câmara dos Deputados foi composta por Francisco Martins, Telles Lobo, Bráulio Muniz e Odorico Mendes em diferentes níveis de frequência, articulação e desempenho político. Nesse sentido, o presente tópico tem como objetivo analisar a atuação dos deputados do Maranhão na apresentação e defesa de propostas particulares à província nos debates legislativos da Assembleia Geral Legislativa, a partir dos Anais da Câmara dos Deputados.

Após a Independência, a província do Rio de Janeiro concentrou o centro de autoridade política do Brasil, com a instalação de importantes órgãos administrativos do Império, reunindo em seus recintos as elites políticas das provinciais sob o pacto imperial com o Imperador na construção e consolidação da unidade nacional em bases jurídicas legais. A pedagogia constitucional do período atrelada a ideia de ordem, disciplina, unidade e organização jurídica compreendiam a premissa central da construção do Estado a partir do Parlamento.

Instalada na efervescência da emancipação, a Assembleia Constituinte de 1823 não obteve saldo positivo quanto a criação de uma Constituição brasileira e organização institucional do Estado pelos deputados gerais, “que representavam o que de mais expressivo havia na elite local e que, no período de agravamento da crise política com Portugal, tinha se organizado em torno da figura de D. Pedro” (CABRAL, 2015, p. 36). Mais

tarde, a quebra do equilíbrio político entre súditos e o monarca favoreceram as divergências quanto a organização institucional do Brasil.

Na Câmara, o exercício parlamentar no quadriênio de 1826 a 1829, configurou a consolidação da promulgação da Constituição; a operacionalização das medidas expressas no texto constitucional; a reunião de alguns cidadãos com experiências parlamentares desde as Cortes portuguesas e Constituinte brasileira; e, atuação de cidadãos eleitos por grupos políticos províncias para a primeira experiência de representação política. Tal como havia sido estabelecido em 1821 nas Cortes Extraordinárias portuguesas e no Brasil pós-independência desde 1823,

O papel do Parlamento como lugar dos “representantes da nação”, era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei (SLEMIAN, 2006, p. 14-15).

O momento de instalação da Assembleia como espaço representativo e de participação política constituía a fixação institucional da nação, pautada na liturgia política liberal propagada no Brasil com ecos da Revolução do Porto. Para isso, quatro poderes políticos foram estabelecidos pela Constituição brasileira de 1824 – o Poder Legislativo, formado pela composição e instalação da Assembleia Geral em duas casas: Câmara eletiva e Senado vitalício; o Executivo (com amplos poderes, exercido pelos ministros de Estado chefiado pelo Imperador); Moderador (concentrado na figura do Imperador) e o Judiciário – poder independente, composto de juízes e jurados. Por ela foram também definidos os princípios básicos que nortearam o exercício de cada um. Ao Poder Legislativo foi atribuído à composição e instalação da Assembleia Geral, havendo a sanção do Imperador para seu devido funcionamento durante as legislaturas com duração de quatro anos.

Durante as sessões preparatórias, a bancada do Maranhão manteve-se em poucas atividades parlamentares. Francisco Martins, que tivera maior presença durante as sessões preparatórias do ano anterior, não compareceu, sem causa apresentada à mesa, nas cinco primeiras sessões de 1827. O deputado Bráulio Muniz em 27 de abril foi nomeado para compor a deputação que cumpria saber em que dia, hora e lugar se designaria a solene abertura da Assembleia.

Foi Odorico Mendes o primeiro parlamentar da bancada a manifestar-se sobre algo relacionado ao Maranhão na sessão datada de 5 de maio – dessa vez para “inocentar” a província sobre os ecos da Confederação do Equador proclamada em 2 de julho de 1824 na província de Pernambuco. Vale destacar que a atuação dos deputados também estava compreendida na defesa de ideias forjadas sobre o Maranhão ou região em qual estava compreendida a província, assim como, as ligações que nutria com o Pará.

Quanto a Telles Lobo, rumou para o Rio de Janeiro em 5 de julho de 1825, com pouco menos um mês após a finalização das eleições em São Luís. Lobo foi o último da bancada a tomar assento em 22 de maio de 1826. Em 19 de maio seu diploma de deputado foi examinado e aprovado de acordo com a lei e ata eleitoral pela Comissão de Poderes, formada por eleições internas e composta pelos deputados Nicolau de Campos Vergueiro, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Januário da Cunha Barbosa e Bernardo Pereira de Vasconcellos. O primeiro registro de atuação parlamentar de Lobo na Câmara ocorreu em 27 de maio de 1826, sessão em que estavam presentes todos os deputados da bancada maranhense em apoio aos benefícios que seriam implantados na província do Pará e Maranhão.

De volta à Câmara, o deputado Francisco Martins manifestou-se na sessão de 7 de maio de 1827, como membro da Comissão da Saúde em que foi realizada a leitura do parecer sobre o requerimento do cidadão João Gonçalves dos Santos,

natural da Bahia, sobre a criação da cadeira de higiene pública no colégio médico-cirúrgico da Bahia. Além de Martins, compunha a Comissão de Saúde Pública os deputados Francisco Xavier Ferreira, Antônio Ferreira França, José Lino Coutinho e José Avelino Barbosa. Eleita em 10 de maio de 1826, foi a única comissão em que participou o deputado Francisco Martins – “eleito com total de 9 votos” – durante a primeira legislatura (ANAIS, 10/5/1826, p. 38).

O ano legislativo de 1828 apresentou uma diminuição na atuação dos deputados do Maranhão, principalmente de Lobo e Odorico. Sobre este último, nenhum registro de pronunciamento ou discurso foi registrado no Índice Onomástico da Câmara dos Deputados (1826-1889). O fato foi em razão da partida de Odorico para o Maranhão. Por sua vez, Lobo na sessão datada de 13 de maio, foi nomeado para compor a deputação formada pelo presidente da mesa “que deve dirigir ao trono a resposta da Câmara à fala da abertura da Assembleia”. Francisco Martins seguiu designado como componente da deputação enviada ao Imperador.

Quanto ao deputado Bráulio Muniz, iniciou o terceiro ano de exercício parlamentar como membro da Comissão de Comércio. Com votação realizada na sessão de 6 de maio, foram eleitos os deputados Clemente Pereira com 53 votos; Galvão: 45; Pires Ferreira: 32; Paula e Souza: 25 e Bráulio Muniz com 27 votos. Foi a segunda eleição para compor uma comissão. A primeira ocorreu em 10 de maio de 1827, em que saiu eleito com 29 votos, juntamente com o Arcebispo da Bahia: Romualdo Antônio de Seixas (49 votos); Cunha Barbosa (36); Odorico (28) e Nabuco (28) como membros da Comissão de Colonização.

Com 118 sessões, divididas entre extraordinárias e ordinárias, o quarto e último ano de funcionamento da Câmara dos Deputados concentrou os debates sobre a crise do tesouro nacional, destacado pelo Imperador em seu discurso de abertura da sessão extraordinária em 2 de abril de 1829, uma vez que “até agora não tem obtido desta Assembleia medidas

eficazes e salutares”, e acrescentou a necessidade de soluções no transcorrer da “sessão extraordinária, e no decorrer da ordinária, a despeito das minhas tão reiteradas recomendações, não arranja um negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos agrada” (ANAIS, 2/4/1829, p. 1).

Tal contexto obteve reflexo nos debates que se seguiram na Câmara em que as discussões sobre o projeto de imposto sobre as companhias de comércio; deliberação da proposta do governo sobre o banco do Brasil e da proposta do ministro da Fazenda ganharam intensidade. Em geral, o período é marco importante da crise estrutural e política entre o Parlamento e os interesses do Imperador, processo que culminou em crescente oposição seguida da Abdicação de D. Pedro I.

REFERÊNCIAS

Documentos:

- Documentos Oficiais

a) Manuscritos:

- Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasil):
- Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829).
- Constituição Política do Império de 1824.

b) Periódico (impresso):

- (O) *Argos da Lei* (MA) – 1825.

Bibliografia:

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **Adesão do Maranhão à Independência: entre lembranças e esquecimentos**. 2018 (<https://portalguara.com>), acessado em 3/9/2019.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 342f. 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da Anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia** (Org.). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

BEZERRA, Mário Augusto Carvalho. **“Soôu mais perto o clarim da liberdade”**: as Cortes portuguesas e a política constitucional no Maranhão (1821-1823). 87f. Monografia (Curso de História Licenciatura). Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

CABRAL, Dilma. Estado e administração na formação de um país independente. In: _____. (Orga.). **Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

_____; ALVES, Salomão Pontes. Os entornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma. (Orga.). **Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. Projetos liberais. In: **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack braziliense**, nº 01, maio, 2005, p. 80-92.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas Famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. PPGH / UFPB. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 5 ed. Promovida e revista por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

_____. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão / SIOGE, 1977.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. 339f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, Luís Antônio Vieira da Silva. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999.

VARIA FORTUNA DE UM SOLDADO PORTUGUÊS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO MAJOR JOÃO JOSÉ DA CUNHA FIDIÉ NA HISTÓRIA DO PIAUÍ (1907-1979)

Samuel Jorge Barreto
Johny Santana de Araújo

INTRODUÇÃO

Este estudo se desenvolveu tendo como objetivo principal compreender como, e em quais circunstâncias, se desenvolveu a construção historiográfica da figura do Major João José da Cunha Fidié, a partir dos vestígios documentais e dos seus espaços e lugares de memória, no esforço de abranger aquilo que se convencionou chamar de historiografia das guerras de independência no Piauí. Dessa forma, se considera a historiografia construída a partir dos estudos sobre a Batalha do Jenipapo, sua relação com a historiografia portuguesa sobre a independência, e a participação do comandante Fidié no conflito.

Fidié, embora tenha sido um personagem fundamental na história tanto da Europa, quanto do Brasil e do Piauí, vem, até hoje tendo sua importância negligenciada na historiografia atual. Apresentando a figura de Fidié, como participante, observador e de voz ativa no conflito, impactando diretamente no Brasil, podemos proporcionar uma pequena gota do oceano de oportunidades que cruzar documentos e narrativas desses dois países, Brasil e Portugal, pode trazer aos estudos históricos.

O militar Fidié esteve no Brasil e foi um dos personagens principais na Batalha do Jenipapo, uma das mais sangrentas e importantes batalhas para a constituição da Independência do Brasil. Buscar-se-á, então, elucidar algumas leituras, algumas histórias e os silêncios que foram construídos sobre este intrigante personagem que ora dito herói, ora dito vilão, foi participante ativo da história portuguesa e brasileira na primeira metade do século XIX.

Percebemos que a escrita da História é uma tarefa muito difícil e, não é demérito dizer, que todos os historiadores estão sujeitos as tentações de sua pesquisa, contudo, é através da teoria e metodologia que o pesquisador consegue atuar de forma mais crítica e neutra. O trabalho, no geral, busca, para além de todo o estudo acerca desse período, identificar e expor as intenções de Odilon Nunes, Abdias Neves e Monsenhor Chaves, ao narrarem os acontecimentos da Batalha do Jenipapo e das lutas separatistas desse período.

FIDIÉ NO BRASIL

Fidié resistiu no Brasil até o final do período das guerras de emancipação, e mesmo depois de preso pelos independentes, em julho de 1823, se manteve impassível quanto as batalhas que lutou, e foi visto pelos oficiais e vítimas ao seu redor como um sanguinário que lutava, não pelo seu país, mas por extravagância de colecionar vitórias. A exemplo do que diz a descrição de sua missão na carta escrita pelo Sargento Mor. Comandante da Primeira Divisão do Exército Imperial, Luiz Rodrigues Chaves, “que depois de tantas fadigas, tantos sacrifícios de bens e famílias, tantas batalhas e tanto sangue que o opressor Fidié tem feito derramar por um louco capricho[...]” (FIDIÉ, 1850, Doc. n° 37, p. 111), podendo ser observado a mesma descrição de sua missão também na carta escrita pelo Sargento Mor. Comandante da Primeira Divisão do Exército Imperial, Luiz Rodrigues Chaves:

[...] para defender os direitos da nação Portuguesa, cujo resultado infalivelmente é sepultar este povo debaixo das cinzas das suas mesmas trincheiras. Sabe Vossa Senhoria, que todas as mais Províncias do Brasil estão ligadas em um só ponto, e para um só fim [...] já não lhe consta que a Villa de Itapicurú, chave desta para o Maranhão, e daquele para esta assim o praticou? Como espera pois Vossa Senhoria sustentar o seu capricho[...] (FIDIÉ, *Ibid*, Doc. n° 4, p.36).

Desembarcou em Oeiras, então capital da Província, em agosto de 1822. No contexto da Guerra de Independência do Brasil, marchou para a vila da Parnaíba, e após tentar o retorno de suas tropas a Oeiras para deter a ação revolucionária, teve que sustentar uma luta sangrenta com os partidários da independência, conflito que ficou conhecido como Batalha do Jenipapo.

A Batalha do Jenipapo ocorrida na Província do Piauí e seus desdobramentos até o cerco das Tropas de Fidié, em Caxias no Maranhão, é evento fundamental do processo de Independência do Brasil, o que contrasta com o lugar a ela atribuída na historiografia brasileira atual. Era certo que, nesse e noutros processos da emancipação pelo Brasil, mais pólvora e sangue fossem derramados de maneira dramática, principalmente quando o povo enxergava a violência exacerbada ao olhar para trás, nas memórias do seu próprio passado colonial.

Maria do Amparo Alves de Carvalho, percebeu em sua pesquisa, *Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*, como as memórias afetivas atuavam sobre a Batalha do Jenipapo no imaginário popular piauiense. Mais especificamente, podemos perceber que os traumas da guerra podem atuar tão fortemente em uma comunidade, que muito frequentemente passa a fazer parte do imaginário desse corpo social. Além disso, Jacques Le Goff também observa a interferência dessas memórias traumáticas na produção dos documentos que as relatam e, tão quanto, na escrita histórica. Assim, de acordo com Le Goff:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1998, p. 368).

Sobretudo, em nossa pesquisa, fomos direcionados aos conhecimentos das particularidades do uso da memória desse povo pela historiografia piauiense. Entendendo a memória como signo vivo das lembranças, estando elas, sempre alheias aos movimentos das sociedades futuras. Estas memórias, de uma vida individual ou da vida de uma comunidade, deixam marcas de impacto e permanências, a partir das transformações de suas relações coletivas (POLLAK, 1989, p. 3-15).

BANDIDO OU HERÓI: as representações na historiografia

O conceito de representação coletiva foi criado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, que pretendia, assim, demonstrar como certos fenômenos coletivos eram experienciados de forma diferente dos fenômenos individuais. Posteriormente, a partir do conceito criado por Durkheim, surge a ideia de representações sociais, utilizada pelos historiadores com muita frequência após a Nova História Cultural, para retratar como é construída a percepção comum de um evento, personagem ou opinião, em determinado corpo social, que por muitas vezes transforma-se em uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990, p.22-23).

Roger Chartier explica que as representações no geral são “sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (1990, p.17), e apresenta o conceito de representação como sendo a “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (ibid., p.20), e como a ferramenta usada para tratar sobre algo ou alguém, de um ponto de vista específico, criado por determinado grupo, que produz uma

imagem que será posteriormente difundida e absorvida pelo grupo que ela almeja interferir. No caso de João José da Cunha Fidié, muitas foram as representações feitas sobre sua figura, especialmente pela literatura e historiografia piauiense, que popularizaram a imagem do personagem, ficando conhecido como o principal vilão da história do Piauí.

Na literatura, desde muito antes dos romances do século XVI, ou mesmo nas expressões artísticas mais antigas, a ideia de herói e, conseqüentemente, de vilão, sempre esteve presente. Nessas construções discursivas os personagens são elaborados para demonstrarem certas particularidades, signos colocados nas entrelinhas, que guiam aquele que o imagina, para que, sozinho, assuma a imagem do indivíduo da estória como bom ou mau (FIGUEIREDO, 2014, p.3).

É possível entender que as representações dos personagens históricos podem ser criadas através de signos comuns, inseridos em um discurso e difundido em determinado corpo social (BRAIT, 1985, p.44-45). Deste modo, as descrições de um evento ou personagem pela literatura, arte, ou outro meio, geram padrões que podem levar a uma cadeia de interpretações similares na sociedade que a atinge, como por exemplo, colocar, em determinadas narrativas, a figura de personagens em posições de batalha pelo heroísmo, ou na posição de adversário, como inimigo.

Na pesquisa historiográfica, os pesquisadores se deparam com inúmeros documentos que foram construídos por certos grupos que estavam no domínio em uma sociedade, e que, por vezes, foram responsáveis por criar um discurso de uma época, que influenciariam todo o corpo social do local. É, ainda, possível encontrar documentos que apontam um evento a partir da perspectiva de certos indivíduos. Desse modo, o historiador deve tentar não ser tomado pelas paixões de um simples leitor, visto que “documento algum é neutro” (BACELLAR, 2006, p. 63-64), deve, então, fazer uma análise cuidadosa envolvendo todos os aspectos deste meio.

Mas e quando os historiadores buscam criar uma história e uma imagem tendenciosa sobre determinado evento? É a partir daí, então, que a própria historiografia e as memórias podem se tornar uma nova fonte histórica, através da análise do que os historiadores do passado escreveram sobre determinado evento, podemos perceber o contexto e as intenções que estavam inseridas naquela produção de fontes primárias históricas.

CONSTRUÇÃO IDENTIDADE BRASILEIRA A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA E DA HISTORIOGRAFIA

Como aponta Miriam Dolhnikoff, assim que a República é declarada, “as elites da antiga América portuguesa assumiram a direção da construção de um novo Estado, da organização de uma comunidade nacional, através de laços simbólicos e concretos que reunissem a população do novo país [...]” (DOLHNIKOFF, 2020, p.31).

Os historiadores desse momento faziam parte dessa elite política, da qual o trabalho era coordenado pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB), essa elite contava com atores das mais diversas áreas, como jornalistas, padres, militares, advogados, literatos, que se uniram com o objetivo de construir um mecanismo que pudesse relacionar os fragmentos da América portuguesa, que muito pouco tinham em comum, territórios que não possuíam, até então, conexão para além dos interesses de Portugal. A partir daí, foram formuladas diversas noções de um Brasil por esse grupo, especialmente no que diz respeito a cultura e a historicidade, com o objetivo de unificar a população, que ainda estava distante de se chamar de povo brasileiro, e, assim buscavam elaborar um discurso que fosse capaz de estabelecer aos, agora brasileiros, uma sensação de pertencimento a uma comunidade nacional.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e

visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2007, p.10).

O objetivo do novo País, após a guerra do Paraguai, era se apresentar ao mundo como um país livre, um novo Estado respeitável perante as nações, e para isso houve uma união das classes mais influentes, nas variadas regiões do país, para elaborar um Estado unificado e centralizado em uma região, o Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2015, pág. 45).

Nesse momento, o imperador tinha ciência que a historiografia era sua maior aliada “para legitimar-se no poder [...] a nação carecia de um passado para orgulhar-se” (ARAÚJO, 2015, p.47), e fazer investimentos na área da História era uma das apostas de Dom Pedro II, tendo em vista que a pesquisa e, principalmente a escrita historiográfica, tinham o papel central na formação da opinião pública, pois buscavam as raízes da brasilidade, e contribuíam para a elaboração da História do Brasil, assim, poderiam sutilmente serem capazes de impulsionar as mais diversas posições quanto a nova nação, em geral positivas, a partir de uma “justificativa intelectual” (ARAÚJO, *Ibid.*, p.48), tanto para os brasileiros quanto para os outros países.

Não estamos aqui buscando avaliar ou julgar o posicionamento dos historiadores da época e nem os acusar da não neutralidade, visto que parte da pesquisa e escrita histórica é a dificuldade de se desconectar do objeto e da narrativa que será construída. Como já dizia Michael de Certeau, aquele que escreve sobre o passado possui um lugar de fala que o limita a um “lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p.65).

HISTORIOGRAFIA E LITERATURA PIAUIENSE ACERCA DA BATALHA DO JENIPAPO – motivações dos historiadores.

No Brasil, no século XIX, as guerras de independência serviram de instrumento de proveito para que os estados reafirmassem sua importância no país no pós-independência, e despertassem o sentimento de pertencimento ao seu povo.

Ao fim século XIX, após a Independência, o Piauí viveu uma fase de “empobrecimento e de marginalização” (OLIVEIRA, 1985, p.33.) que o coloca em uma posição quase de invisibilidade no contexto brasileiro, especialmente visto que sua contribuição econômica para o país ainda era insignificante (QUEIROZ, 2015, p.51). Esse período, foi para o Piauí um momento em que se percebia a carência da participação piauiense nas questões próprias de governo, muitos estados do Brasil atuavam em nome do Piauí em deliberações que não lhes diziam respeito, sobre temas que envolviam características e demandas do estado que não tinham conhecimento, tendo em vista que não pertenciam àquela terra, essa interferência perdura até os primeiros anos do século XX (QUEIROZ, 2015, p.46).

No período do pós-independência, houve uma corrida para a construção da nacionalidade e das regionalidades brasileiras, especialmente no período de 1830 a 1860. No entanto, o Piauí ainda vivia inerte quanto a isso, embora o estado tenha necessitado por muito tempo se encaixar neste cenário de participação nas guerras de independência, não como um estado esquecido ou atrasado, mas um atuante na defesa do país, a narrativa da participação do Piauí nesse processo, especialmente acerca da Batalha do Jenipapo pelo ponto de vista de pesquisadores piauienses, só se percebe com clareza a partir de 1890, mais precisamente com a obra *A Guerra do Fidié* de Abdias Neves, em 1907 (QUEIROZ, 2011, p.148).

O contexto em que a obra de Abdias Neves está inserida é fundamental para entender quais os impulsos que fazem com que essa historiografia piauiense se concentrasse nas guerras de independência, ainda que estivesse vivendo uma outra conjuntura política.

O cenário que os historiadores Abdias Neves, Monsenhor Chaves e Odilon Nunes, experimentam e publicam suas obras, era o de um novo regime de governo, o da República Presidencialista do Brasil, que inicia após o golpe político-militar que rompe completamente com Portugal, destituindo e intimando o Imperador ao exílio, em 1889. O novo governo coloca os brasileiros em foco e, a partir da nova constituição de 1891, que estabelece “ser brasileiro nato” como condição para o cidadão que objetive a presidência da república, conforme alínea 1º, parágrafo 3º do artigo 41, os brasileiros, agora, se concentrariam como os únicos possíveis a governarem o país.

O artigo 2º da nova Constituição aponta que: “cada uma das antigas Províncias formará um Estado [...]”, já o artigo 63 dispõe que “cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar respeitadas os princípios constitucionais da União”. Com isso, os Estados ganham autonomia, e o Governo Federal, aos poucos, cede atribuições aos estados nacionais, cada um ficando responsável por sua própria administração, podendo estabelecer leis e encargos próprios, e decidir, desde que não colidissem com os preceitos constitucionais do país, as suas diretrizes, conforme os interesses de seu corpo social.

É nesse cenário, então, que partindo da indignação dos governadores e da elite piauiense, que não tinham seus interesses atendidos pelo governo federal, e de suas denúncias acerca da omissão da União para com o Estado, foi se alastrando, especialmente entre aqueles produtores do discurso intelectual, a ideia da construção de uma “piauiensidade” (SOUZA, 2008, p.7), que pudesse substituir o desanimo e marasmo que rondava o Estado, e conseguisse colocar o Piauí nos diálogos do Brasil.

Abdias Neves, Monsenhor Chaves e Odilon Nunes, são considerados historiadores de vocação, por não possuírem formação acadêmica direta em História, todavia, são indispensáveis no estudo do processo de independência do Piauí, e contribuíram consideravelmente no estudo da documentação e das narrativas acerca da Batalha do Jenipapo. Esses autores, na medida que se renderam ao desejo, e a oportunidade que a necessidade de trabalhar a História de seu povo os proporcionara, começaram a se dedicar na construção de uma identidade local do Piauí, e que ao mesmo tempo pudesse auxiliar na tentativa de ascensão do estado como unidade federada notável no Brasil (SOUZA, 2008, p.65).

Posto isso, entendendo que Abdias, Monsenhor e Odilon, dedicaram-se a produção de uma historiografia com intenções muito similares as dos historiadores brasileiros da década de 1830, que em boa parte se concentra na narrativa da Batalha do Jenipapo, podemos perceber que houve uma exaltação a atuação do povo piauiense nessa luta e que, através de determinados signos, acabou por estabelecer a imagem do português João José da Cunha Fidié como inimigo do povo piauiense.

A GUERRA CONTRA FIDIÉ: A construção da narrativa historiográfica sobre a Batalha do Jenipapo e a composição de um vilão.

Abdias e Monsenhor Chaves tem em sua escrita foco nos momentos do acontecimento e na centralidade da Batalha, explorando a narrativa imaginativa mais que a documental. Colocamos ambos em uma proximidade de observação, visto que tratam do evento partindo de um mesmo princípio, usar o “épico” da batalha do jenipapo como peça fundamental na criação de uma identidade cívica piauiense e fazer deste fato o marco fundador da História do Piauí. Abdias Neves aponta que:

Só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados. As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses.

Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuchos, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliá, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam com a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército; à frente da turbamulta sem fim dos ‘prisioneiros’”, deixa se destacar alguns signos que apontam a posição do povo piauiense como mártires, que iam em busca “do triunfo”.

Abdias Neves, em *A Guerra do Fidié*, escreve sobre a “certeza do triunfo”, subtendendo-se que o termo “triunfo” aqui representa a independência do Brasil e separação dos portugueses, que corresponde a ideia de que o objetivo de atuação desses personagens na batalha foi honrado, heroico e fundamental para a emancipação piauiense, o que, no decorrer da tradução para as massas, pode gerar o sentimento de gratidão. Além disso, o “sonhar com a glória e o regresso” é um elemento que induz empatia no leitor, especialmente piauiense, por ser capaz de despertar no imaginário a afeição pelos antepassados que atuaram na luta pela independência.

Os episódios narrados por esses três historiadores acerca do contexto, e da luta pela Independência do Brasil e Piauí, apresentavam a figura de Fidié em diversos momentos. Odilon Nunes, por exemplo, demonstrava a imagem de Fidié, em algumas de suas passagens, como um militar de respeito, certa vez revelando que o soldado “ia se destacando pela bravura e subindo em postos. Mandavam-no para os pontos de maior perigo. Onde se precisasse de uma dedicação ceda, aí estava ele” (NUNES, Vol. II, 2007, p. 86-87), o que por vezes contrastou com outros documentos disponibilizados que o atribuíam a autoria de feitos insensíveis e impiedosos, como no Documento 27, extraído do livro 102, 33 a 36v, da Casa Anísio Brito, que apresenta a atuação de Fidié como “insolência”, “cobiça sanguinária” e “cruéis intentos”.

As descrições atribuídas a Fidié não seriam o suficiente para demonizá-lo, mas a ideia que os pesquisadores apresentavam desse evento, colocava o povo piauiense na posição de heróis,

que lutavam pela nação e que foram vítimas desse conflito, e, conseqüentemente, acabava posicionando Fidié como o anti-herói, aquele que massacrava a sangue frio os nacionalistas regionais.

Monsenhor Chaves, dentre estes, foi o mais apaixonado pelo objeto, e no seu trabalho esteve comprometido em demonstrar o sentimento cível dos piauienses na batalha do jenipapo, tendo menos apego as fontes e mais a sua tese, que objetivava evidenciar que essa foi uma luta brava, mas também injusta, principalmente com relação a diferença no armamento das duas tropas. É o que deixa mais claro a dicotomia entre o espírito livre (o povo) e o espírito bandido (Fidié e sua tropa), e não esconde seu trabalho em romantizar esse evento.

Monsenhor Chaves, foi talvez o percussor do estudo dos excluídos do Piauí, nesse contexto, ao inverter a narrativa e dar voz aos dizimados, e dando certo protagonismo aos sertanejos que lutaram na batalha pelo lado do Brasil, e as suas famílias. Ao narrar o momento da Batalha, expõe: “A artilharia e fuzilaria dos partidários de Portugal varriam os campos. Muitos patriotas iriam morrer à boca dos canhões e dos granadeiros assombrando o inimigo que nunca vira tanta fúria e tanto desamor pela vida”.

—Aqui, podemos perceber que o Pe Chaves narra um cenário quase tão avassalador quanto *Guernica*¹, de Pablo Picasso. Assim como Picasso, Monsenhor usa ferramentas descritivas que representam a angústia e tristeza que encarava o povo piauiense frente ao armamento do exército de Fidié. Ainda, retrata o “desamor pela vida” desses personagens, assim, o historiador desperta a noção do sacrifício feito pelo Piauí nas guerras de independência, visando mostrar que esse estado também viu seu sangue derramado para que a pátria fosse livre.

1 Obra de Pablo Picasso que retrata o sofrimento e pânico que o bombardeio na cidade de Guernica trouxe aos espanhóis, em 1937, na Guerra Civil Espanhola.

Vemos este mesmo exercício sendo produzido por Abdias Neves, quando narra que “o cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se lhes. O peito arfava-lhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte” (NUNES, 2007, p.148). Mostra personagens que, mesmo em uma circunstância sem nenhuma perspectiva, continuam a lutar heroicamente, não no sentido épico de vencedor, mas no sentido generoso e nobre do sacrifício pelo bem maior, no caso, o da Independência. Essas versões da batalha estabeleciam um cenário tão cruel, que seria praticamente impossível simpatizar com o Major Fidié e sua tropa. Vemos que a obra de Abdias teve sucesso ao inflar o discurso acerca do papel do Piauí nas lutas e independência do Piauí, inclusive em outros estados.

Já Odilon Nunes, em sua narrativa, consegue beirar a neutralidade, se esforçando para mostrar os dois lados da batalha com igual representação, no entanto, pela falta de contato com a teoria histórica, ainda deixa transparecer seu posicionamento afim de enobrecer a participação piauiense na História do Brasil.

Citando Abdias Neves, Odilon Nunes aponta que:

[...] as perdas de Fidié foram incontáveis, motivadas pela deserção, logo após o término das escaramuças. Pelo número e ardor dos combatentes, foi este o maior e mais renhido choque armados nas lutas da independência e bem merece, pelas circunstâncias em que desenrolou, ser comemorado com a batalha máxima daquele período da história nacional [...] o transitório revés do Jenipapo converter-se-ia em vitória que se firmaria para sempre a unidade do Brasil (NEVES apud. NUNES, 2007, p.68).

Odilon ao finalizar a narrativa sobre a batalha, em seu livro *Pesquisas para a História do Piauí*, relaciona o cenário desse evento com a “unidade do Brasil”, mostrando a relevância da Batalha do Jenipapo para a História nacional, e evidenciando que a luta não foi fácil, foi árdua para ambas as partes, mas que levou a um desfecho vitorioso no futuro do país. Faz uso da frase “firmaria para sempre”, e aqui utiliza o seu local

de fala, de um Brasil livre e republicano, como base para concluir que, a partir esse momento, o Brasil caminharia para a completa emancipação, e que se manteria assim por toda sua posterioridade.

_Odilon, seguindo a ideia de Abdias Neves, também fala da dicotomia armamentista na Batalha do Jenipapo, enquanto o lado de Fidié possuía um considerável acervo de armas e munições, enquanto os cearenses e piauienses tinham armas tão fracas que em pouquíssimas circunstâncias teriam o mínimo de chance contra o exército inimigo. O povo do Piauí contava com um armamento ainda pior, visto que as melhores armas eram selecionadas aos cearenses. Odilon apresenta esse exército como:

[...] sem nenhum preparo, e cujos apetrechos consistiam em espadas, chuços e até foices. Poucas pistolas e clavinas de caça, mas também uma peça, calibre 3, que se converteria em trambolho, à falta de artilheiro. A inópia dos separatistas não era compensada pela quantidade de combatentes, duas vezes maior que a dos inimigos [...] A coragem foi grande, mas a vantagem do bom armamento do inimigo, sua artilharia e a disciplina, que por espaço de dois meses tinha dado a sua tropa foi a tudo superior (NUNES, 1979, p.68 e 119)

Percebemos que os autores expõem essa discrepância das armas para mostrar a injustiça da Batalha, a desigualdade com a qual os independentes lutavam e as razões da derrota. Associando essa informação com as narrativas angustiantes da batalha, que davam materialidade às ações arbitrárias dos portugueses, mesmo diante de um exército tão fraco, passam uma imagem de frieza e agressividade de Fidié e sua tropa. Assim, fica claro que os autores se valem dessa estratégia para conceber a ideia da morte heroica do povo piauiense na guerra de independência, aqueles que não tinham estrutura alguma, mas eram movidos pelo amor à pátria.

Abdias Neves, Pe Chaves e Odilon Nunes, contrariando a ideia de bandido social (HOBSBAWM, 2015, p.14) de Eric Hobsbawm, aqui contribuíram para a alocação do militar

português no lugar de bandido, violento, e ganancioso, quando realçam o contraste deste personagem com os sertanejos piauienses da batalha, através do uso dos mais diversos signos de linguagem, destacando a bravura, lealdade, e sacrifício por parte dos piauienses e cearenses.

Toda essa construção de heroísmo do povo piauiense, contrastava com os interesses e ações das tropas de Fidié. O posicionamento do soldado português, contra aqueles notáveis guerreiros brasileiros, delineava a clara oposição ao bem, e juntamente com as narrativas da sangria desproporcional e injusta do evento, a História do Piauí acabou por confinar Fidié a condição de anti-herói, e após anos da Batalha, fixar na memória coletiva piauiense seu nome como o maior vilão da nossa história.

CONCLUSÃO

Esse estudo é necessário para que se entenda que a História do Brasil vai estar para sempre relacionada a Portugal, e vice-versa, e negligenciar isso seria deixar de lado fontes que, possivelmente seriam capazes de revelar inúmeros acontecimentos e fatos acerca do nosso país.

Embora o Major Fidié seja português, e tenha lutado pelo lado luso, ele ainda é um personagem histórico brasileiro, quase mítico, que muito impactou na história do país, mas que pouco se conhece. Todavia, durante a pesquisa, foi inevitável reconhecer que através, não só de Fidié, mas da permuta de conhecimento entre Brasil e Portugal, é possível entender muito da realidade da América Portuguesa durante a colonização, e através de um estudo aprofundado, podemos chegar em documentos ainda mais importantes para a história do povo brasileiro e, não obstante, do povo piauiense.

Percebemos que, para entender os processos e o desenvolvimento brasileiro, é fundamental que não se ignore os documentos e as narrativas vindas de Portugal, tendo em

vista que, muitas delas, como as de Fidié, envolvem aspectos brasileiros que são ainda, pouco explorados, ou que caíram no esquecimento. O que podemos afirmar é que, enquanto houver História, Fidié sempre estará conectado com o Piauí, e o Piauí sempre estará na história de Fidié, quando um for mencionado, o outro sempre estará à espreita. O mesmo podemos dizer acerca dos dois países que regem os conflitos do período de independência, Portugal e Brasil, que possuem uma conexão histórica riquíssima que não pode ser negligenciada.

Nas vésperas do bicentenário da Independência do Piauí, em 1922, criou-se a bandeira do estado, e em 1923, houve a criação do Hino do Piauí, ferramentas marcantes para o despertar prático da “piauiensidade”. Com o chegar de 200 anos de Independência, não deixamos de imaginar o que esses anos de experiência podem trazer ao povo. Como piauiense, mas sobretudo como historiador, espero que este trabalho possa ter apresentado uma visão geral acerca das possibilidades da pesquisa histórica, e dos olhares para as fontes e seus propósitos, que abrem tantas oportunidades quanto possível para que a História, especificamente a do Piauí, não seja engolida pela poeira da ampulheta dos esquecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos... A propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para a guerra do Paraguai**. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos**. In: *Fontes históricas* [S.I: s.n.], 2006.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: ática, 1985.

BRASIL. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891)**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Campo Maior e a Independência**. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina (Edição do Centenário) III Volume, 1972.

_____. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

_____. **Obra completa**. Prefácio: Teresinha Queiroz – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Chronologia historica do Estado do Piauhy**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1909.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. – 1. ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária Fortuna D'um Soldado Portuguez** – Oferecida Ao Público pelo Brigadeiro Fidié. Lisboa, A. Amelia de Salles, 1850, Doc n° 22, p.96; Doc n° 37, p.111; Doc n° 4, p.36.

FIGUEIREDO, Manoela Sarubbi Henares. **Vilão Em Pele De Leão: Vilania Shakesperiana No Filme O Rei Leão**. Bahia: Revista Inventário - 15ª edição, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Afro Marcondes dos Santos, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Editora Paz e

Terra Ltda - 4.ed – 2015.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. [sob direção] Jaques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel; [tradução Eduardo Brandão]. – 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (O homem e a história).

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros...**/ Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 1975. 216p (Coleção Grandes Textos, v. I).

_____. **Pesquisas para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí**. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 1979. (Coleção Grandes Textos, v. II).

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. **A Balaiada no Piauí**. Teresina, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. **Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tirantias do tempo** – 3. ed.. Teresina: EDUFPI, 2011.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade: as narrativas da piauiensidade**. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.

ABDIAS NEVES: SERTÃO E SERTANEJOS ENTRE GUERRAS E BATALHAS DOS BRASIS DA INDEPENDÊNCIA

Ana Maria Bezerra do Nascimento

O presente estudo se orienta por acompanhar os fundamentos sócio, histórico e cultural do pensamento elaborado pelo historiador, jornalista, romancista e ensaísta piauiense Abdias Neves, ao propor um quadro sociológico da vida do sertão e do sertanejo guiadas por suas lutas em defesa da independência do Brasil. Entre guerras e batalhas a “do Jenipapo” foi sem dúvida a mais importante por estruturar e organizar as “mentalidades”, “espírito” e “vocação” sertaneja na vida nacional. Assim, tornou-se o intelectual mais representativo da perspectiva de “vocação patriótico-sentimental” piauiense, em conformidade com Candido (2000), ao justificar a sua posição de intelectual ao se agrupar em torno de uma visão de conjunto na elaboração das linhas mestras da formação da sociedade piauiense na vida nacional.

Abdias Neves escreveu romance e ensaios, mas suas preocupações intelectuais se voltam de fato, por elaborar as linhas mestras da formação piauiense em *A Guerra do Fidié* (1907), *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), *Aspectos do Piauí. Formação Territorial – Composição Ethnica – Valores Economicos – Organização Política* (1926), obras que formam, em conformidade com Candido (2000), um “todo indissolúvel” constituído pela “inter-relação dinâmica dos seus elementos, exprimindo-se pela “coerência” e “organicidade”. Acolhe integralmente a trilogia euclidiana “terra-homem-meio”, elegendo personagens e paisagens. Se empenha em explicar como ocorreram as primeiras entradas pelo litoral e, que foi mergulhando o território em eterno pé de guerra. Observa o

período, as condições, quem comandava as entradas, o papel desempenhado pelo rio entre outros elementos organizativos e estruturantes.

Nesse cenário, elabora um quadro tipológico “terra, homem, meio”, caracterizando, comparando e diferenciando cada um. Reconhece que esse quadro foi fundamental para fixar “os elementos renovadores da raça existente” (NEVES, 1926, p14), na formação do território, conseqüentemente do Estado e das fronteiras regionais.

Ressalta que se “O Brasil veio das aventuras sertanistas, foi o sertão que civilizou o Brasil”, pois o sertanista de “mentalidades”, “espírito”, “vocaçãõ” aventureira foi formado nas hostilidades do meio, “não veio por mar”, mas “das águas do Parnahyba” (NEVES, 1926, p15). Reconhece que o desbravador foi o agente que preparou o meio “para effectividade das realizações”. Contudo, “Não é um realizador. É um ensaísta” (NEVES, 1926, p15). Identifica que os precursores foram ou viajantes que na embocadura do Parnahyba “nada descobriram, por que não viram nada, de nada sabem” (NEVES, 1926, p15), pois essas entradas não tiveram nenhuma influência na formação territorial”, mas tiveram em “a expansão do cyclo da pecuária ou do gado” (NEVES, 1926, p19). E foi na era das bandeiras que a nossa formação se acentuou movida sempre pela propulsão à guerra ao envolver a população nativa contra “os paulistas e fidalgos da casa da torre”.

Essa ideia de fato estrutura e organiza o pensamento do autor sobre a formação piauiense no espaço e no tempo, ordenado em um antes e um depois, um agora e uma exclusão, uma relação e não outra, uma medida correta, um momento certo, um ritmo, um imaginário, uma mentalidade. Não perde de vista, nomes, datas, fatos, personagens, cenários, causas e conseqüências das lutas. O trabalho exigiu uma sensibilidade e talento, tratamento técnico, teórico, conceitual e metodológico para além do seu tempo.

Se propõe a uma clara noção de responsabilidade social ao refletir sobre o sertão como um tipo de conhecimento de afirmações objetivas e subjetivas. Mas quais os limites dessa possibilidade? Qual o seu interesse real, relevância intelectual, identidade epistemológica? E as fontes? Considerando que os documentos oficiais são sempre precários, lacunares, dispersos e, muitas vezes, depositados estrategicamente visando produzir e expor um conhecimento de todo o processo de envolvimento do sertão piauiense no processo de independência. Mas era o único recurso para fundamentar as linhas mestras do processo de formação do sertão e do sertanejo e suas repercussões na formação sociocultural brasileira.

Abdias Neves se colocou no caminho da literatura que, em conformidade com Antonio Candido (2000), é um tipo de arte engajada que se inspira principalmente na experiência coletiva e visa atingir os meios comunicativos acessíveis. Está de tal forma incorporada à sociedade através do sistema simbólico vigente, que se torna uma forma de expressão de determinada sociedade. É um “movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 2000, p. 22).

Na Guerra do Fidié a “batalha do Jenipapo”

A campanha fazia-se surdamente – e nem se podia fazê-la de outra forma, numa época em que o bacamarte primava sobre a lei, como o argumento mais conservador. Conspirava-se no remanso morno das fazendas, no grande silêncio negro das noites sem estrelas, fora, nos terreiros, à vista dos pátios (NEVES, 1907, edição atualizada de 2006, p. 58).

O Brasil daquele momento “atravessava um período histórico difícil” (NEVES, 2006, p. 51) e que desencadearia no Piauí uma série de eventos fundados no imaginário popular do sentimento patriótico. Identifica-se nesse processo, que a província vivia imersa em movimentos “ocultos”, uma trama revolucionária para “mudar a ordem política da província”, que fazia a elite local estremecer, entretanto, acreditava na força de

recompôr o cenário político da província. De fato, o Piauí ficou em “paz durante meses” (NEVES, 2006, p. 54). Mas, a forma de governança da província e os laços distantes com a metrópole alimentavam as agitações. Nesse cenário, em conformidade com Neves, chegavam, dia e noite de Pernambuco e da Bahia, notícias, através de “cartas” que incentivavam o “frenesi”.

Circulavam também, simultaneamente, jornais do tipo “pasquins” em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba, que “incitavam o povo a uma rebelião”. A elite avaliou a situação e continuava receosa com o movimento de simpatia à causa da independência, e apesar de ver crescer, aceleradamente, o “espírito de rebeldia em toda província”, acreditava que a presença do governo militar conteria as “hostilidades entre portugueses e brasileiros” (NEVES, 2006, p. 59). Então,

Fidié [...] empossou-se, no meio do entusiasmo festivo de uns, e da retração cautelosa de outros. Como era de prever, sua chegada trouxe uma trégua passageira, durante a qual a província se manteve na expectativa dos seus primeiros atos. Não foi longa, porém, a espera, e a luta não tardou a se reencetar, mais franca e mais sanguinolenta. Fidié ia escrever uma das maiores páginas de nossa história (NEVES, 2006, p. 59).

Para explicar como Fidié escreveria “uma das maiores páginas de nossa história”, Abdias Neves acolhe a documentação da época, articulado ao aparato literário para assim, aproximar-se daquela sociedade e torná-la mais expressiva, pois,

Por este ano, 1823, não tinha, ainda, o Piauí um jornal que registrasse os sucessos. A imprensa foi introduzida em Oeiras doze anos depois (1835) e os fatos vivem apenas, por metade, nos arquivos. Não há, porém, outra fonte em que me vá abeberar (NEVES, 2006, p. 88).

Por isso,

[...] me seja licito acrescentar que, sempre que possível, estribarei as minhas afirmações em documentos da época. Nessas peças, escritas logo após os acontecimentos, é onde o investigador curioso pode encontrar os elementos dispersos da história da campanha. (NEVES, 2006, p. 88).

Centraliza sua narrativa em Fidié descrito como o comandante, o governador das armas, o estafeta que preparou a marcha de guerra ao esquadrihar aquele “sertão ignoto”, pobre, de poucos recursos militares, dependente do Maranhão, e apoiado pelos cearenses. Fidié foi designado para que a província e a região não se lançassem na aventura da causa da independência. Ocorre que Parnaíba, no litoral, declara apoio ao movimento de independência. Os portadores da notícia partem em festa sertão adentro “solicitando apoio das vilas escandalizando a pacífica e sonolenta mansuetude dos sertões, não afeitos as ruidosas manifestações do regozijo coletivo” (NEVES, 2006, p. 66).

Em conformidade com Neves, essa festança e a rapidez das notícias fizeram disparar “fundos temores adormecidos”, mas causavam “estranheza o silencio de Campo Maior”. Para compreender essa situação, Neves diz que Fidié preparou sua marcha para Campo Maior, pois receava encontrar a vila já em harmonia com o litoral. A viagem, entretanto, foi difícil diante da paisagem que se abria ao avançar sertão adentro. Aquela paisagem hostil foi vista como temerosa por Fidié, pois daria aos brasileiros vantagens consideráveis contra os portugueses. Era pleno novembro, período em que o sertão fica desolado, nem uma árvore cuja a sombra serviria de abrigo e descanso, os rios, os córregos, os poços estavam esgotados “apenas carnaubais desatavam os leques sussurrantes aos ventos abrasadores que sopravam dia e noite” (NEVES, 2006, p. 75).

Com a chegada da tropa de Fidié, os poucos moradores fugiam temerosos dos “excessos da soldadesca”, abandonavam as casas e os miseráveis pertences. Então, a tropa aproveitava a fuga dos moradores para deixar as habitações em piores condições. Instalado na vila de Campo Maior, o comandante aproveitou para se refazer da marcha com vistas ao êxito futuro da guerra e para isso, ficou “ruminando planos de ataque,

confiante nos recursos de sua estratégia e na indolência dos brasileiros (NEVES, 2006, p. 79), reuniu tropas, convocou militares, civis e religioso em apoio a causa.

Nesse momento, recebeu apoio de um “navio mercante, convertido em hospital de sangue” que segundo o autor “faiscavam [...] muitas bocas de fogo” (NEVES, 2006, p.77). Então, saiu de Campo Maior rumo ao litoral em longa e cansativa viagem percorrida num terreno ingrato, sob um clima abrasador. Para Neves, nada impediu sua marcha. Nada que tolhesse seu passo aventureiro em contraste com uma “população inerme, que via passar sem protesto, mas revoltada no íntimo”, contra o despotismo militarizado da metrópole.

Mas, segundo o estudioso, o que era, hoje, indiferença aparente, seria, amanhã, o “fragor homérico do combate”, não queria ver a ideia se alastrando, espreado-se “sutilmente, mansamente, como esses grandes incêndios que, em agosto, devoram os campos, calcinando o rebotalho da pastagem consumida e predispondo a terra para o parto miraculoso de abril (NEVES, p 78-79), uma batalha sangrenta “se precipitava, num surto assombrosamente avassalador”.

Uma vila obscura, um poderio bélico e sertanejos destemidos nas margens do rio jenipapo.

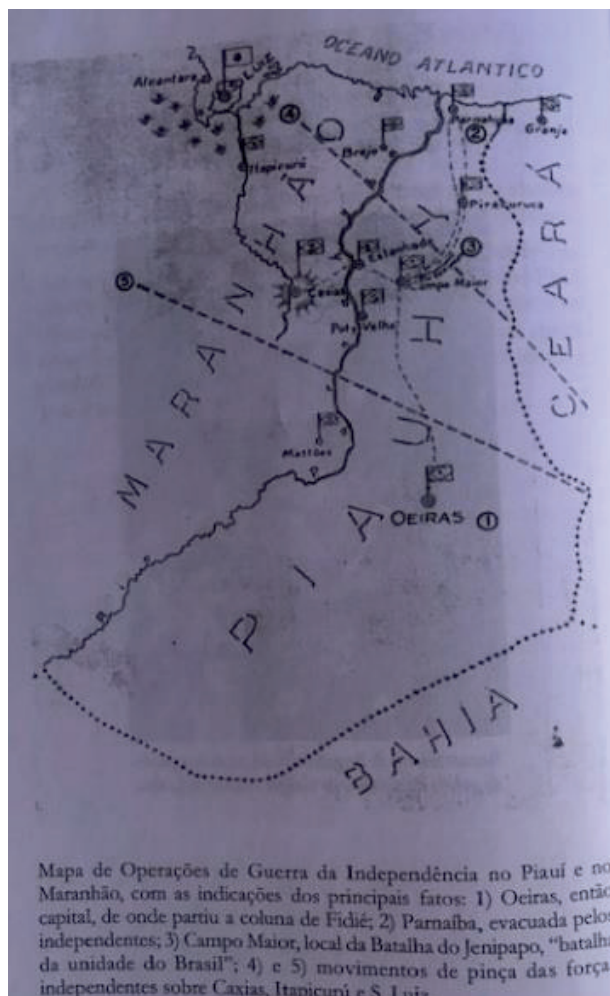


Figura 1- Mapa da Marcha de Fidié¹. Fonte: FIDIÉ (2006)

- 1 A travessia foi publicada em forma de mapa na obra *Vária fortuna* de um soldado português (Lisboa. Typ. Alexandrina de Salles), em 1850, mas só foi publicado no Brasil em 1942. Na capa do livro, temos a reprodução do frontispício, e um ensaio de Herminio de Brito Conde, delegado do Piauí à Assembleia Inaugural do Instituto Pan – Americano de Geografia e História, com o título “Fidié e a Unidade do Brasil”. O texto versa sobre o meio social e as lutas da Independência no Nordeste do Brasil. É considerado pelos historiadores piauienses um dos mais importantes testemunhos sobre o Piauí e sua participação nas lutas pela independência.

Ao retratar a batalha, Neves identifica que Fidié contava com arsenal bélico e apoio das pessoas mais influentes da província. Foi nessa comunhão de interesses e a precipitação de “funestos acontecimentos que se seguiram”, que, logo, seria “ensanguentado o leito do Jenipapo” (NEVES, 2006, p. 112), Fidié decide abandonar Parnaíba comandando “um troço de mil e oitocentos homens” (NEVES, 2006, p. 125). A seca continuava assolando o sertão, o que não impedia a ele acumular vitórias. Diz Abdias Neves que em determinada “povoação foi irresistivelmente cômica sua entrada sem disparar um tiro”. Não seguia viagem sem fazer um exame minucioso do território, descansava e partia com a tropa e “como não tinha caatinga por atravessar e as chapadas se sucediam, a marcha do exército prosseguia rapidamente” (NEVES, 2006, p.129).

Em conformidade com Neves (2006), no dia 10 de março de 1823, Fidié é informado da situação da vila de Campo Maior, que se pusera armada diante da aproximação dos portugueses e que seus armamentos era espingardas de caça, espadas, facões, chuços e foices “Que resistência poderiam fazer forças assim armadas?” questiona o estudioso.

Neves fica espantado com o envolvimento dos piauienses, “o vaqueiro e o roceiro, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue”. Mas, o que levaria aqueles “mestiços indomáveis e analfabetos pobres de armamento e munição”, portando foices, facões, espingardas de caça, espadas, paus, pedras e jenipapos a se lançarem para a batalha? Nas palavras de Abdias Neves, só a “loucura patriótica explicaria a cegueira daqueles homens que partiram ao encontro de Fidié desarmados” (NEVES 2006, p. 145). Esse fenômeno pode ser explicado, segundo Neves, pela “psicologia coletiva ou das multidões” de Le Bon, ou seja, as multidões são mais facilmente sugestionadas por um “espírito”, “mentalidade” coletiva do que os indivíduos isoladamente. Assim, cegos do triunfo, na Vila de Campo Maior, naquele

vilarejo obscuro que “de longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea”, a multidão marchou para as margens do rio Jenipapo no dia 13 de março de 1823.

Os piauienses de “temperamento ardoroso” contavam com a “feição irrequieta dos cearenses”, resistiram a fuzilaria que “varriam o campo” (NEVES, 2006, p. 148), por cinco horas ininterruptamente, e foram vencidos pela artilharia e o cansaço, “As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes [...]. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte” (NEVES, 2006, p. 148). Ao final da luta, não se sabe ao certo o número de mortos lado a lado. O que se conta são os lances de heroísmo, fosse a obediência à ordem, fosse contra ela. Então, Fidié acomodou os feridos, enterrou os compatriotas e abandonou o campo de luta ao constatar que sua bagagem de guerra fora toda roubada. Refugiou-se e logo partiu. Novas agitações conturbavam a vila mergulhada em profundo flagelo. Nesse cenário, Neves diz que as notícias da batalha se espalharam provocando um estado delirante. Um imaginário que alimentava o sentimento de crueldade dos portugueses, assim, “criaram-se fanáticos perigosos, como criaram santos e heróis” (NEVES, 2006, p. 152).

Fidié foi perseguido até ser preso e meses depois transferido para a Bahia. O imaginário da guerra continuava vivo na memória dos piauienses. Mesmo com a chegada do inverno anunciando, em conformidade com Abdias Neves, a reabertura da alma do povo e a esperança na volta aos labores na terra, o piauiense continuaria, moroso e triste. Firme nas convicções, vislumbrou que os heróis do Jenipapo “marcharia para realização longínqua de sua finalidade histórica” (NEVES, 2006, p. 332). Por ocasião das celebrações dos 150 anos da batalha, foi construído um monumento que abriga um museu, ilustrações e objetos pertencentes aos combatentes. Desde 2005, a data integra também a bandeira do Piauí.

Prelúdios da escrita

Segundo o crítico literário Martins Napoleão, no prefácio da edição de 2006, Abdias Neves publica uma obra pioneira e única sobre a “batalha do Jenipapo” no processo de independência do Brasil a partir da recuperação de fontes primárias e da leitura cuidadosa da História da Independência da Província do Maranhão (1822 – 1828) de Luís Antonio Vieira da Silva, pois era uma fonte “para elucidação daquele movimento da nossa vida política” (NAPOLEÃO, 2006, p. 14), mas não a única. Foi Euclides da Cunha que mais influenciou a escrita de Abdias Neves, que ao ler sobre a guerra de Canudos², tornou-se pretexto para o escritor refletir sobre a região, a miséria, a seca, a fome, raça, meio, cultura, terra, homem, sertão, batalha, guerra, heróis, vilões, agitação, fanáticos, sertanejo, marcha, campanha, nação, identidade.

2 A guerra de Canudos se tornou um tema tão especial para os estudiosos que extrapolou fronteiras, provocou largas e contundentes opiniões de escritores novatos e veteranos, desaguando em inúmeras publicações com abordagens diversas, elegendo cenários, personagens e paisagens. Os estudiosos utilizaram a imprensa, os livros e revistas especializadas. Ilustra esse momento, o escritor pernambucano Manuel Benício que escrevia regularmente para o *Jornal do Comércio de Pernambuco*. Ele viu na guerra de Canudos e em informações publicadas por Euclides da Cunha, uma oportunidade para fazer “uma crônica histórica e de costumes sertanejos”, editou o livro *O Rei dos Jagunços*, em 1899. Nina Rodrigues, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, também publicou estudos sobre Canudos e o Conselheiro, concentrando-se em aspectos psicológicos e eugênicos. Outro que também se voltou para o mesmo tema foi Afonso Arinos de Melo Franco que, após publicar artigos no jornal *O Comércio de São Paulo*, do qual era editor, publica, em 1897, fascículos sobre a Guerra. Esses fascículos se tornariam um livro com o título *Os Jagunços: novela sertaneja*, impresso no mesmo jornal. No ano seguinte, Afonso Arinos, embalado pelo tema, lança o livro *Pelo Sertão* (1898), pela editora Garnier, reúne uma coletânea de nove histórias de personagens, costumes e paisagens do sertão. A obra é um marco no regionalismo fora da escola nordestina.

Concorda com Euclides da Cunha quando diz que toda guerra é feita de contrastes singulares, monstruosa e ilógica em tudo. Uma brutalidade. Nessa linha de análise, Abdias Neves elege a “batalha do Jenipapo” como parte da missão de enobrecer e reposicionar o Piauí no circuito moderno do regionalismo e do Brasil. Então, explora as nossas origens focando nos seus impactos particularistas e universalistas sobre a vida do sertão, mas também nos destinos individuais e coletivos dos atingidos por esses eventos sociais, históricos e culturais. É sobre o que somos e o que seremos no decorrer e depois das lutas.

Assim, reconstrói todo o processo com o objetivo de ligar os fios invisíveis da narrativa, formando um quadro único e monumental das lutas. Com passagens épicas e de intenso recurso geopoético, o narrador assume o drama, a metamorfose da terra, do homem e das lutas, não simplesmente do ponto de vista da ciência, mas, sobretudo, da polissemia que é o sertão. Funde descrição e percepção, razão e sentimento, ciência e imaginação. Apresenta a paisagem como o principal aliado dos sertanejos contra os portugueses. Acolhe uma visão trágica do conflito tendo como estrutura a voz coletiva dos processos associativos mais comunitários dos piauienses, e essa associação fundamentou práticas de linguagem, moradia, alimentação, trabalho, natureza, território, luta, sertão; pensa nas alianças sociopolíticas dos coronéis no desvalimento das camadas mais pobres; localiza nas lutas em solo piauiense uma oportunidade para superar a incômoda visão de um território “insulado, atrasado, abandonado, tosco, inculto”; penetra na alma do sertanejo, buscando os fundamentos do mundo ritualizado, imaginado e fantástico.

Nessa condição, Neves adotou um movimento contínuo, objetividade/ subjetividade de um sertão sempre em pé de guerra na formação da nação que postos em simetria, estão os sertões e os Brasis dos roceiros, jenipapos, balaios, cabanos, canudos, negros, índios e seu lugar na história. Sua escrita é recortada pelo naturalismo, realismo paisagístico, do geógrafo,

historiador, sociólogo, antropólogo, psicólogo para desvelar a vida, a luta daquele povo “esquecido de meu deus”. A escrita se coloca na linha do testemunho, conceito que tem ganhado maior espaço, nos últimos anos, em estudos literários no Brasil. Para falar sobre o conceito, Seligmann-Silva (1998; 2003) concentra uma série de questões que polariza as fronteiras entre o literário e o histórico; ficção e realidade.

Dentre as polarizações estão: qual o Local do testemunho? Quem é o narrador e as questões que envolvem o testemunho histórico? Como o texto pode produzir uma reclamada ética da escritura? Existe o “grau zero da escritura”? Que é quando o narrador se manifesta na narrativa, cercado-se do literário e do histórico que estão na base do testemunho e exige uma visão “referencial” que não se reduza o “real” ou a “ficção” literária. Seligmann-Silva (1998; 2003) alerta que o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis do campo social marcado por conflitos, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente recolocada em questão.

Para Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Falas* (1999), esse estilo de escrita se apoia no regionalismo que inicialmente se inseria na Literatura brasileira, na perspectiva romântica e realista das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX e vai dar lugar ao realismo paisagístico e depois ao “paisagismo histórico” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 51) do século XX. Essa produção é vista pelo estudioso como “literatura fiel à descrição do meio”, ou seja, uma especialidade literária que narra as histórias de suas províncias, faz uma “simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais [que] dá lugar a uma visão genealógica do país e de sua população”.

Esse momento vincula uma plêiade de intelectuais brasileiros interessados nas particularidades locais e que, em grande “medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país”. Um regionalismo que, segundo Albuquerque Júnior, após a

Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais, buscando se “impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 65).

Albertina Vicentini no artigo “O Sertão e a Literatura” (1998), avalia que as narrativas promovidas pelos escritores nordestinos nesse período e nos anos seguintes, preparariam o caminho para o reconhecimento de autores e obras que ficariam conhecidos como sertanistas ou sertanejos, herdeiros de uma tendência, corrente ou escola da literatura regionalista, baseadas no lugar dos que escrevem “e não necessariamente da forma com a qual escrevem o fato literário” (VICENTINI, 1998, p. 41), ou seja, o que sentia quando escrevia, para, assim, exercer a função altamente compensatória de resgatar as tradições daquela sociedade, que ele via que estavam se perdendo. Escrevia também para chamar atenção sobre as mudanças que eram necessárias, e também para os fatores que precisavam ser preservados para o funcionamento da cultura e da sociedade brasileira.

Antonio Candido (2000) denominou esse período de “aluvião sertanejo”, pois era apoiado na poesia, prosa, crônica, romance, peça de teatro, ilustrações, desenhos, mapas, textos científicos e estudos de inspiração popular, marcando o “regionalismo literário do Nordeste” em três grandes temas: a) Terra e paisagem; b) Patriotismo regional c) Literatura brasileira, filha da terra.

Pinheiro (2003) diz que a formação de Abdias Neves na Escola do Recife lhe propiciou uma atenção especial à escrita histórica, mas adotou a literatura como recurso interpretativo mais abrangente e assim, quis reinaugurar novas condições de produção para criar um novo tipo de produto, um estilo de narrativa, com técnicas de exposição, um público a quem se dirigir e de um modo específico, as ideias, estilos, formas e preocupações adequadas às novas influências teóricas, conceituais e metodológicas que remontariam o pensamento

sobre o sertão, o sertanejo, a região. E assim, fez dessas categorias de pensamento uma chave de releitura para continuar a compreensão daquele Brasil no processo de Independência.

Ao reconstituir a Guerra de Fidié, fez da “Batalha do Jenipapo” ou das lutas pela independência do Brasil no Piauí um tema pertinente e necessário para estudiosos do porte de Pereira da Costa (1909); Nunes (1965), Chaves (1998); Dias (1999); Brandão (2006), entre tantos outros. Enfim, sondar essas possibilidades constituiu uma contribuição pertinente e necessária frente às comemorações do bicentenário da independência do Brasil,

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8ª edição, São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850**. 1999. Tese de Doutorado em História, IFCS/UFRJ, 1999.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Varia Fortuna de um Soldado Português**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Espaços retraçados, questões redefinidas sobre o sertão e o sertão do Piauí no pensamento brasileiro e regionalista**. PUCSP, São Paulo: 2020 (tese de doutorado)

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República (1535-1799). Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **O desmoronar das utopias: Abdias Neves (1876-1928), anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX**. Campinas: SP, 2003 (Tese de doutorado)

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Literatura de testemunho: entre a construção e a ficção** in Letras, Revista do Mestrado Letras UFSM (RS), jan/jun, 1998. Disponível <https://doi.org/10.15408/letras.v15n2p123-138> acesso 12/03/2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **NARRAR O TRAUMA – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas** in REVISTA DE PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, vol.15, n°.2, 2003.

SCWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VICENTINI, Albertina. **O sertão e a literatura**. Sociedade e Cultura. Goiânia, 1998.

VICENTINI, A. **Regionalismo literário e sentidos do sertão in Sociedade e Cultura**. Goiânia, 2008.

VIOLÊNCIA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA: ESCRAVOS NOS NOTICIÁRIOS JORNALÍSTICOS DO PIAUÍ DE 1848-1885

Anderson da Silva Machado

INTRODUÇÃO

O processo de colonização do território piauiense foi resultado de dizimação de várias comunidades étnicas, tendo como processo de base econômica, política e social o modelo mercantil e escravista. Com base na historiadora Nilsângela Cardoso Lima (2020) o processo colonizador no Piauí se refletiu nas diversas comunidades indígenas aqui existentes, resultando na violência e no despovoamento de várias populações nativas, onde o processo colonizador encabeçado pelos sertanistas Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias D'Ávila da Casa da Torre, resultaram na instalação de currais e posteriormente a criação da Capitania de São José do Piauí.

O Piauí está localizado a noroeste da região nordeste, na época ainda sombra da província do Maranhão até fins do século XVIII e início do XIX, com apenas um pequeno trecho de seu território banhado pelas águas do Atlântico. A estrutura social da colonização do Piauí era fundamentalmente rural, ocorrendo de maneira semelhante a outras regiões brasileiras e se diferenciando na forma de ocupação e povoamento que se deu partindo do interior para o litoral.

O surgimento das primeiras fazendas de gado no Piauí se deu com a chegada dos bandeirantes por volta de 1674, que por sua vez desbravou estas terras até então povoadas por etnias indígenas como “os Pimenteira, os Tabajara, os Jaicó, os Timbira, os Gueguê, os Tremembé e os Acroá” (BORGES,

2004, p. 79). E dessa maneira consolidou suas posses através da constituição de mais de 30 fazendas de gado piauienses. Segundo o historiador, Solimar Oliveira Lima:

Os animais, levados e vigiados pelos homens, buscavam maiores espaços para reprodução. Os criadores seguiam atrás, tomando posse de vários territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, instalavam fazendas, povoaram as novas terras. O Piauí surgiu, assim, dos caminhos trilhados pelo gado. (LIMA, 2008, 138)

Dentre as fazendas do bandeirante Domingos Afonso Mafrense destaca-se a fazenda da Mocha que mais tarde veio a tornar-se vila, denominada Oeiras, e posteriormente a capital do Piauí. Em Junho de 1711 o sertanista falece em Salvador, Bahia, deixando suas posses para os padres Inacianos:

Ao patrimônio herdado foram acrescentadas outras fazendas, totalizando 39 unidades produtivas, todas assentadas no trabalho escravizado. Passadas quase duas gerações sob a tutela divina, a 10 de Março de 1760, o então governador do Piauí, João Pereira Caldas, cumpriu ordens do Marquês de Pombal, confiscou os bens administrados pela companhia, prendeu os jesuítas e os remeteu à Bahia. (LIMA, 2008, p. 139).

Nessa nova administração, as propriedades passaram a ser chamadas de Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco, e essas mesmas fazendas foram divididas em três inspeções (Canindé, Nazaré e Piauí) (LIMA, 2008, p. 139), sendo nomeado um inspetor para cada unidade e um criador para cada fazenda.

A inspeção de Nazaré estava localizada ao longo do rio Parnaíba e era constituída pelas fazendas Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagos de São João, Olho d'Água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Cataréns. Já a inspeção de Canindé que se localizava na região do rio Canindé abarcava as fazendas de Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. E por fim, a inspeção Piauí, que por sua vez ficava às margens do rio Piauí, era formada pelas fazendas Salinas, Brejinho, Fazenda Grande, Boqueira, Gameleira, Caché, Cachoeira, Espinhos e Julião.

Ao final dos laços coloniais, essas propriedades tornaram-se da nação, logo seus escravos foram libertos pela lei do Ventre Livre de 1871.

O historiador Alcebiádes Costa Filho argumenta que logo após a expulsão dos padres Jesuítas, “[...] seus bens foram confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa. Após a emancipação política do Brasil, esses bens passaram a fazer parte dos bens do Estado brasileiro” (COSTA FILHO, 2006, p. 31). Esse patrimônio correspondia a fazendas de gado vacum, cavalos e muias, sobretudo, escravos e roçados.

A CHEGADA DO ESCRAVO NO ESPAÇO PIAUIENSE

Sobre a introdução escrava no Piauí, Monsenhor Chaves argumenta que: “Os escravos negros tiveram acesso ao Piauí, pela estrada que ligava a feira de gado de Capoeira, na Bahia, à vila da Mocha” (CHAVES, 1998, p. 190). As dificuldades de se introduzir escravos em solo piauiense eram grandes. As contrariedades de trazer um escravo ou mesmo vários do porto baiano para as diversas freguesias do Piauí, e entre elas a própria capital que até a primeira metade do oitocentos teve sua sede em Oeiras, eram imensas.

Solimar Oliveira Lima (2018) ressalta que nesse período havia uma grande dificuldade de navegabilidade dos rios do Piauí, sobretudo, o Parnaíba, e dessa maneira, a forma mais viável seria fazer o trajeto a pé ou no lombo de animais, caminhos que foram se firmando e moldando nosso território. As viagens por vezes eram perigosas, e requeriam maior esforço dos indivíduos:

Dificuldades de navegabilidade em rios, como o Parnaíba e seus afluentes, que colocavam em comunicação grande área do sertão piauiense, fortaleceram, por meio do chão firme, um mecanismo de reafirmação territorial circunscrita aos caminhos do gado. Uma viagem, ao passo dos animais, de Salvador a Oeiras durava cerca de quarenta dias, e nesta, animais e homens estavam sujeitos aos mais variados perigos. Eram habituais os ataques de onças, cobras, insetos variados e a fome. (LIMA, 2018, p. 318).

As precariedades dos caminhos, a falta de estradas, os perigos que solapavam sempre os viajantes e, sobretudo, as longas distâncias que tinham de trilhar, porque por alguns rios a navegabilidade as vezes era precária tornando-se inviáveis, tudo isso não impediu que escravos chegassem as levas, abastecendo fazendas de gado, e compondo o cerne da população piauiense. Negros africanos vindos de diversas áreas da África central abasteciam os portos do Rio de Janeiro e Bahia, de escravos que eram distribuídos principalmente para regiões interioranas das diversas províncias de Norte-Sul do Brasil.

ESCRAVOS VIRAM NOTÍCIA NO PIAUÍ

A imprensa jornalística piauiense surgiu tardiamente, dado ao atraso e abandono em que encontrava a província. Com base na opinião da jornalista Ana Regina Rêgo: “Assim, a imprensa configurava-se como uma tribuna aberta de discussões que, no caso dos monarquistas, raramente, chegavam ao debate ideológico, uma vez que possuíam características semelhantes e mantinham o discurso, em geral, pautado em disputas menores”. (RÊGO, 2008, p. 14). Os primeiros impressos no Piauí surgiram em Oeiras, capital do Piauí até 1852. “Percebe-se que no Piauí da segunda metade do século XIX, a escrita dos jornalistas piauienses destacava-se como um lugar especial de prática da política por apresentar um panorama parcial dos anseios, das disputas e dos ressentimentos políticos deles naquela época”. (ARAÚJO, 2011, p. 1).

O Piauí foi um espaço profícuo de atuação escrava no século XIX, onde as fontes documentais registram um complexo regime escravista amparado por um sistema econômico pecuarista, que contribuiu principalmente para organização e desenvolvimento da sociedade piauiense. Os jornais atuaram como espaços de sociabilidades entre compradores e vendedores

de escravos. Também teve preponderante importância quando da procura de um escravo foragido, na ocasião de oferecimentos de recompensas para quem os capturasse.

Os anúncios de jornais oitocentistas que analisaremos nos apontam indícios das relações senhor/escravo. Foram muitos os registros, inclusive, relatos tensos e belicosos, perfazendo um cenário de conflitos e violências. Em pesquisa encontramos no periódico *A Imprensa: Periodico Politico* de 19 de setembro de 1869, jornal do Partido Liberal criado por Deolindo Moura, na edição 217, abordando a ação violenta do coronel Clementino de Sousa Martins, neto do Visconde da Parnahyba, que de acordo com o jornal são inúmeras denúncias de agressões, violências e até homicídios cometidos pelo mesmo, inclusive a mesma edição aponta que o coronel Clementino de Sousa Martins foi acusado de matar a socos seu próprio avô já idoso. Para além de vários crimes, o coronel Clementino foi acusado de maus tratos a um escravo de sua propriedade: “O escravo Francisco perna, além de sua triste condição, soffreu o rigor da ferocidade do coronel Clementino, sucumbindo pouco depois de passar pela castração, que de ordem sua lhe foi executada; e implorando a justiça dos céos também por sua vêz o amaldiçoou”. (*A IMPRENSA, EDIÇÃO 217*).

De acordo com o registro, o escravo veio a sucumbir após a agressão, ou seja, podemos entender que o cativo não resistiu ao ferimento após ter passado pela castração, e possivelmente tenha falecido momentos depois. E se muito não tivesse, ficaria impossibilitado de procriar.

Em um outro caso dessa vez noticiado pelo jornal *A Epoca: Orgão do Partido Conservador* e criado pelo mesmo partido, no seu primeiro ano, é abordado a agressão contra um escravo de propriedade da filha do finado capitão Boa-vista:

Foi levado a presença do Dr. Chefe de polícia, no dia 11 deste mês, um escravo – surrado por tal forma a causar horror a todos quando o virão. Veio do sítio Altamira, de propriedade o senhor tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, onde fora o infeliz amarrado a um banco

por um filho do referido tenente-coronel e desumana e barbaramente surrado. As regiões dorsal, torácica e abdominal do miserável escravo apresentam as mais horríveis cicatrizes. A região frontal - grandes echymose produzidas pelos saltos de sapatos como referido pelo mesmo escravo. As pernas e braços também apresentam grandes sinais profundos de reelho! O infeliz, apesar de moço e de constituição vigorosa, mal pode andar! E tanta crueldade foi posta em pratica por causa de um furto de uma espiga de milho! O infeliz escravo é de propriedade de uma órfã, filha do finado capitão Boa-vista. Razão demais para ser punido o autor do atentado. Consta-nos já ter sido feito o exame de corpo de delito em vista do qual o delinquente não pode se eximir a punição, se o patronato e a proteção ao crime não vier alçar o colo contra os reclamos da justiça social. Aguardamos o Resultado (A EPOCA, EDIÇÃO 37).

Nesse relato podemos observar que o motivo que ocasionou o castigo estava relacionado a um furto de uma espiga de milho. O escravo foi espancado, resultando-lhe em hematomas e cicatrizes. Esse relato para além de nos mostrar um pouco o cotidiano da sociedade piauiense de oitocentos, também nos apresenta o horror social diante da situação do escravo. No entanto, cabe questionar se foi somente o furto a motivação dos castigos. No relato o nome do desafortunado não é mencionado, nem características físicas que pudéssemos identificá-lo para além de um negro jovem e vigoroso, no entanto, como forma de protesto, A Epoca traz amiúde a descrição dos hematomas e a maneira como foram ocasionados. Destacando também a localidade de onde residia e o nome de seu agressor. Faz-se certa a afirmação em que Chaves ressalta que a imprensa delatava impiedosamente a culpa por práticas de maus tratos aos escravos. (1998, p. 190-202).

Identificamos essa matéria como um posicionamento do próprio Jornal A Epoca, que também serviu pelo mesmo como gancho para protestar contra a própria justiça vigente, e o sistema escravista como um todo. Na capa junto ao título trazia a seguinte frase: “Jornalista do mundo inteiro! ...Despi-vos dos preconceitos nacionais; denunciae todos os crimes, e nomeae os criminosos. – (JOUY)”. (A EPOCA, EDIÇÃO 37). Já indícios

de novos tempos que apontavam para a inevitável abolição. O jornal possivelmente esteja incorporando o sentimento de insatisfação social, não apenas contra a escravidão, mas as barbaridades com que alguns crimes eram cometidos e a impunidade dos agressores.

Entretanto, as denúncias não pararam por aí, o mesmo jornal A Epoca, nos traz mais uma notícia de agressão contra um escravo em Teresina. O escravo era de propriedade do coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages. Assim é relatado o acontecido:

Barbaridade - Há cinco ou seis dias, cremos que na noite de 9, o sargento de polícia Marcelino Castelo Branco, rondando a cidade, encontrara um indivíduo que trazia ao pescoço uma coleira de ferro, visível por causa de uma ponta que se elevava de um lado, e mandara-o recolher a prisão. No dia seguinte, levado o preso a polícia, pelas indagações procedidas e pela confissão que fizera, soube-se que era escravo do senhor coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages; que dali da casa de seu senhor, fugira com desígnio de vir a esta cidade queixar-se as autoridades dos bárbaros castigos que recebia. E de feito, o pobre e miserável escravo estava de causar dó! Tinha as costas e as nádegas horrivelmente rasgadas pela ação do chicote! E estas, além disso, profundamente golpeadas por navalha ou faca bem amolada! A polícia satisfez-se sem horrorizarse o deplorável estado dessa criatura, e a providencia que tomou foi enviá-lo em paz ao seu desumano senhor (A EPOCA, EDIÇÃO 126).

Alguns pontos interessantes a se observar é que, muito embora, o escravo encontrando-se bastante ferido pelos castigos corporais, foi colocado na prisão sem qualquer cerimônia ou compadecimento pelos policiais que percebendo o estado deplorável em que o mesmo se encontrava, não tomaram qualquer providencia a respeito. Depois de ter passado um dia na prisão, foi constatado que o mesmo havia fugido para a cidade para prestar queixa contra os castigos sofridos na fazenda onde residia, e mesmo assim o negro foi novamente reenviado para o seu algoz. É possível notar no relato a satisfação da polícia e o sentimento de dever cumprido ao devolver

o escravo para fazenda onde residia, mesmo sabendo das crueldades que o mesmo era vítima. Por outro lado, havia a necessidade de cumprimento da lei por parte dos policiais, e o não cumprimento representaria punições severas.

As relações violentas poderiam incorrer dos dois lados, como é o caso a seguir. A belicosa relação da sociedade escravista e a população escrava era notícia nos jornais das principais cidades do Piauí. Casos que evidenciam essa afirmativa são constatados nos jornais pesquisados, dentre eles o jornal *O Piauí*, órgão do Partido Conservador, criado por Antônio Coelho Rodrigues, abordando sobre o assassinato cometido pelo escravo Frederico. Fato ocorrido em 30 de Janeiro do ano de 1871. Na ocasião, também envolvendo o comerciante Antônio Gomes de Campos e sua esposa dona Maria José da Silva Conrado, pela qual foi a vítima do triste acontecido ocorrido em Teresina:

No dia 30 do passado ao meio dia pouco mais ou menos deu-se nesta capital um facto tristissimo, que consternou a todos os seus habitantes.

A digna esposa do commerciante desta praça, Antônio Gomes de Campos, foi cruelmente assassinada pelo seu escravo de nome Frederico, que com a maior perversidade roubou a sociedade uma matrona distincta a toda prova por suas qualidades pessoais.

Engomava o perverso uma camisa, e notando a senhora ao passar por elle para o quarto do banho que aquella estava tostada pelo ferro, reprehendeo-o por isso ameaçando-o de castiga-lo quando voltasse da rua outro parceiro. Isto foi bastante para assanhar os mãos intinctos do tigre de feições humanas, o qual lançando mão de um canivete grande de mola que trazia comsigo (talvez premeditadamente) penetrou o quarto antes que a senhora o fechasse e fel-a succumbir aos golpes de 11 facadas, das quaes trez foram sobre o peito. (*O PIAUHY*, EDIÇÃO 159).

Nesse momento o marido da vítima não se encontrava em casa, e segundo discorre a publicação, a vítima não encontrou forças para gritar em detrimento dos golpes de faca no pescoço, emitindo apenas um pequeno grito, no entanto, o suficiente

para chamar a atenção de seus filhos ainda pequenos, que ao se direcionarem ao corredor que dava para a porta do quarto se depararam com a cena. Onde presenciaram o escravo correr coberto de sangue em direção à rua, e começaram a gritar e chamar a atenção dos vizinhos. O escravo Frederico foi perseguido e preso. De acordo com a matéria do jornal, o escravo aparentava a idade de 22 anos. Sendo interrogado pelo chefe de polícia, não aparentou sinal de arrependimento, contando detalhadamente o crime. Na mesma redação, destaca que esse escravo já havia tentado contra a vida de sua dona por duas vezes, e mesmo assim ela se negava a vendê-lo, acreditando na sua regeneração por ser ainda jovem e seus serviços lhe serem uteis.

O jornal A Imprensa agora em publicação de um ocorrido no dia 16 de outubro de 1866, ressalta o assassinato do menor de nome Jacintho, cometido pelo escravo José de propriedade do Sr. Lysandro Pereira da Silva, ocorrido no termo de Campo Maior. Sobre o fato o jornal destaca que:

No dia 16 de outubro ultimo no termo de Campo – maior o escravo José pertencente a Lysandro Pereira da Silva assassinou com uma facada na côxa ao menor de nome Jacintho, filho de Seraphim José dos Santos e sendo preso pelo seu senhor e entregue à justiça, o respectivo delegado instaurou-lhe o competente processo, que se concluiu no dia 9 d' este mez, sendo o réo pronunciado como incurso nas penas do artigo 193 do cod. Crim. (A IMPRENSA, EDIÇÃO 71).

O artigo 193 está enquadrando o crime de homicídio, podendo correr o risco de incorrer em pena capital. Infelizmente a publicação não apresenta melhores detalhes sobre o motivo que originou o crime e não aborda sobre o destino dado pela justiça ao dito escravo José referente a qual pena foi-lhe aplicado.

Ainda no jornal A Imprensa no ano de 1872 em uma mesma coluna é abordado dois crimes, um ocorrido no termo de Valença e o outro no lugar chamado Umburana no termo

de Oeiras. Ambos os crimes foram cometidos por escravos, entretanto, o primeiro resultando em assassinato e o segundo em tentativa de assassinato.

No primeiro caso ocorrido no termo de Valença o escravo de nome Raimundo degolou duas crianças, filhas de Roque Pereira da Silva: “O malvado sendo preso, confessou o crime com todas as circunstancias aggravantes que o acompanharão” (A IMPRENSA, EDIÇÃO 350). Nesse caso a matéria é bem rápida não deixando detalhes das circunstâncias que geraram o crime, e a pena que foi dada ao escravo.

No segundo o escravo de nome Felipe tentou assassinar sua dona a golpes de faca e pauladas, mulher do alferes Liberato da Silva Vieira. De acordo com o jornal:

Também no dia 7 do mez próximo passado no lugar Umburanas, termo de Oeiras, um escravo de nome Felipe tentou assassinar sua senhora, a mulher do alferes Liberato da Silva Vieira, irmã do fallecido e sempre lembrado nosso amigo Francisco Galdino Ramos, dando-lhe muitas facadas e cacetadas.

A victima lutou muito com o monstro, conseguindo tomar-lhe a faca, depois de gravemente ferida; e posto que fique aleijada, está livre de perigo, e o assassino recolhido a cadeia, brevemente deve responder o jury. (A IMPRENSA, EDIÇÃO 350).

Nesse caso a publicação também não apresentou os motivos que ocasionaram a atitude agressiva do escravo Felipe, e não conta com mais detalhes a pena atribuída ao crime de tentativa de assassinato pelo escravo. A matéria continua com uma justificação do redator em nome do jornal, onde afirma: “Não somos escravocratas ao contrário pugnamos, e suspiramos pelo bemaventurado dia em que possamos com orgulho dizer – não ha mais escravos na terra de Santa Cruz - ; em quanto, porém, senão poder extrahir esse cancro enraizado da nossa sociedade [...]” (A IMPRENSA, EDIÇÃO 350). Continua fazendo um apelo ao governo pedindo que tome atitude referente a questão da escravidão. E termina dizendo que: “E’ preciso que o governo tome as mais serias medidas, tendentes a garantir

a disciplina e obediencia indispensaveis da parte do escravo para com o senhor, afim de q' a vida deste não esteja a mercê dos instictos perversos d'aquelle". (A IMPRENSA, EDIÇÃO 350).

O próximo caso que se segue está registrado no jornal A Opinião Conservadora em edição do ano de 1875. A publicação traz a discursão que ocasionou em morte do escravo Eryco de propriedade do capitão José Felix Alves Pacheco, tendo como o acusado do crime o indivíduo de nome João Raimundo Pereira de idade entre 17 a 18 anos. O fato ocorreu no dia 1º do mês, próximo ao curral do açougue ou matadouro público de Teresina. Segundo consta:

Procede-se o dr. chefe de polícia á corpo de delicto, sendo incontinentemente interrogado o criminoso q' depois de praticar o delicto foi se appresentar áquella autoridade, confessando ser elle proprio o seu autor. Deu como razão de seu acto de perversidade tirar uma vendicta do escravo, por ter este poucas horas antes dado-lhe uma bofetada.

Foi recolhido a cadeia e a authoridade prossegue nas diligencias para o processo. (AOPINIÃO CONSERVADORA, EDIÇÃO 49).

O crime foi motivado por vingança, o escravo Eryco esbofeteou o jovem por nome João Raimundo Pereira, e o mesmo como atitude de vingar a ofensa sofrida matou o escravo. A matéria não apresenta a maneira como o escravo foi assassinado, deixa apenas transparecer que foi por critério de perversidade da parte do criminoso.

Casos recorrentes também eram os suicídios. Uma das maneiras do escravo se ver livre da vida servil muitas vezes poderia ser a prática do suicídio. O escravo procurava no suicídio, uma forma de dar cabo as agruras causadas por anos de trabalhos desgastantes, castigos muitas vezes rigorosos e demais mazelas ocasionadas da escravidão. Isso também se evidencia nas páginas dos jornais. No jornal O Piauí em edição do ano de 1869, no sitio Santa Isabel, o escravo de nome Luiz de propriedade de D. Hermelinda Clara d'Aguiar, cometeu suicídio. Segundo consta na rápida publicação: "Descobrio-se

no matto o cadaver de Luiz, escravo de D. Hermelinda Clara d'Aguiar, que se havia suicidado, enforcando-se no sitio Santa Isabel, propriedade da mesma D. Hermelinda" (O PIAUHY, EDIÇÃO 69). Em outro momento, agora em registro do jornal *A Imprensa* do ano de 1879, uma portaria lançada em officio do dia 11, na sessão de número 249, registra o suicídio do escravo Lucio, de propriedade do negociante Ricardo José Teixeira, no termo de Marvão, numa localidade chamada Cabiceiras, de acordo com o registro, o suicídio foi motivado por ter sido capturado, quando o mesmo se encontrava foragido. De acordo com o jornal:

Idem. – N° 249 – Ao mesmo = Dizendo que pelo officio de 11 do corrente, ficava inteirado de haver o escravo Lucio de propriedade do negociante d'esta praça, Ricardo José Teixeira, suicidado-se no termo de Marvão no lugar Cabiceiras, na occasião de ser capturado por andar fugido, tendo o respectivo delegado de policia procedido a corpo de delicto; e tratado do inquerito policial para os fins convenientes. (A IMPRENSA, EDIÇÃO 585).

A probabilidade de voltar ao cativeiro após uma fuga mal sucedida provocava pavor ao fugitivo. No caso do escravo Lucio, a morte foi a saída encontrada naquele momento para resistir a escravidão. Possivelmente seria o escravo submetido a algum castigo rigoroso para servir de exemplo no caso de uma outra tentativa de fuga, sendo o castigo dosado mediante o grau de rigorosidade de cada senhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o olhar sempre partindo do presente, procuramos entender o sujeito escravo dentro do seu espaço social, no cotidiano tanto das fazendas como das cidades oitocentistas. Sempre observando as táticas de contorno ao sistema escravista, sejam elas como forma de resistência a escravidão ou como estratégia de se prevalecer dentro de um regime segregador e opressor, onde muitas vezes a altivez se tornava a arma do fraco para combate a uma sujeição que colocava o sujeito escravo

como “coisa”. Também foi nosso objetivo perceber esses sujeitos escravos, construindo várias trajetórias desses indivíduos observando como foram alargando suas possibilidades de alcance a liberdade, bem como, a vivência das mesmas.

Assassinatos, fugas, roubos, tratamentos cruéis, suicídios, violência, foram elementos que constituíram a imagem minimamente do que foi a escravidão piauiense. Através das informações obtidas desses noticiários foi possível compreender não apenas como os jornais se posicionavam sobre tais questões, porém, como apresentavam os fatos ocorridos a sociedade. A conclusão que tiramos dessas informações foi de constatar não apenas a existência de um escravismo intenso no Piauí, mas perceber que as relações sociais entre o escravo e o senhor eram conflituosas, violentas, geravam crimes, processos, revoltas sociais, espasmos. Muito embora que nem todas as ações do escravo se refletiam como resistência, mas poderia provir de outras motivações geradas pelo próprio contexto daquele cotidiano.

E nesses noticiários jornalísticos o escravo nem sempre era representado como assassino, suicida e violento, muitas vezes foi descrito como vítima da sociedade escravista, como herdeiro de uma sina lamentável.

Esse artigo compreende alguns debates levantados e mais aprofundados de nossa dissertação de mestrado, onde optamos trazer algumas questões que refletem um pouco o cotidiano escravista oitocentista e apresenta esporadicamente um pouco do que trabalhamos dentro da historiografia da escravidão em nossa pesquisa.

FONTES HEMEROGRAFICAS

A Imprensa: Periódico Político: 1 de Dezembro de 1866.
(Theresina). Edição de Número 71.

A Imprensa: Periodico Politico. Teresina, 19 de Setembro de 1869. Edição de número 217.

A Imprensa: Periódico Político: 5 de Julho de 1872.
(Theresina). Edição de Número 350.

A Imprensa: Periódico Político: 20 de Março de 1879.
(Theresina). Edição de Número 585.

A Epoca: Orgão Conservador. Teresina, 14 de Dezembro de 1878. Edição de número 37.

A Epoca: Orgão conservador. Teresina, 18 de setembro de 1880. Ano: III. Edição de número 126.

O Piauhy: 24 de Março de 1869. (Theresina). Edição de Número 69.

O Piauhy: 4 de Fevereiro de 1871. (Theresina). Edição de Número 159.

A Opinião Conservadora: 9 de Janeiro de 1875. (Theresina). Edição de Número 49.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Vinícius Leão. A República Contra A Tirania: A Escrita Política De David Caldas No Jornal **O Amigo Do Povo**: 1868 – 1873. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BORGES, Jóina Freitas. **A História Negada**: Em Busca de Novos Caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

LIMA, Solimar Oliveira. História: **Debates e Tendências** – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. O Piauí, os negros escravizados e outras mercadorias no processo de controle português dos sertões nordestinos e do norte do Brasil (séc. XVII - séc. XVIII). In: LIMA, Solimar de Oliveira, SILVA, Rodrigo Caetano (Org.) **Norte ao sul: escravidão do Brasil séc. XVI – séc. XIX**. Teresina: EDUFPI, 2018.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Em cada página, **História do Piauí colonial e provincial**. Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense - Entre a Literatura e a Política - VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói-RJ, 2008

ANÚNCIOS DE FUGAS DE ESCRAVIZADOS NO DIÁRIO DO MARANHÃO (1855-1880)¹

Caio Matheus Lima da Silva
Antonio Alexandre Isidio Cardoso

Introdução

A formação do Estado Nacional no Brasil teve íntima relação com interesses comprometidos com a manutenção elemento servil. A preservação da estrutura escravocrata serviu como ponto de convergência que atravessou o posicionamento de elites dos Brasis à época da independência, em combate ferrenho contra qualquer movimento contrário (VILLALTA, 2022). No Maranhão, a garantia da continuidade do sistema era chave dos interesses de fazendeiros, comerciantes e autoridades locais, mesmo aqueles ligados aos interesses lusitanos. Não por acaso, apesar da adesão tardia e conturbada ao Brasil Independente (GALVES, 2011), com a adesão da província ao pacto imperial, houve a conservação de suas bases de produção de riqueza, amparadas no cultivo de gêneros para exportação, como o arroz e o algodão, que continuaram sendo semeados e colhidos sobremaneira com força de trabalho escravizada (ASSUNÇÃO, 2014).

Com seus mundos do trabalho eivados pela escravidão de africanos e seus descendentes, diversas formas de resistência e rebeldia foram constituídas ao longo do tempo pelas populações

1 A pesquisa faz parte de investigação fomentada com bolsa PIBIC/FAPEMA, dentro do projeto História Social dos Sertões: fronteiras da escravidão e da liberdade no Maranhão oitocentista, no âmbito do Colegiado de Ciências Humanas/História, Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Codó.

subalternizadas. Entre as modalidades mais arraigadas de negação do cativo estavam as fugas, bastante recorrentes, fonte permanente de preocupação das autoridades policiais e da vigilância senhorial. Não por acaso, fugas de escravizados foram largamente registradas na florescente imprensa maranhense oitocentista, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

No presente estudo, iremos analisar algumas das estratégias empregadas pelos escravizados na construção de rotas de fugas através das descrições utilizadas pelos senhores nas publicações de anúncios de jornal, tendo como recorte referências do Diário do Maranhão, entre os anos de 1855 a 1880. Para a elaboração do estudo foram catalogados 107 anúncios em um total de 103 escravizados anunciados, as informações foram mapeadas e organizadas em tabelas de acordo com sexo, idade, localidade e ocupação profissional. Os anúncios de fugas nos dizem muitos sobre como a população escravizada se dispunha em meio ao sistema escravista no Maranhão, sendo possível observar formas de resistência em diversas modalidades de trabalho servil, seja na labuta de ganho nas ruas, de carregadores, de ofícios especializados, seja nas plantações pelos sertões.

Periódicos como fonte

A utilização de periódicos como fonte documental na produção de conhecimento histórico no Brasil, até a década de 1970, era relativamente pequena. A imprensa reputada como fonte suspeita, por estar ligada a determinada classe social e seu momento histórico, sofria resistência de muitos historiadores que sob a influência de paradigmas historicistas e positivistas ainda buscavam orientar suas pesquisas através da análise de documentos oficiais, fontes consideradas fidedignas (LUCA, 2010, p.112).

A crítica a essa antiga concepção acerca dos jornais como fonte histórica coube a terceira geração dos Annalles, que propôs uma renovação das problemáticas e dos temas estudados pelos historiadores (LUCA, 2010). A partir dessa mudança na abordagem metodológica da disciplina, houve uma ampliação do conceito de fonte documental, possibilitando ao historiador direcionar seu olhar sobre novos objetos de pesquisa.

Nessa perspectiva, muitos estudiosos do processo de escravidão no Brasil, buscaram compreender melhor, através da utilização de novas fontes de pesquisa, a exemplo da imprensa de época, o cotidiano das populações escravizadas, bem como suas estratégias para conseguir o mínimo de autonomia e melhores condições de subsistência dentro do sistema escravista. Além das várias formas de resistência utilizadas na busca por liberdade (Santos, 2015).

Sobre o leque de possibilidades que os historiadores passaram a dispor por meio da ressignificação dessas fontes para o aprofundamento dos estudos sobre as relações escravistas no Brasil, Maria Helena Machado explica que:

A historiografia da escravidão esforça-se hoje para superar as visões pessimistas a respeito do escravo e do liberto, mergulhando nas fontes documentais que permitem reconstruir a realidade da escravidão, não necessariamente sob um ponto de vista heroico, mas realista. (MACHADO, 1988, p. 160)

Considera-se que a arena da imprensa oitocentista serviu como fonte de registro impresso de diversos aspectos históricos e sociais da sociedade escravocrata e, por conseguinte, do cotidiano das populações escravizadas. Configura-se como uma rica fonte documental que auxilia que pode auxiliar no aprofundamento dos estudos sobre as relações escravistas no Brasil.

Dessa forma, esta pesquisa propõe uma análise dos anúncios de fugas de escravizados publicados no jornal Diário do Maranhão entre os anos de 1855 a 1880, período que

compreende a franca decadência da economia agroexportadora local e fortes debates em torno da problemática do trabalho livre e da abolição.

Observando os anúncios: o uso dos jornais como fonte histórica

A partir da observação desse recorte temporal de 1855 a 1880, foi contabilizado um total de 107 anúncios e 113 escravos anunciados, entre os casos de fugas noticiados, 34% correspondem as fugas empreendidas apenas na cidade de São Luís e os demais 66% analisados estão distribuídos em várias regiões da Província do Maranhão e de outras localidades dentro do Império.

Tabela 1 – Localidades referentes aos escravos fugidos a partir dos anúncios de fugas

Localidades	Nº de escravizados	% Geral
Ceará	1	1%
Caxias	1	1%
Praia do Caju	1	1%
Distrito de Cajapió	1	1%
Munim	1	1%
Preguiças	1	1%
Pará	1	1%
Rio de Janeiro	1	1%
Pindaré	1	1%
Cururupu	1	1%
Amarante	1	1%

São Bento	1	1%
Rosário	1	1%
Buriti	1	1%
Alcântara	2	2%
Icatú	2	2%
Vargem-Grande	2	2%
Bacanga	2	2%
Itapecuru-Mirim	3	3%
Brejo	3	3%
Anajatuba	3	3%
Caminho Grande	4	3%
Baixo-Mearim	5	4%
Piauí	6	5%
Guimarães	6	5%
Alto-Mearim	8	7%
Não identificado	15	13%
São Luís	38	34%
Total	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Desses anúncios observamos que a grande maioria dos casos de fugas de escravos noticiadas são do sexo masculino, correspondendo uma proporção de 95% de homens para 5% de mulheres.

Tabela 2 – Classificação por sexo a partir dos anúncios de fuga

Classificação por sexo dos anúncios de fugas		
Sexo	Nº	% Geral
Masculino	107	95%
Feminino	6	5%
Total	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

O baixo índice de fugas protagonizadas por mulheres em parte está associado ao fato de que a população feminina representava um menor número em relação ao contingente total de escravizados traficados para o Brasil no oitocentos (REIS; SILVA, 1989). A disparidade entre mulheres e homens tem sua explicação no próprio interesse da classe senhorial em extrair o máximo de lucro com a exploração do trabalho escravo, descreve Moura:

[...] O tráfico negreiro no Brasil era tão intenso até 1850 que os senhores não se preocupavam em balancear a quantidade de homens e mulheres para a reprodução endógena da população escrava. O tráfico dava conta da demanda de exploração em que os escravos morriam mais do que se reproduziam. O período de vida útil dos escravizados era pequeno, portanto, mais fácil comprar mão de obra, disponível a qualquer momento, do que se atentar com a qualidade de vida dos cativos. Outra preocupação dos senhores era o período que as escravizadas ficavam sem trabalhar devido ao pós-parto. Apesar disso, muitos viajantes estrangeiros afirmaram que as puérperas em pouquíssimos dias já eram obrigadas a retornar à rotina pesada. (MOURA, 2022, p. 41)

A preferência do sistema de trabalho servil pela mão de obra masculina levava também em conta a visão de que a mulher era considerada fisicamente mais frágil que o homem para o trabalho braçal e pelas ocasionais ausências da labuta em razão da maternidade. Isto se refletia nos preços de compra

e venda desses indivíduos, o valor relativamente mais barato das cartas de liberdades para mulheres em comparação aos homens, atestam essa distinção de sexo (MATTOSO, 1982, p.84).

Segundo Reis e Silva, “[...] sejam pelas prendas culinárias, como baianas de acarajé, “quituteiras”, [...] seja ainda através da ascendência religiosa ou afetiva, como as mães-de-santo, mães-pretas e amas-de-leite” (REIS; SILVA, 1989, p. 76), as mulheres dispunham de maiores possibilidades de negociação dentro do sistema escravista, o que poderia ser explorado, especialmente, pelas mães escravizadas cuja a maternidade limitava a ação das fugas. Para essas mães fugir com uma criança era muito arriscado, pois, exigiria uma atenção redobrada e dificultaria a mobilidade durante o percurso da fuga (MOURA, 2022).

Em contrapartida, Flávio Gomes teoriza que o número reduzido de mulheres em anúncios de fuga nos jornais talvez não estaria ligado a quantidade de fuga, mas na dificuldade de capturá-las, devido as várias estratégias que poderiam utilizar para permanecerem ocultas à procura de seus senhores, por vezes, empregando-se no serviço doméstico em outra residência (GOMES, 2006, p. 28). Em alguns anúncios os proprietários deixam evidentes as habilidades que elas poderiam explorar como forma de ganhar a vida em outro lugar. O anúncio da fuga de Francisca é uma evidencia dessa prática.

Da casa do abaixo assinado desapareceu no dia 18 do corrente, a escrava Francisca, preta de 35 anos, robusta, com falta de dentes, acostumada ao serviço doméstico, pertencente à D. Ângela Predecanda Pedro dos Santos, que a comprou em 7 de fevereiro de 1874 ao sr. Aurélio Ribeiro Marques. Esta escrava já residiu por algum tempo em Monção e no Icatú. Quem a capturar será bem gratificado, e protesta-se contra quem tiver concorrido para a fuga desta escrava que está devidamente despachada para embarcar para o Rio de Janeiro. (Diário do Maranhão, 28. 07. 1877, Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL, grifo nosso)

Sobre o anúncio de Francisca, outra particularidade também deve ser levada em consideração, pois ela estava “devidamente despachada para embarcar para o Rio de Janeiro”. A referência indicada pela senhora nos permite entrever que

talvez o motivo que levou Francisca a fugir possa ter sido a incerteza de como seria sua vida no Rio de Janeiro. Na publicação é ressaltado que há pouco tempo estava sob o poder de Ângela Predecanda Pedro dos Santos (sic) e antes havia residido por muito tempo em Monção e no Icatu. Lugares que poderiam estar entre as possíveis rotas de fuga tomadas por Francisca.

Desejo por liberdade: crianças, jovens e idosos nos anúncios de fugas

Dos 113 escravizados anunciados conseguimos identificar dois grupos etários que se destacam pela maior incidência nas fugas, o primeiro de 16 a 25 anos, corresponde um total de 27 casos (24%), que se dividem em 26 homens e 1 mulher. O segundo grupo composto também por 27 casos (24%), distribuídos na faixa etária de 26 a 35 anos, sendo que destes, 25 são do sexo masculino e 2 correspondem ao sexo feminino.

Tabela 3 – Classificação por faixa etária a partir dos anúncios de fuga

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	% Geral
07 a 15	12		12	11%
16 a 25	26	1	27	24%
26 a 35	25	2	27	24%
36 a 45	14	2	16	14%
46 a 55	9		9	8%
60	1		1	1%
Não informado	20	1	21	19%
Total	107	6	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Os escravos fugitivos entre essas duas faixas etárias são aqueles compreendidos como em idade produtiva, ou seja, no auge de seu vigor físico para suportar o trabalho em atividades pesadas que exigiam muito de si (REIS; SILVA, 1989). Por outro lado, entre outros fatores, era essa condição de

extrema exploração que os motivavam a fugir. Observando as informações da Tabela 3, nos chama a atenção o percentual de fugas na faixa dos 7 a 15 anos de idade. Nas ocorrências dessas fugas, envolvendo menores escravizados, era bastante comum haver a atuação de redes de apoio, geralmente formadas por membros da própria família, que poderiam facilitar a fuga (SANTOS 2015, p.79).

Entretanto, de acordo com Fraga Filho, as vezes as fugas de menores escravizados eram realizadas sem o auxílio de nenhuma parte (FRAGA FILHO, 1996, p. 111). Geralmente essa ausência se dava por curtos períodos de tempo em algum descuido dos responsáveis por vigiá-los, como aconteceu com Raimundo, de 8 anos de idade, que há vários dias estava desaparecido da casa de João II. N. Araújo (sic), na praça do Açougue. No anúncio, o senhor descreve que “que por vezes tem se ausentado de casa” e “anda propalando ter vindo de Codó”.

Da casa do abaixo – assinado desapareceu há quinze dias pouco mais ou menos, um mulatinho de nome Raimundo, de 8 anos de idade, que por vezes tem se ausentado de casa, anda propalando ter vindo de Codó. Quem o capturar queira entregar ao abaixo – assinado na praça do Açougue, que será gratificado, querendo. João II. N. Araújo. (Diário do Maranhão, 27. 08. 1880, BPBL)

Ao indicar que ele dizia ser de Codó quando fugia, talvez revele o motivo que levou o pequeno Raimundo a tentar escapar tantas vezes. Possivelmente, carregava consigo a lembrança de sua antiga vida naquele lugar, onde talvez tenha sido separado de sua mãe pelo sistema escravista.

Outra informação presente na tabela 3 que podemos explorar é a quantidade de anúncios que a idade dos escravizados não é informada, contabilizando ao todo 21 casos (19%). Embora em alguns desses casos os anunciantes não descrevam com nitidez a idade dos escravizados, aparecem expressões como “moleque”, “bem moço”, ou, “bastante idoso”, que nos dão a

dimensão da faixa etária em que estavam inseridos. O anúncio referente à fuga de Maurício, africano de nação Mina, descrito como “já idoso”, é um exemplo do uso dessas expressões.

A Romeu Y. Silva, fugiu no dia 11 do corrente mês o seu escravo de nome Mauricio, o qual tem os seguintes sinais: alto, corpulento, já velho, cabelos cortados rente ao casco, este escravo, foi comprado ao sr. Joaquim de Souza Ramos, tinha profissão de pescador, e vendia constantemente camarão no Portinho e Desterro, e depois de passar para o nosso poder era empregado em vender hortaliça, caju ou outros legumes; é de cinquenta a sessenta anos de idade, nação mina. Consta que ele fora para um sítio no rio Bacanga. Os proprietários protestam desde já contra quem o acoutar, para pagar – lhe os dias de serviço, e dão uma gratificação a quem o trouxer e entrega – lo. ((Diário do Maranhão, 14. 12. 1880, BPBL)

O anúncio nos dá a entender que Maurício foi comprado recentemente por Romeu Y. Silva, passando a assumir uma função diferente daquela que exercia. O que pode ter tirado grande parte da autonomia que tinha como pescador. Além disso, o trabalho como vendedor, poderia exigir muito de Manuel, tendo que circular o centro comercial de São Luís para vender as frutas e legumes.

Na última linha do anúncio, os proprietários reclamam a quem o tenha acoitado “para pagar-lhe os dias de serviço”, revelando a constante exploração que Manuel tinha que suportar todos os dias pela obrigação de prestar contas de suas vendas ao senhor. Desse modo, fugir, apesar de já idoso, para ele pode ter parecido o melhor caminho a seguir.

Ademais, por meio do estudo dos anúncios por faixa etária, é possível reforçar a compreensão de como a fuga era utilizada pelos escravizados como uma forma de restabelecer laços de parentescos separados pelos infortúnios do sistema escravista. Esse é o caso do anúncio referente a Manuel, de 15 anos, que fugiu de seu cativeiro na rua do Sineiro, n. 4, em São Luís.

Na segunda-feira, 12 do corrente as 9 horas da noite, fugiu da travessa do Sineiro n.4, o escravo Manuel, 15 anos de idade, cor fula, fala com muita mansidão, está vestido de

calça azul e camisa de riscadinho escuro, bons dentes. Este moleque pertence ao convento das Mercês, é bem conhecido no Desterro e em suas imediações, onde tem sido encontrado. Gratifica a quem levar ao seu senhor na casa a cima ou der notícias certas dele, pois, consta que se acha acoitado. (Diário do Maranhão, 21. 05. 1856, BPBL).

No primeiro anúncio ao seu respeito, pouco podemos inferir sobre a possível direção que Manuel poderia ter seguido quando evadiu-se do convento das Mercês. O anunciante apenas revela que “consta que se acha acoitado”. Na insistência de tentar reaver a posse, são publicados mais dois anúncios no jornal, na edição 223, de 17 de junho de 1856, o anunciante oferece uma recompensa de 50 mil réis pela captura de Manoel.

No terceiro anúncio na edição 229, de 20 de junho de 1856, são acrescentadas informações que poderiam indicar o seu paradeiro, dessa vez é informado que foi visto nas imediações da fazenda Andiroba, lugar onde sua mãe, chamada Senhorinha, era cativa. Havia ainda uma suposição “que ele tenha passado para a fazenda de Cajapió”.

50\$00 de gratificação a quem levar a seu senhor na travessa do Sineiro n. 4, o moleque Manuel, que pertence ao convento das Mercês e anda fugido desde o dia 12 de maio pp. Este moleque tem sido visto nas imediações da fazenda Andiroba, e supõe-se que passou para a de Cajapió. Tem de idade de 14 anos, pouco mais ou menos, de cor fula, reforçado, olhos grandes, bons dentes e fala com muita mansidão. Sua mãe chama-se Senhorinha, e reside na referida fazenda Andiroba. Protesta-se com todo rigor da lei contra quem o tiver acoitado, se no prazo de vinte dias o escravo não for entregue. (Diário do Maranhão, 20. 06. 1856, BPBL)

As pistas deixadas pelo anunciante revelam um pouco da trajetória percorrida por Manuel durante sua fuga, o fato de ter se dirigido para a fazenda Andiroba, nos arrabaldes de São de Luís, após escapar de seu cativoiro, pode indicar uma tentativa de rever sua mãe. Entretanto, ao que parece, Manuel não conseguiu permanecer acoitado nas imediações de Andiroba, logo se

dirigiu para a fazenda de Cajapió, provavelmente, sabia que a administração do convento das Mercês tinha conhecimento que estava escondido nesse lugar.

Estratégias de fuga e resistência

Outros dados importantes obtidos na análise dos anúncios de fuga publicados no contexto de 1855 a 1880, são as atividades específicas desempenhadas pelos escravizados dentro dos mundos do trabalho, conforme observamos na tabela 4.

Tabela 4 - Ocupações profissionais identificadas a partir dos anúncios de fuga

OCUPAÇÃO	QTD.	OCUPAÇÃO2	QTD.2
Padeiro	5	Tecelão	1
Serviços Domésticos	21	Vaqueiro	4
Alfaiate	1	Torneiro	1
Roceiro	26	Carroceiro	3
Carpina	5	Barqueiro	1
Pedreiro	9	Ganhador	3
Barbeiro	1	Aprendiz de Pedreiro	1
Não identificado	32		
TOTAL	100		13

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Para aqueles que fugiam possuir alguma especialidade ou ofício, representava maiores chances de sobrevivência, pois, essas habilidades poderiam ser exploradas como forma de ganhar a vida fora do cativeiro (FREYRE, 2010). As habilidades de Luiz, “muito conhecido de pedreiro” ressaltadas pelo comendador Raimundo José Muniz, fazia dele um escravo muito valioso, já que poderia ser alugado para trabalhar em alguma obra na capital.

Fugiu do comendador Raimundo José Muniz, o escravo de nome Luiz, muito conhecido de pedreiro, de cor preta, com faltas de dentes na frente, e principiando a pintar. E de estatura regular. Quem o capturar e entregar na rua da Saúde n.12 receberá ótimas alvissaras. (Diário do Maranhão, 24. 01. 1880, BPBL)

O fato do comendador ter publicado o mesmo anúncio mais sete vezes nas edições subseqüentes do jornal, revela sua insistência em tentar reaver a renda que o trabalho de Luiz proporcionava. Não se sabe se Luiz foi capturado ou não, mas a quantidade de anúncios publicados a seu respeito indica que ele obteve sucesso em sua fuga por algum período de tempo.

A insistência em capturar seu escravo fugido também está presente no anúncio publicado pelo proprietário João José Fernandes, que mesmo após 10 anos ainda continua no encaicho de Paulo.

O abaixo assinado declara para os fins convenientes que desde 1869 se acha fugido o seu escravo de nome Paulo de cor preta, oficial de carpina, hoje com 31 anos de idade, matriculado no município da capital em 25 de setembro de 1872, sob os ns. 5114 de ordem na matrícula e 3 na relação apresentada como declaração de estar fugido. João José Fernandes Silva.” (Diário do Maranhão, 04. 06. 1879, BPBL)

Possivelmente, a descoberta de novas pistas de seu paradeiro teria chegado ao conhecimento do senhor e motivado a publicação desse anúncio em seu nome, mesmo depois de tanto tempo transcorrido desde sua fuga. O anunciante destaca a profissão de Paulo como oficial de carpina, habilidade que pode ter conferido a ele certa vantagem em sua nova vida fora do cativeiro, posto que se empregando em alguma ocupação de seu ofício, ele poderia ter encontrado meios de sobreviver durante os anos que permaneceu em fuga.

A tática de usar do ofício, que outrora era explorado pelo senhor, como forma de conseguir sua própria subsistência em uma eventual fuga, fica ainda mais explícita quando analisamos o anúncio do escravizado Thomé, de 23 anos.

Frederico Antônio de Moraes faz público que na noite de 29 do mês passado evadiu-se do hotel da Europa, o escravo Thomé, mulato de 23 anos de idade, estatura regular cabelos lisos (cortados), com um sinal no segundo dedo do pé direito, vestido com calça e camisa de riscado, o qual tendo já servido de vaqueiro, e levando perneiras gibão e o chapéu de couro. Supõe-se que desses objetos faça uso. Aquele que o capturar e entregar ao anunciante, ou no mesmo hotel ao sr. José Maria da Silva Porto, será bem gratificado. (Diário do Maranhão, 06. 07. 1875, BPBL)

Segundo acusação de seu senhor, Thomé valendo-se de sua ocupação como vaqueiro, fugiu levando consigo seus equipamentos de trabalho. Essa ação nos revela como Thomé arquitetou sua fuga tomando posse da sua indumentária de vaqueiro, podendo ter em mente o plano de conseguir sua subsistência exercendo sua profissão pelo interior da Província, longe do domínio de seu senhor.

Considerações finais

Os anúncios de fugitivos estudados nessa pesquisa são importantes registros que descortinam um pouco do cotidiano da população escravizada que habitava o Maranhão oitocentista. O exame dessa documentação produz relevantes índices analíticos, como gênero, faixa etária, ocupação profissional dentro dos mundos do trabalho servil e presumíveis rotas de fugas, que auxiliam na construção de diferentes perfis de escravizados. O mapeamento desses índices possibilita, para além da observação de trajetórias e táticas de resistência, obter pistas sobre as motivações e a não aceitação da escravidão por parte desses indivíduos, que através da fuga buscavam construir suas possibilidades de liberdade.

Periódico

Diário do Maranhão (1855-1880)

Referências

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2014.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “Julgar” e “Aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). **Almanack. Guarulhos**, n. 01, p.105-118, 1º semestre 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Cidades Negras: Africanos, Crioulos, e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por dos periódicos. In: **PINSKY, Carla Bassanezi (Org.)**. Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Maria Helena E. P. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Brasiliense, 1982.

MOURA, Alice Regina Maciel de, **Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SANTOS, Adriana Monteiro. **O cotidiano da resistência escrava**: São Luís do Maranhão (década de 1830). 2015. 158 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A longa viagem da ideia de Independência**: de fins do período colonial aos inícios de 1822. Ou as Independências que a “Independência do Brasil” sepultou. *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. v. 74. n.1. janeiro/fevereiro/março, 2022. pp.05-12.

O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS EMANCIPACIONISTAS NO PIAUÍ (1884 - 1885)^{1*}: A POLÍTICA DO ELEMENTO SERVIL

Chrigor Augusto Liberio

Introdução

Com a ascensão de Pedro II ao trono, em 1840, inicia-se uma nova discussão por parte do governo sobre o elemento servil. O novo imperador, que diante da Europa e as novas ciências tentava estabelecer uma imagem liberal, mantinha escravizados como bens da nação, e a elite liberal desse governo torna esse debate público, cobrando uma posição do império frente aos escravizados nacionais. Com as discussões sobre abolição, o elemento servil, como denominavam as pautas sobre os escravizados no Império, sempre estava em debate, e com o decreto de 1866², a liberdade dos escravizados começa a ser uma questão contundente para a nação e para os escravistas, tal decreto vai ser decisivo para o império, que sofreu com as pressões para libertar a mão de obra nacional. A escravidão privada continua sem sofrer grandes abalos, já que o imperador exercia influência quase nula nas condições dos escravizados enquanto propriedades privadas (ROCHA, 2012). Mesmo

-
- 1 * O trabalho aqui exposto faz parte de uma pesquisa de conclusão de curso, da graduação em História da UESPI, defendida em março de 2022. Aqui apresento parte da discussão anteriormente proposta como construção de novas perspectivas para o estudo da abolição da escravidão no Piauí.
 - 2 Decreto que dá liberdade aos escravizados da nação que iam para a guerra do Paraguai. (BRASIL, 1866)

com a Lei Eusébio de Queiroz³ que, de certa forma, consegue mexer na economia escravista do Brasil, é somente com a Lei do Ventre Livre⁴ que a escravidão, pública e privada, vai entrar em discussão de forma mais contundente.

O elemento servil é sempre destaque dos modelos de nação pautados pela elite, desde a Independência, e o pleiteamento de uma lei que discutia firmemente o elemento servil balizou as mais diversas perspectivas, incluindo aqui a Lei do Ventre Livre, regulamentada anos mais tarde. Araújo (2014) mostra que a Lei do Ventre Livre foi vista como uma forma de “organizar e controlar, a população escrava” (p. 21), pauta de suma importância para a elite que se amedrontava de uma nova insurreição negra no país. Na província do Piauí, esta pauta vai impactar diretamente na formação dos Fundos de Emancipação, na construção do Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara e na Lei do Elemento Servil, transformando a forma que a elite discutia a abolição no território piauiense.

—No Piauí não seria diferente, a elite piauiense⁵ construía tal debate sobre a escravidão em seu território e pautava suas demandas para a nação que se constituía. Sendo assim, o presente trabalho visa entender a construção das políticas emancipacionistas no Piauí, com foco nas discussões dessa elite para com a população negra após a Lei do Ventre Livre. Construindo os caminhos das políticas emancipacionistas na região, pretendemos apontar os caminhos que a elite trilhou

3 Lei que proíbe o tráfico de africanos para o Brasil. (BRASIL, 1850)

4 Lei que libertava os filhos de mulheres escravizadas que nasciam posterior a lei. (BRASIL, 1871)

5 Seguindo as noções de Elite apontadas por CARVALHO (1980), que demonstra que a Elite senhorial era também a classe política no Império. Os donos de terra e de escravizados eram também os políticos da nação, tornando-se uma figura ambígua que governava o território.

para pautar o segmento negro piauiense, e qual futuro desejado por essa classe para a nação, tanto em relação a escravidão pública como para a privada.

É uma interdependência/intermitência dialética e contraditória que se verifica entre esses grupos e a sociedade competitiva que procura, ao marginaliza-los socialmente, desorganizando ou branqueando esses grupos, tira-lhes o seu papel de resistência e transformá-los em apêndices das classes dominantes. (MOURA, 2021, p. 316).

Como explicita Clovis Moura, os planos da elite para o segmento negro que iria ser liberto era marginaliza-lo, e reiterar as divisões de classe e raça já existentes, e é a partir das políticas emancipacionistas que a elite branca estruturou esse projeto.

Em 1840, em meio às pressões sobre o tráfico de africanos, a elite inicia o processo de substituição de mão de obra, trazendo a população europeia, principalmente alemães e suíços, para trabalhar nas terras do Brasil. Tal política é denominada emancipacionista, segundo Azevedo (1999), que dentro da perspectiva abolicionista, visa uma transição gradual da escravidão e das relações de trabalho no país. Essa política, coligada com as ideias raciais europeias, sobre estruturação do trabalho ligado a raça e nacionalidade, entendia que o negro não era adequado ao trabalho civilizado, por isso a necessidade de sua substituição (IBIDEM, p. 60 - 61).

Sendo assim, a política emancipacionista era, antes de tudo, uma política baseada na ciência do embranquecimento e no fim lento e gradual da escravidão negra no Brasil, mas sobretudo, uma política que visava a mudança das relações de trabalho, a retirada do negro do mercado de trabalho escravo para um trabalho civilizado. Azevedo (1999) aponta que o trabalho civilizado viria através da imigração, ou como a autora nomeia, com as políticas imigrantistas, trazendo mão de obra europeia e branca, para substituir a mão de obra não-branca majoritária no país. Mas alguns intelectuais no Brasil pensavam essa transição por meio da disciplinarização da mão de obra, mesmo tendo os negros escravizados como uma raça inferior,

contavam com a sua evolução no mercado de trabalho por meio da sua reeducação (NASCIMENTO, 1978. p. 69). Reeducando e civilizando essa mão de obra, então tida como bárbara e incivilizada, que não entendia as formulações do trabalho livre, ter-se-ia uma mão de obra nos termos civilizatórios desejados e adequada para o projeto de nação visado.

Para entender como se construía essas políticas, vamos investigar principalmente os jornais da época, que discutiam constantemente as demandas do governo piauiense e das elites. Importante ressaltar aqui, que a pontuação que impactará em toda nossa análise, é que “Os debates ocorrem nos tribunais e na imprensa, haja vista que a maioria dos políticos é também jornalista, ou, ao menos, exerce função de colaborador em algum jornal(...)” (RÊGO, 2001, p. 40), logo, todo debate da elite intelectual dos jornais (conservadores, liberais e republicanos) vão ao encontro das demandas do governo do Piauí, principalmente porque os partidos eram donos desses jornais (RÊGO, 2008, p. 5). Além da atuação econômica destes personagens, já que os políticos do Piauí eram majoritariamente de “pessoas oriundas da elite rural piauiense” (RÊGO, 2001, p. 40), as diferenciações políticas, na prática, não vão fazer tanta diferença para a adesão ao emancipacionismo (IBIDEM, p. 74), aqui figura central da pesquisa.

No Piauí, como supracitado, os debates da elite e do governo piauiense andam conjuntamente em constante embate dentro dos jornais. Em abordagem documental complementar, com o objetivo central de entender as formulações construídas pelo Estado Piauiense para a população negra, outra fonte utilizada é o acervo de relatórios dos presidentes da província, os diários oficiais e as legislações que estabelecem as políticas cunhadas no período. Como parte do trabalho é analisar as posições que o governo toma diante dos problemas ali presentes, a análise dos documentos oficiais que perpassam essa instância é imprescindível. Como demonstra Gebara (1987, p. 11 apud ARAÚJO. 2016. p. 14), a lei é o instrumento de manutenção da

classe, sendo assim arma essencial para os homens brancos na manutenção da escravidão. Com isso, o Diário Oficial da província é uma das principais fontes de investigação da pesquisa, que desde 1865 até 1910, era publicado no jornal *A Imprensa: Periódico Político*, no qual eram condensadas as publicações dos atos do governo, propagandas, notícias exteriores e afins⁶, sendo um importante meio para entender as demandas do governo da época, e também entender os discursos da massa liberal da elite, por conta de seu caráter dual de publicação. Muito mais do que publicizar as decisões governamentais, a publicação dos atos do governo serve também para compreendermos como o Estado demandava suas perspectivas. As leis, e as demandas do governo legislativo da época, são os instrumentos de poder da elite que adentrava o Estado, sendo assim, as mesmas servem de baliza para conseguirmos enxergar como eram utilizadas pelo governo (GONÇALVES NETO, 2009, p. 69 apud - MONTEIRO; PAJAÚ; BARROSO. 2016. p. 52).

A lei demonstrava, principalmente, as formulações cunhadas pelo Estado, e como ele enxergava parte de sua população. Dando ênfase ao objetivo do trabalho, aqui a lei serve também para identificarmos como o Estado caracterizava sua população e construía políticas para determinado segmento da sociedade. Além dos debates que a sociedade cunhava em diversos espaços, tais formulações impactavam diretamente em como o Estado e sua elite elaboravam as demandas políticas e como pensavam a estruturação do Brasil e a população negra.

A lei do Elemento Servil: A ordem para a disciplinarização dos futuros emancipados.

6 A análise para com as decisões do governo perpassa tanto quais eram as políticas governamentais, e como a própria imprensa lidava com as decisões e suas colocações liberais sobre o governo. Nota do Diário Oficial do Piauí, <http://www.diariooficial.pi.gov.br/institucional.php>

Quando a Lei do Elemento Servil⁷ começa a ser pautada nas câmaras do Piauí, e discutidas publicamente nos jornais locais, em 1884, tem-se uma apreensiva gama de votantes que começam a desconfiar da nova proposta de libertação de escravizados. Antonio de Almeida Oliveira é quem vem à público no jornal *A Imprensa* para defender o ideal da ala liberal em dialogar sobre a questão.

(...)manhosos adversarios, esclavagistas de ultima hora, que até pouco tempo erão francamente abolicionistas e por acaso continuarão a se-lo se subirem ao poder.

Foram os conservadores que fizeram a reforma do ventre livre em 1871, e desde então continuam a trabalhar para completar sua obra com a abolição total da escravatura; tem porem eiumes de que tal gloria caiba ao partido liberal; e somente por isso levantão a grita que ora vemos contra o projecto de 15 de julho. (*A IMPRENSA*, 1884, p. 2).

A ala conservadora estava a rejeitar a proposta de discussão do elemento servil, reiterando que tal proposta não atendia aos princípios abolicionistas do império. A ala liberal mostrava que a proposta era encaminhada também para a abolição, mas talvez seus moldes destoassem do plano conservador de abolição. Aqui vemos o quanto a escravidão para as alas, era vista de formas diferentes, cabendo-lhe diferenciações nas pautas abolicionistas. A disputa política era acirrada, porque as políticas pautadas nas câmaras atingiam diretamente as economias desses políticos, que como já vimos, eram donos de terra e escravizados.

A discussão do Elemento Servil nos explicita como a mesma elite lidava com a população negra escravizada em seus diferentes espaços. Os escravizados da nação deveriam ser logo libertos, por conta do caráter liberal que o império

7 Aqui a Lei do Elemento Servil vai ser as mais diversas discussões feitas em torno dos escravizados e sua situação no Brasil. O elemento Servil está sempre em discussão, mas a Lei do Elemento servil vai ser uma pauta apontada nos jornais para a regulação da abolição do segmento escravizado.

deveria seguir, não deixando dúvidas do projeto abolicionista que deveria ser cunhado pela nação (ROCHA, 2012); já os escravos dos senhores deveriam seguir outro modelo para abolição, uma via mais moderada e que não perturbasse o trabalho exercido na fazenda dos senhores e não afetasse o capital investido em escravizados. Tal dicotomia, expressa nos discursos e nas decisões governamentais, demonstra o quanto havia um distanciamento do Estado para regularizar as relações privadas dos senhores, que durante os anos de Brasil Colônia e o primeiro reinado, não foram alvos das demandas estatais. A separação entre escravidão privada e a pública era facilmente justificada para o liberalismo, que demonstrava que “a liberdade(...) significava a proteção da propriedade privada, e os escravos eram propriedade privada” (BUCK-MORSS, 2011, p. 135), enquanto discutiam que a escravidão pública deveria ser extinta o mais rápido possível, os mesmos políticos tomavam medidas muito cautelosas para com a escravidão privada que os beneficiava⁸.

Com a mudança do Elemento Servil em 1885, com a longevidade da discussão, o império acaba aprovando a Lei do Sexagenário, libertando os escravizados com mais de 60 anos. Agora com perspectivas mais moderadas, a lei ainda estabelece liberdade gradual para os cativos, que ainda terão que trabalhar por 5 anos para seus senhores como forma de pagamento no Piauí, o liberto, mesmo assalariado ainda prestaria 3 anos de serviços ao antigo senhor (ARAÚJO, 2016, p. 30). A discussão na câmara vai tomando outros rumos. Os jornais então começam a acompanhar a nova movimentação sobre o elemento Servil, e o jornal *A Imprensa*, notifica a população sobre a nova comissão apresentada ao gabinete-Saraiva, o Deputado André Fleury é quem vai levar o debate adiante (*A IMPRENSA*, 1885, p. 3.).

8 Reitero aqui a frase de CHALHOUB (2003, p. 141) que categoricamente explicitou “o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão” pública, “mas ninguém queria dar um passo sem ela”.

A nova regulação do Elemento Servil vai novamente propor a matrícula dos escravizados, estabelecer novos preços e designar sua liberdade.

Art. 1.º Proceder-se-ha em todo o Imperio À nova matricula dos escravos existentes até a data desta lei, com especificação do nome, côr, sexo, filiação, se fôr conhecida, profissão, idade e valor computado nos termos do artigo 2.º.”

§ 1.º A inscrição para a nova matricula farse-ha á vista das relações que servirão de base à matricula especial effectuada em virtude da lei de 28 de setembro de 1871, ou á vista das certidões da mesma matricula.(A IMPRENSA, 1885, p.3).

O primeiro artigo da lei vai exigir uma nova matrícula dos escravizados dos senhores, já que a partir daquele momento tem-se o Estado tentando regularizar a mão de obra cativa. Tais informações, como profissão e idade, já eram alvo do registro de escravos para sua venda, tendo peso nos anúncios feitos pelos senhores de sua propriedade. Com isso, temos também nova regulação de preços de cada escravizado, agora denominado por idade⁹. Quanto mais novo, mais caro. Mas algo importante a salientar da regulação de preços, é o destino dado às mulheres escravizadas, a lei regula que “O valor dos individuos do sexo feminino sofrerá a redução de 25 %”(IDEM, 1885), priorizando assim o estabelecido com a liberdade das mulheres proposta pelos fundos de emancipação do Piauí, como tal proposta vem da ala conservadora o intuito de libertar mais rapidamente as mulheres permanece na nova reformulação, já que com a Lei do Ventre Livre o estado piauiense não pode mais se constituir com as fazendas de reprodução. R. C. Silva (2018) vai atestar que “libertar preferencialmente mulheres cativas e

9 “Art. 2.º O valor a que se refere o art. 1.º é o que for declarado pelo senhor do escravo, sendo o maximo regulado pela idade de matriculado do seguinte modo: MENORES DE 20 ANOS 1:000\$000

‘ ‘ 30.... 800\$000

‘ ‘ 40.... 600\$000

‘ ‘ 50 400\$000

‘ ‘ 60 200\$000” (A IMPRENSA, 1885, p. 3).

entre estas as menores de idade era um ato de caridade que escondia em si a tentativa de manter a instituição escravista por mais tempo” (IBDEM, p. 101), sendo assim, mais uma política emancipacionista que se construía no Piauí.

Aqui cabe ainda um rápido retorno às discussões sobre o Fundo de Emancipação. Incansavelmente explorado, os Fundos de Emancipação foram implementados para libertar o máximo de escravizados possível. Segundo R. T. Silva (2017), os fundos eram majoritariamente “Formado[s] a partir do produto de loterias, doações, taxas, impostos e multas” (IBIDEM, p. 2), sendo assim os fundos de emancipação eram perspectivas de libertação dos escravizados privados, mas que seriam libertos a partir do governo. Outro problema encontrado nessa lei, foi como as mesmas eram conduzidas em seus decretos.

A Sociedade Emancipadora Piauiense, seguindo o conservadorismo que nutriu sua fundação e existência, visava mais a evitar ou mitigar possíveis perdas financeiras, caso a libertação dos escravos acontecesse de forma repentina e total e, menos a libertar os trabalhadores e proporcionar o fim da instituição escravista. (SILVA, R. C., 2018, p. 104).

Mesmo sendo uma política de uma ala abolicionista, a Sociedade Emancipadora mantinha em sua ação, um caráter emancipacionista¹⁰. Dentro de suas normas estabelecidas em oito artigos (R. C. SILVA, 2018, p. 101), a lei se aproxima muito mais de um movimento de ruptura com a escravidão diferente do discursado pela sua classe, sendo ela caracterizada por um processo que prioriza a situação econômica do senhor de escravos, e não do escravizado, ao indenizá-lo pelos escravizados libertos.

10 E aqui seguindo as definições anteriormente fixadas, das diferenciações dos blocos Abolicionistas e Emancipacionistas proposta por AZEVEDO (1999).

Essa ligação que a Lei do Elemento Servil vai estabelecer com os Fundos de Emancipação¹¹ vai se explicitar com o terceiro artigo, que vai demandar que “Os escravos inscriptos na matricula serão libertos mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou pelo peculios” (A IMPRENSA, 1885, p. 3), relegando ao estado indenização aos senhores que, em um ato de civilidade para com os cativos, os libertaria, mas obviamente não aceitando danos a sua propriedade.

É crucial falarmos das ligações estabelecidas pelo Fundo de Emancipação e a Lei do Elemento Servil, porque ambas são pautadas a partir do abolicionismo piauiense de Antônio Rodrigues Coelho, Advogado e Político, que construiu os fundos e emancipação na província. O mesmo por muitas vezes defendeu a abolição¹², mas na prática aderiu a perspectiva de uma abolição mais gradual para se beneficiar.¹³

Em outro momento, a lei vai demandar dos senhores a disciplinarização da mão de obra, política de controle que já era reiterada para o Estabelecimento Agrícola, e que agora também seria cargo dos senhores de escravos.

11 Em outro momento de debate na camara Saraiva ressalta que o projeto do elemento servil, conjuntamente com a criação do fundo de emancipação da lei de 28 de setembro, são políticas que visaram o escravizado, que o governo ‘quiz cuidar da sorte dos escravos, quiz reparar um pouco as injustiças feitas pela escravidão, e os legisladores tem até certo ponto o dever de reparar.’, ressaltando a ligação dos dois para com os escravizados e os escravagistas. (A IMPRENSA, ed. 874, 1885, p. 2)

12 Nos anos de 1860-70, Antonio Rodrigues Coelho foi um grande militante pelo abolicionismo, reiterando a necessidade da libertação negra e rejeitando o imigrantismo do centro-sul para o Piauí. Mas como vemos, em sua ala cunhou e instituiu políticas emancipacionistas, que visavam a sua classe. (SILVA, R. C., 2017);

13 “É considerável destacar que quando ele escreveu as cartas residia na província do Rio de Janeiro, onde, ao que tudo indica, conforme a primeira correspondência, era também lavrador e que a alta do café, objetivo principal da sua cultura, permitiu-lhe comprar algumas dezenas de escravos,(...)” (SILVA, R. C., 2018, p. 7)

§ 3.º A terceira parte será applicada de preferencia á libertação dos escravos empregados na lavoura, cujos senhores se resolverem substituir em seus estabelecimentos o trabalho escravo pelo trabalho livre, observadas as seguintes condições.

§ 4.º a prestação de serviços pelos libertos que se trata no paragrapho anterior e em outras disposições, desta lei, será remunerado com alimentação, vestuário, tratamento nas enfermidades e uma gratificação pecuniaria por dia de serviço, que deverá ser determinada nos regulamentos do governo. (A IMPRENSA, 1885, p. 3).

Aqui temos as transformações do público e privado na questão servil. Parte do decreto direciona para os senhores as responsabilidades com os escravos (casa, comida, vestimenta), mas o decreto do Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara, de certa forma, possibilita o contrário. As demandas de disciplinarização e cuidado com o escravizado passam a ser do Estado, de sua jurisdição, escolaridade, trabalho, educação e da religiosidade. O debate em torno do cativo enquanto propriedade privada e propriedade particular do senhor se torna público, já que o Estado tentava se informar de tal situação por meio das matrículas. Nos anos de 1870, os escravizados da nação vão ser colocados no Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, para sua disciplinarização, mas com os cativos privados, tal ato tão desejado pela elite senhorial vai ser de responsabilidade do escravagista¹⁴.

Como demonstra Thompson (1998), a disciplinarização nas fábricas inglesas surge das demandas privadas do capitalismo, os donos de fábrica é que vão impor novas configurações de trabalho para a classe proletária que antes moldava suas próprias concepções de trabalho. A disciplinarização do trabalho então é o processo de manutenção das atividades dos trabalhadores

14 Segundo o decreto da fazenda, dependendo do número de escravizados no Estabelecimento Rural, a fazenda poderia trazer de fora outros trabalhadores, e isso possibilitaria também a entrada no estabelecimento de libertos de ordem privada. (Decreto Imperial n° 5.392 de 10 de setembro de 1873)

nas fábricas, e no momento analisado por Thompson (1998) – começo do século XVIII na Inglaterra – vemos o início do capitalismo industrial disciplinado, com as fábricas tecendo jornadas de trabalhos aos seus empregados e estabelecendo principalmente uma constância em sua produtividade.

No Piauí, como já percorrido, tal disciplinarização vai ocorrer através do Estabelecimento Agrícola, mas com a Lei do Elemento Servil, tem-se o Estado expandindo tal proposta para os senhores, para que seja da alçada privada o papel de disciplinar tal mão de obra que pretendia-se libertar, mas que iria acontecer nos moldes que o Estado queria, já que tal trabalho deveria seguir a regulamentação governamental. A disciplinarização descrita é nos moldes capitalistas que aponta Thompson (1998), demonstrando mais cerceamento das dinâmicas de trabalho para com os proletários na Inglaterra, o autor vai descrever como as mudanças com o mercantilismo afetaram diretamente os moldes de trabalho da população nas fábricas, enrijecendo suas práticas de trabalho. Onde existia flexibilidade nas horas de trabalho, na produção e na vida cotidiana dos trabalhadores, ou como aponta Thompson (1998, p. 280) uma manufatura em escala doméstica e “ocupações mistas”, foi substituído por um combate ao “ócio” e a severidade em “manter os salários baixos” (IBIDEM, p. 289) para conseguir controlar essa massa de trabalhadores.

Diferentemente do explorado na Inglaterra, no Piauí vemos como essa disciplinarização é quase um processo contrário. É a transformação de uma configuração de trabalho inflexível, que com a abolição seria mais livre. Livre no sentido liberal dos discursos, da liberdade nominal e da propriedade, já que a educação para o trabalho é para moldar as relações de trabalho existentes com a população negra escravizada, essa população seria livre nos modelos estabelecidos por essa elite, desde sua “liberdade” religiosa, do local de trabalho, do tipo

de trabalho e etc. A escravidão é essa instituição imobilizante, que ao ser abolida, precisaria da contenção disciplinar para não abalar a nação.

Em outro momento, vamos ver como essa disciplinarização se expandiu para além da dinâmica de trabalho assalariado que tentava se construir. A lei do Elemento Servil estabeleceria também que:

§ 1.º O que se ausentar de seu domicilio sera considerado vagabundo e apreendido pela policia para ser empregado nos trabalhos publicos ou colonias agricolas.

Art. 9.º O liberto encontrado sem occupação será obrigado a tomar alguma, no prazo que lhe fôr marcado pela policia. (A IMPRENSA, 1885, p. 3).

O negro liberto, deve estar introjetado na nova dinâmica de trabalho adotada pelo projeto de nação, sua disciplinarização deve ser estendida a sua vida, para que o Piauí entrasse no plano de civilidade exigido¹⁵. As políticas de controle então foram contundentes para disciplinar além do trabalho, mas também a vida dos novos libertos. M. Silva (2012), em sua obra, vai pautar justamente as políticas de controle cunhadas em Teresina contra “os ajuntamentos de negros, cativos e livres” (IBIDEM, p. 104).

Como vimos com as demandas apontadas no decreto do Estabelecimento Rural, a disciplinarização é central nas políticas emancipacionistas do governo piauiense, educar física, moral e religiosamente a população escravizada pela nação foi a primeira pauta para o Estado discutir a abolição pública de fato, e tal ato iria se estender para os escravizados dos senhores com a Lei do Elemento Servil.

§ 2.º O governo estabelecerá em diversos pontos do Imperio, ou nas fronteiras das provincias do Paraná, Pará, Amazonas e Matto Grosso, colonia agricolas regidas militarmente, para as quaes serão enviados os libertados

15 Assim como vemos com Thompson (1998, p. 289) mostrando que o trabalho na fábrica regularizava também as comemorações daquele povo e as sociabilidades ali construídas.

sem ocupação. Nessas colônias é obrigatorio serviço militar para todos os libertos; os que servirem activamente por 3 annos e tiverem bom proceder, receberão um lote de terras, que serão obrigados a cultivar. (A IMPRENSA, 1885, p. 3).

Conjuntamente com as colônias, o Estado, que direcionaria a população negra apática a sua liberdade, iria construir o sentido de sua alforria. Agora liberta, a população negra aprenderia os caminhos do trabalho civilizado por meio da disciplinarização. AL-ALAM (2013) vai mostrar ainda que os presídios reiteram o discurso de moralidade e trabalho, que talvez com trabalho dentro da prisão “(...) tirassem de circulação os populares inativos, que ao olhar das elites e das autoridades policiais, resistiam ao trabalho regular e praticavam a vadiagem, e por isso eram “vistos como empecilhos ao desejo civilizatório da sociedade”. (IBIDEM, p. 257 apud MONTEIRO, 2021, p. 318).

Quando no inciso segundo a lei vai determinar que por bom proceder, o liberto receberá lotes de terra, o estado piauiense está apontando a moralidade que o liberto precisa seguir, demonstrando seu paternalismo para com a população que, novamente, não conseguiu se desvencilhar dos braços dos escravistas. A transição de mão de obra escrava para assalariada de forma moderada e ordenada, nada mais é do que a institucionalização das novas formas de controle que os senhores de escravos querem cunhar dentro do Estado. Deliberar sobre a atuação da vida privada dos escravizados é a reestruturação do paternalismo racista a partir do Estado.

O Estado de diversas formas cunhou políticas para controlar a população negra, Silva (2012, p. 105) discorre sobre códigos de postura, editais e licenças municipais que precisavam ser seguidas na sociabilidade teresinense. Em dado momento, M. Silva (2012) vai inclusive descrever uma intervenção policial em uma comunidade religiosa, com a polícia desautorizando tal ato na cidade.

Antes de colocar o bumba-meu-boi nas festividades de São João, Rufino pediu, nos dias que antecederam à festa, a devida licença para se apresentar ao público. Segundo informações prestadas pelo próprio escravo, seu objetivo era de alegrar a população e conseguir alguns recursos nos dias de festa, porém Rufino exagera na brincadeira, ao apresentar no ritmo do tambor e da “frenética dança” uma “cantiga” que, segundo as palavras do delegado, “envolvia nomes de pessoas estranhas ao tal brinquedo; por isso casei a permissão que dei para ser ele apresentado ao público desta cidade”. (SILVA, 2012, p. 6).

A política de controle então também perpassa ao controle da manifestação da fé. Como a disciplinarização também deveria ser religiosa, era permitido o Estado atuar sobre os espaços religiosos da população negra, e assim pautar na cultura do segmento negro a civilidade que tanto pregavam. Outro ponto a se levantar é a expansão das políticas de imobilismo e disciplinarização para o âmbito urbano no Piauí. Mesmo que grande parte das políticas de cerceamento visavam imobilizar a população negra no campo, tais políticas vão se estender para as cidades que se constituíam também, aqui temos o exemplo do controle populacional atingindo as populações nas zonas urbanas de Teresina.

A migração dos flagelados da seca também vai forçar maior controle e disciplina nos espaços urbanos do Piauí, como demonstrou De Araújo (1995) Teresina vai ser o foco das políticas assistencialistas no império e na república, e tais demandas vão impactar no ordenamento social tanto rural, como já vimos, mas também no espaço urbano.

Mesmo que a Lei do Elemento Servil no Piauí não tenha sido aprovada, o Império acaba por aprovar uma determinação da Lei para o território nacional no ano de 1885, encerrando as discussões da referida lei nas câmaras provinciais.¹⁶ No entanto, aqui percebemos o quanto as discussões no Piauí se

16 A Imprensa: Periódico político. Noticiário - Última Hora. ed. 880. 1885. p. 2; BRASIL, Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo, de 1885, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1888, Lei N° 3.270 de 28 de setembro de 1885.

basearam na disciplinarização da sua população mesmo para a escravidão privada - a lei aprovada pelo império não atribui as obrigações presentes nas discussões dos políticos piauienses para os senhores, relegando apenas a manutenção e assalariamento dos escravizados que seriam libertos. Outrossim, conseguimos problematizar os descompassos das discussões em torno do elemento servil no território brasileiro. Ao discutir projetos de transição de mão de obra, cada província se deteve em suas particularidades e demandas próprias, ao mesmo tempo em que debatia e instituía mecanismos de estruturação de um projeto de nação. Assim, não se excluía as preocupações com as dinâmicas econômicas locais e as preocupações com a construção da nação.

Considerações finais

Considerando as análises construídas, a Lei do Elemento Servil é central para entendermos a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Piauí. Além da agência da política emancipacionista, observamos com a Lei do Elemento Servil os caminhos construídos pelo Estado para a consolidação da transição. Mesmo com um plano nacional de civilização e modernização da nação, a pesquisa nos mostra como individualmente a província do Piauí, por exemplo, conseguiu pautar tal projeto, mesmo inserido na dinâmica que visava abrangência de todo o território, observando principalmente suas particularidades para pautar políticas emancipacionistas.

As políticas emancipacionistas se configuraram também como uma forma que o Piauí encontrou de pautar os debates sobre branqueamento e modernização da nação de acordo com as demandas provinciais, além de conseguir, dentro do Estado, construir estratégias de manutenção dos privilégios econômicos e políticos para os donos de terra e escravizados. O imobilismo do contingente que formava a mão de obra, que

até então era escrava, mas iria ser liberta, foi o melhor caminho que a elite encontrou para conseguir sem muitos embates se manter no poder.

A Lei do Elemento Servil seria também esse espaço de controle do segmento negro do Piauí, as forças que mobilizavam os escravizados de ordem pública deveriam se estender também a toda escravidão privada no território, mas sem abalar os bolsos dos senhores. Com as políticas de abolição gradual, o negro liberto iria ser imobilizado na fazenda, imobilizado no campo ou imobilizado no presídio, em todos os espaços do Piauí ele necessariamente iria adentrar os espaços de civilidade e disciplinarização projetados pela elite.

Outro ponto a se destacar, é como a elite e o Estado enxergam a população escravizada. Essa população que apaticamente deveria atender aos desejos brancos que construíram para o Piauí, não era vista como construtora de sua própria liberdade. A população negra era tida como massa maleável de mão de obra que estava ali a serviço da elite piauiense. Tal paternalismo construído durante o império vai explicar, por exemplo, em 1909, uma das cartas apresentadas na câmara legislativa pelo governador do estado, Sr. Anísio Auto de Abreu, que ressalta que o negro liberto em 1888 tinha abandonado o trabalho nas lavouras do Piauí, “(...) entregou-se ao vício, a preguiça, a vagabundagem, pensou que não trabalhar era a afirmação primeira e mais eloquente que podia fazer da sua libertação” (NUPEM. 1909).

Do mesmo modo, ainda temos a invocação do destino dos libertos, que não poderiam cunhar seus próprios espaços de trabalho. Como ressaltado anteriormente, a disciplinarização da população negra para a elite, se dividiria em suas vertentes, os ‘libertos nacionais’ que iriam ser disciplinarizados via Estado e iriam trabalhar nas lavouras piauienses - como ressalta Anísio Auto de Abreu; e os libertos da ordem privada escravista que iriam ser libertos e seriam disciplinarizados por seus antigos senhores agora patrões, e iriam retornar ao trabalho nos

moldes europeus em suas antigas fazendas. Ambas perspectivas reiteram o imobilismo construído por essa elite ao segmento negro, que deveria seguir o ordenamento proposto por ela, e não suas próprias demandas.

Referências Bibliográficas

Fontes

A IMPRENSA. *A imprensa: Aos eleitores Liberaes*. ed. 841. Teresina. 1884. p. 2;

A IMPRENSA. *A imprensa: O partido Conservador e o Elemento Servil*. ed. 841. Teresina. 1884. p. 3;

A IMPRENSA. *A Imprensa: Elemento Servil*. ed. 870. Teresina. 1885. p. 1;

A IMPRENSA. *A Imprensa: Camara dos srs deputados*. ed. 871. Teresina. 1885. p. 3;

A IMPRENSA. *A imprensa: Elemento Servil*. ed. 872. Teresina. 1885. p. 3;

A IMPRENSA. *A imprensa: Adminstração do exc. sr. dr. Theodorico*. ed. 874. Teresina. 1885. p. 1 - 2.

A IMPRENSA. *Noticiário: Ultima Hora*. ed. 880. Teresina. 1885. p. 2;

BRASIL. *Lei N° 3.270 de 28 de setembro de 1885*. Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1888;

BRASIL. *Lei do Ventre Livre, N° 2040 de 28.09.1871*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm.

NUMPEM. *Mensagem apresentada à câmara legislativa*

pelo EXM. Sr. Anísio Auto de Abreu governador do Estado no dia 1º de Junho de 1909; 1909.

Bibliografia

ARAÚJO, Charlene Veras de. **A formação do mercado de trabalho no Piauí: A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1870 a 1930.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade federal do Piauí. 2016.

DE ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. **O Poder e a Seca de (1877 - 1879) no Piauí.** Academia Piauiense de Letras. 1991.

DE ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. **Cotidiano e Pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina (1877 - 1914).** Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

ARAÚJO, Johny Santana. **O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888).** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 57-77.

AZEVEDO, Celia. Maria Marinho. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: Da escravidão ao assalariamento.** tese (doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas. SP. 2003.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti. Novos estudos** CEBRAP. 2011.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História.** ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, v. 1, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** Editora Companhia das Letras, 2011.

DA SILVA GONÇALVES, Aline Najara; DO NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Como pensar o elemento servil: **o lugar dos libertos nas expectativas das elites após a emancipação**. Afro-Ásia, n. 60, p. 81-104, 2019.

GORENDER, Jacob. **Brasil em Preto & Branco**. São Paulo: Senac. 2000.

KOWARICK, A economia Cafeeira do século XIX: a degradação do trabalho in Trabalho e Vadiagem: **A origem do trabalho livre no Brasil**. Paz e Terra. 2ª ed. 1994.

LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: **Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871)**. Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII-séc. XIX)**. EDUFPI, 2016.

MONTEIRO, Andréia; PAJAÚ, Rita; BARROSO, Tátilla. AS LEIS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA MARANHENSE. **Revista Bibliomar**. v. 15. n. 1/2. 2017.

MONTEIRO, Gleison Costa. Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880). **História Unisinos**. v. 25. n. 2. 2021.

MOURA, Clóvis. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. **NEGRO**, São Paulo. v. 2. n. 2. jun./1988.

MOURA, Clóvis. **O negro: De bom escravo a mau cidadão**. São Paulo. Editora Dandara. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O embranquecimento da raça: Uma estratégia de genocídio** in O Genocídio do negro brasileiro. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense:**

atuação política no XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense-entre a literatura e a política**. In VI Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói-RJ. 2008.

ROCHA, Ilana Peliciari. **“Escravos da Nação”**: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-31082012-100444. Acesso em: 2021-09-06.

SILVA, Mairton Celestino. **BURLAR AS NORMAS, ZOMBAR DA ORDEM: POLÍCIA, ESCRAVOS E SUBVERSÃO URBANA NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1870-1888**. Vol. 5. n.º 3. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. julho/ agosto/ setembro de 2008.

SILVA, Mairton Celestino. **UMA MÃO PARA BATER, OUTRA PARA EDUCAR: O Colégio Agrícola de São Pedro de Alcântara e as discussões em torno da mão-de-obra escrava no Piauí**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Usos e abusos do fundo de emancipação de escravos na província da Bahia (1871-1888). **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 169-181, 2017.

SILVA, Rodrigo Caetano. **Antônio Coelho Rodrigues: um abolicionista móxico**. História, histórias, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 75–92, 2017. DOI: 10.26512/hh.v4i8.10946. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10946>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA, Rodrigo Caetano. **A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca**. v. 8. n. 1. 2018. p. 22.

SILVA, Rodrigo Caetano. **ES CRAVO E O SENHOR**

NOS ÚLTIMOS ANOS DE ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ.

Dissertação, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, PI, 2018.

SCHWARCZ, L. K. M. **Um debate com Richard Graham ou “com estado mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”**. *Diálogos*, v. 5, n. 1, p. 53 - 74, 17 jun. 2017.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

EM NOME DA SENHORA DA CONCEIÇÃO: O PROCESSO DE DEFINHAMENTO DA IRMANDADE TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CE

Maria Marciene Andrade de Oliveira
Beatriz Oliveira Fontenele

INTRODUÇÃO

O século XVIII emerge na Europa como o século dos avanços tecnológicos, onde o desenrolar da modernidade aumenta a fissura entre o misticismo medieval presente no continente três séculos antes. No entanto, mesmo com uma distância cada vez maior entre a modernidade e o medieval, durante o século em questão são fortes as raízes católicas, tanto as que estão fincadas no continente europeu e suas ramificações em países e continentes que sentiram o peso da colonização.

África, Ásia e América, antes e depois do século das luzes, sofrem intensas transformações com a chegada e espoliação de diferentes nações europeias dentro de seus territórios. O processo de colonização desses espaços, ocorre de modo variado a depender da nação, recursos e resistência do espaço visado pelo colono germânico. Na América, em especial, muitas foram as táticas empreendidas por portugueses, Espanhóis, Franceses e Holandeses. Dentre as principais, é possível destacar as alianças entre povos nativos, guerras e Aldeamentos (SOUZA, 2015) como modo de enquadrar, justificar e adaptar os povos que habitavam o espaço colonizado, aos costumes, cultura, língua e crenças de seus colonizadores.

Em meio a esse processo de imposição, justificado pela lógica colonial, passam a se construir redes de sociabilidades, ajuda e apoio, entre as parcelas populacionais que são afetadas de modo mais drástico o peso desse processo. No Brasil, essas entidades são denominadas de Irmandades: grupos ligados à Igreja católica, reunidos em torno do culto de um santo católico principal, que por vezes, batizava o nome da confraria, como por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Acaraú. (CAMPOS, 1980)

Esses grupos de apoio e solidariedade que surgem de dentro do seio católico e são largamente compostos e utilizados por negros, índios e mestiços, em especial na região nordeste do Brasil, é o foco da presente pesquisa. Ao investigarmos os resquícios de uma Irmandade Indígena na região de Almofala, situada no litoral oeste cearense, buscamos compreender os seguintes pontos 1) refletir sobre as relações entre os nativos e religiosos que dividiam o mesmo território; 2) compreender a importância da Irmandade como uma rede de apoio/controlado Tremembé; 3) conjecturar possibilidades para o enfraquecimento dessa organização dentro do primeiro reinado. Partindo do exposto, é necessário enfatizar que dentro das fontes analisadas as referências realizadas a supracitada confraria, ocorrem de modo superficial, por vezes como um pagamento por determinada obra, quitação de dívida ou auxílio prestado à algum sacerdote em exercício no local. O que nos leva a possibilidade de conjecturar. Visto que, mesmo construindo importância econômica ao longo dos séculos e se configurasse como uma extensão do poder católico, a referida não gozava de total autonomia, justamente por ser essa extensão e não uma instituição à parte da Igreja Católica, questão essa, que vai se reconfigurar no final do século XIX com o processo de Romanização Católica ao alinhar os interesses da Igreja no Brasil com os de Roma, enfraquecendo o poder das confrarias, levando posteriormente, ao aniquilamento dessas organizações.

Visando um enfoque qualitativo, analisando as produções de cronistas, memorialistas e sacerdotes, adjunto de dados e registros de censos e relatórios provinciais, essa investigação trabalha com os restos. Vestígios de passado, anotações e quitações esquecidas, raros e rotos, restos, rastros e rostos (ALBUQUERQUE, 2013) os caminhos que compõe as reflexões, dados, ponderações e resultados desse empreendimento, é assim que se constitui a história, é assim que nós servimos do/para passado.

ALMOFALA, LUGAR QUE SE VIVE POR POUCO TEMPO

Padre Antônio Tomás, sacerdote responsável pela freguesia de Acaraú, escreve em 1898 a monografia intitulada *Almofalla* onde narra o soterramento da região por uma das dunas moveis que compõe o litoral nordestino. Em suas linhas, ao se despedir do espaço, realiza a seguinte alusão:

Despeço-me agora, com mil agradecimentos e desculpas, do pacientíssimo leitor que me acompanhou até aqui, dando por terminada a tarefa que me impus de contar-lhe a história da legendária povoação cujo o nome –Almofala– se é verdadeira a significação que lhes dão os lexicógrafos de “arraial que se vive temporariamente- não lhe podia ter sido mais fatídico. (RAMOS,1950, p.187)

O texto, posteriormente publicado em 1950 por sua sobrinha neta Dinorá Ramos, contempla o fim: Almofala é soterrada por uma duna móvel, o padre ao se despedir do espaço, da Igreja construída com mão de obra Indígena, ao retirar seus objetos sacros e os levar para o tanque do meio¹ faz um prospecto sobre a região, seus primeiros moradores e a chegada da ação católica no lugar. É através das palavras do

1 Atual município de Itarema, na época toda a região descrita pertencia ao município de Acaraú, tanto que todo material analisado durante a pesquisa faz alusão a centralidade de Acaraú como espaço cidadão, administrativo e portuário.

sacerdote que Almofala é lembrada, resgatada do esquecimento. Porém, não apenas ela, como também todo o seu entorno e participantes, como veremos mais adiante.

Em meio a sua construção narrativa, Antônio Tomás recua ao passado para situar seu local de fala. Traz à baila documentos, cronistas e folcloristas para justificar e fundamentar seu local de atuação. Interessante perceber que em larga escala o sacerdote não diverge das colocações realizadas por outros autores (SOUZA, 2015; ARAÚJO, 2015; SILVA, 2019) sobre como se deram os primeiros anos do empreendimento colonial no litoral oeste cearense, entre a atuação de jesuítas e outros religiosos, principalmente com a lida com o povo nativo desse espaço, sendo eles designados como:

Sendo família autônoma os TREMEMBÉS, TEREMEMBES ou TARAMEMBÉS, que erravam no litoral entre o Acaraú e o Parnaíba. Talvez além. Valentes, corpulentos, temidos, não se deixavam dominar facilmente. Gulosos, hábeis pescadores, davam preferentemente à pesca, mas preparavam alguma agricultura. Manhosos no ataque aos inimigos, amavam as danças, tendo deixado vestígios de costumes coreográficos ainda hoje de certa forma mantidos pelos caboclos seus descendentes (GIRÃO, 1984, p.73)

O “Arraial que se vive por pouco tempo” surge através da doação de uma porção de terras na ribeira do Aracati-mirim, solicitada pelo sacerdote Ansenso Gago, como modo de Aldear os Índios da etnia Tremembé que vagavam pela costa (SILVA, 2019), o que fica mais explícito, no seguinte exposto:

ALMOFALA – pequena ens. à foz do rio Aracatimirim, dá acesso a embarcações de até 100 toneladas. ALMOFALA-Pov. À m. esq. E um pouco acima da barra do aracatimirim, no dis. De Itarema, é cerca de 15 km dessa localidade, min. De Acaraú. A sua origem prende-se à carta régia de 8-1-1697, determinando o governador do Maranhão que se dessem de sesmaria aos índios todas as terras que lhes fossem necessárias entre a barra do aracatimirim e o timonha. A medida foi sugerida ao rei de Portugal pelo Jesuíta Ansenso Gago e visava situar os Tremembé, que perambulavam pela costa, em aldeias permanentes, livres de qualquer inquietação por parte das autoridades civis e dos moradores(...). (BRAGA, 1964, p. 61)

As terras recebidas em formato de sesmarias foram entregues aos cuidados dos Irmãos Alexandre Borges de Novais e José Borges de Novais na extensão que compreende o Aracati-mirim até o Aracatiaçu (SOUZA, 2015) para aldear os índios daquele espaço, é importante perceber que o aldeamento pelos religiosos, nesse momento, foi utilizado pelos dois grupos imersos nessa relação: aos colonos, garantia livre acesso e circulação pelas terras, o que facilitava a exploração de recursos e escoamento destes pelos portos do litoral sem temer os nativos; para os Tremembé, em virtude da violência que se dava o processo colonial, as “guerras justas” destinadas a captação de indígenas para trabalho escravo, o aldeamento surge como a forma menos drástica de adentrar a nova ordem que lhes era imposta, sendo perceptível que dentro da logística colonial, cada grupo busca se adaptar e resistir como melhor lhe convém.

Se Almofala surge no final do século XVII, é no XVIII que vai florescer e se organizar enquanto espaço de intensas relações entre povos nativos e europeus. Em 1712 é dado início a construção em Alvenaria da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construção essa que tem seus últimos registros em 1758 (RAMOS, 1950) organizada em estilo barroco, erguida com mão-de-obra indígena quebravam conchas em pilões para misturar com o cal das paredes da Igreja (FILHO, 2014).

Sendo frustrada as tentativas de escravizar a população nativa da região, os “negros da terra” como passaram a ser vulgarmente denominados, presentes nos aldeamentos e mais próximos das atividades católicas oferecidas por esses espaços, passam a se integrar e (re)significar algumas das tradições romanas.

Textos como o de José Mendes Fonteles Filho (2014) ao tratar sobre a memória dessa etnia, aponta discursos em que o Tórem, dança sagrada para os Tremembé, era dançado na frente da Igreja destinado à Nossa Senhora da Conceição. É esse tipo de hibridismo que passa a atingir não apenas a

estrutura e disposição da cultura indígena como também a Igreja católica que se vê diante de novos fieis e busca novas forma de alcança-los, formas estas que passam a ser contestadas durante o processo de romanização proposto pelo vaticano, ainda no final do século XVIII.

A relação exposta anteriormente denota bem as relações entre esses dois grupos distintos que passam a conviver e ver suas culturas mescladas dentro dessa relação. Ao pensarmos a produção do padre Antônio Tomás, que abriu essa sessão, de modo geral é possível vislumbrarmos algo maior, principalmente quando, o sacerdote em seu texto, buscar fazer uma gênese de origem- baseando-se no significado do nome da região- indo para além das datas e fatos distribuído em ordem cronológica, a relação dos acontecimentos, tocam largamente os dois grupos apresentados e como ambos, dentro da lógica colonial, passam a se adaptar, conviver e resisti dentro dessa relação. Diante disso, cada grupo tenta se articular como modo de se sobressair desse sistema, para os nativos Tremembé, uma das alternativas será manter relações de apoio e sociabilidade alicerçadas dentro da Igreja católica, surge aqui a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Tremembé de Almofala, como Fruto desse esforço.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS TREMEMBÉ DE ALMOFALA

A primeira referência direta encontrada sobre a presença da Irmandade parte de dentro do texto eclesiástico do padre Antônio Tomás, quando nos informa o seguinte:

Existia ali, como já dissera, a Irmandade de Nossa Senhora da conceição, fundada ainda talvez pelo padre Novaes, sob cuja a guarda e dependência sempre se conservou a Igreja (...) compunha-se da gente melhor e mais abastarda não só daquela zona, mas como de diversas outras paragens distante do povoado vinte, trinta e mais lagoas (RAMOS, 1950, p.171)

Analisando o contexto o contexto da época é observável que não apenas em Almofala como em outras regiões, a organização de grupos em torna de irmandades era comum. No entanto, “Apenas em poucos lugares do país, as irmandades religiosas estiveram de modo oficial tão divulgadas, no que diz respeito a seus atos e compromissos, como no Ceará” (CAMPOS, 1980, p.07) o que nos leva a crer a força que essas organizações tenham exercido por todo o estado a partir do século XVIII quando são registradas as movimentações em torno destas.

Muitas são as origens e distinções dos grupos que passam a compor as confrarias: Brancos, brancos e pretos, pardos, algumas –raras- apenas de pretos escravos ou forros (Idem) como exemplo na região norte do estado, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos (SOUZA, 2006), em Sobral, surge como espaço de socialização entre negros, cativos e libertos, que revivem e resignificam aspectos da cultura africana em solo brasileiro como a festa do Rei e Rainha do Congo, por exemplo.

Através destes pontos é que se percebe que para além de deter uma função religiosa e administrativa nos espaços cristãos, as confrarias detinham, sobretudo, um papel social: organizar e ajudar os integrantes que se viam necessitados; controlar entrada e saída de despesas mas também promover ritos e festins entre os integrantes; inspecionar as esmolas mas também determinar avisos, enterros e obras; ou seja, esses grupos surgem e se colocam como extensões de auxílio católico, por vezes constituídas por indivíduos marginalizados mas com condição financeiras estáveis- pois existiam custos aos filiados, que passam a integrar esses ambientes compartilhando, dentre outras, elementos culturais, representativos e sociais semelhantes.

É importante destacar a organização e controle promovido por cada grupo. Cada irmandade havia um Compromisso documento em que se estabeleciam os cargos, funções e atribuições dos principais componentes, bem como regras

gerais e valores para ingressar no grupo. Na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofala o investimento inicial para compor a confraria era uma esmola de seis mil e quatrocentos réis (BARROSO; OLIVEIRA, 2009, p.67).

Por meio de lei nº 11, de 21 de maio de 1835 fica aprovada o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofalla. Analisando os documentos é perceptível algumas questões em relação a Irmandade, inicialmente é possível perceber a composição dos principais cargos que compõe e administram os bens da capela local, sendo estes: Juiz, escrivão, administrador e mesa. Esta última, composta pelos três primeiros e mais doze irmãos que “não se ajuntando número de quinze, será validado a determinação se fizer ao menos com nove” (p.68).

Em meio aos compromissos assumidos pela Irmandade é importante destacar que, em sua maioria, eles velam pelos bens materiais da capela “visto que o patrimônio da nossa irmandade é fundo em gados que podem morrer de um para outro anno” (p.72) não apenas gado, mas o documento em questão também demonstra que a irmandade teria outras fontes de riqueza como terra e prata, sendo porém o gado a constituir a maior parte de seu patrimônio, visto que dentre os cargos da Irmandade, a de criador também era posta em votação, o que reforça a importância econômica do gado para este grupo.

As distinções realizadas entre os irmão e não-irmão é algo interessante a se perceber. Como posto de início, havia um valor mínimo de esmola a ser doado para integrar a confraria, o indivíduo aceito tinha uma série de obrigações a cumprir como ir as missas e participar da festa de Irmandade, como também recebia benesses como ser enterrado na parte de cima das grades que divide a capela, estando mais próximos ao altar mor, e seis missas de corpo presente que poderiam se converter em cem caso não tivesse sacerdote disponível para rezar as missas com o corpo do defunto, o que se configura como um privilegio tendo em vista que para o restante dos não filiados,

para se enterrar das grades para baixo, eram cobrados mil e seiscentos réis, excerto para índios e pobres pelo qual a ação se daria por amor a deus (BARROSO; OLIVEIRA, 2009, p.70).

Até a permanência na Irmandade atendia requisitos: se para entrar era necessário doação de esmola significativa e não ter antecedentes de violência ou quaisquer possibilidade de manchar o nome e interesses grupais, a permanência também atendia os mesmos critérios, sendo possível revogar os compromissos assumidos com o irmão que não mantivesse a postura exemplar pela qual foi admitido tal questão nos leva a pensar que para além de um espaço de sociabilidade e rede de apoio entre os integrantes as Irmandades também exercem um papel de controle (FOUCAULT, 2010): seja social, econômico ou dos corpos, a conduta de vigiar e adestrar as ações é uma conduta esperada e exercida entre/para os irmãos da supracitada confraria indígena.

Esse controle exercido por essa organização torna-se necessário para o sucesso grupal: reger a entrada e saída de gastos, bem como os que podem assumir determinados postos e funções, se tornam cláusulas importantes do compromisso da entidade. A título de exemplo, encontramos o seguinte recibo de quitação de contas em que o pedreiro José Lopes de Barbalho que trabalhava na construção da capela de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, se encontra doente na povoação de Caiçara (Sobral), esclarecendo a seguinte quitação para a Irmandade:

Certifico eu abaixo assignado que estando na freg. A do Ceará fuy chamado dos Irmãos de Nossa S.ra da Conceição Tramambé p.a efeito de lhes fazer a Igr.a da d.a Sra. A qual com eles ajustey tanto paredes como madeiramento com hum corredor a roda por presso de Duzentos a Sesenta mil rs. P.te em animaes e p. te em dr. O de contado, cujo pagam. To me principiarão a fazer os administradores d.a Irmandade e o R. do Administrador Elias Pinto de Azevedo me entregou o utimo pagamen.to e por estar pago e satisfeito servirá esta de quitação de paga: justamente certifico em como estou pago e satisfeito do Presbitr.o o que o R.P Elias Pinto de Azevedo a sua custa me mandou fazer, do arco da capella mor que o cap. M Ignacio João e

Luiz Vr.a commigo ajustaram, do cruzeiro e portaes das portas Travessas que o R.p. Agost.o me encomendou, da porta principal e das janelas do coro que o Tenente Franc. O Coelho de Carva. O e o C. Ignacio João Coibra Commigo ajustarão, e p.a. a todo tempo consta desda verd.e e por eu estar hua cama p. a morrer já com todos os sacramentos, e por esta cauza não poder fazer esta no L.o das contas da ditta irmandade como determinou o R, Viz.or Fr. Manoel de Jezuz M.a pedy a requery a Manel Gomes Correia esta por mim Fizesse e assignasse com Testt.a junto com o R.Vigr. da V.a o D.r Ant.p de Carv.o e Alburq. E Cayssara 30 de Abril de 1758. José Lopes de Brabalho. Ant.o de Carv.o e Albuquerque e Manoel Gomes Correia. (ARAÚJO, 2015, p.197)

O documento demonstra a preocupação em justificar as ações e serviços prestados ao grupo em questão, como posto de início, essa eficiência no controle das atitudes dos irmãos associados e nas demandas de serviços prestados à entidade propiciam seu desenvolvimento, até que novos fatores revoguem essa situação.

Assim, se segue a estrutura e desenvolvimento da Irmandade que concorre livremente na antiga freguesia de índios de Almofala até final do século XIX, quando são registradas as primeiras decadências da confraria, inicialmente de cunho econômico e posteriormente através de reformas no próprio seio eclesiástico romano.

IDE EM PAZ E O SENHOR VOS ACOMPANHE: O PROCESSO DE DEFINHAMENTO DA CONFRARIA

Ao que se nota até então, é que a confraria de Nossa Senhora da Conceição de Almofala despontava como um potentado regional: Erigida na antiga freguesia indígena Tremembé, com seus bens avaliados em gado, terra e instrumentos de prata, tendo irmãos congregados a uma distância de até trinta léguas e que cumpriam com suas obrigações de modo regular; diante disso, o que poderia levar ao desaparecimento da

organização em questão? Para entender esse ponto, é necessário compreender as transformações que atingiram a dinâmica local durante o século XIX.

Durante os anos que compreendem o século XIX é possível notar a ascensão e declínio das charqueadas no Nordeste. A “carne do siará” associada aos usos do couro e do gado como animais de tração, impulsionam a produção pastoril largamente. Nesse contexto, sendo assim, possível compreender as esmolas pagas a Irmandade e seu patrimônio em fazendas agropastoris na região de Acaraú.

No entanto, no final do século XVIII a entidade já apresentava algumas dificuldades para se manter, visto em 25 de outubro de 1795 a diretoria autorizou a venda de várias fazendas “visto-diz o termo da acta- não haver gado para povoarem” (RAMOS, 1950, p.173). De acordo com a mesma fonte, a situação continua pedante até a terceira década do século XIX quando existe um processo de reerguer a Irmandade com a renovação dos compromissos e aquisição de novos irmãos, movimento esse que teria logrado êxito parcial, visto que não se recuperou o vigor vivido no fim do último século.

Esses desgastes sofridos pela instituição podem ser associados a um fator que termina por aniquilar a produção agropastoril no nordeste brasileiro: as estiagens. A seca vai definir as produções de charque e couro, forçando-os a migrar para a região sul do país (PRADO, 1994), esse movimento, não apenas os grandes produtores, como também a vida daqueles que estavam nas margens das produções do charque.

Em texto de Fried Katzer, com tradução de Capistrano de Abreu, publicado pelo instituto Ceará é possível notar, em meio a descrição do autor e para além dos comentários naturalistas, como as estiagens afetam não apenas a paisagem, mas também a economia local, mostrando assim que as chuvas por vezes surgem como um alívio ou empecilho para o desenvolvimento de algumas atividades, ver-se que:

Tomando em conjunto, o clima no Ceará é extraordinariamente secco, move-se porém dentro de contrastes que em certos anos, por assim dizer, degenerão produzindo terrível penúria na terra, as vezes durante a época da chuva sobrevêm fartaes inundações, outras vezes aparece tão persistente a secca que a vegetação menos resistente more toda, ficão aniquiladas as colheitas, sucumbem o gado á mingua de agua e pasto e grossa fome geral (...) 1825, 1845, 1877 a 1879, 1889. Que fizeram minhares de mendigos e desfalecerão de um terço da população (ABREU, 1903, p.292)

De acordo com o exposto, os anos em que as estiagens se abatem no Ceará, de forma mais drástica, coincidem com o declínio agropecuário mencionado no texto do sacerdote. Bem como, também, o período em que se registra a tentativa de reerguer a confraria no ano de 1835 entre o intervalo de tempo de períodos drásticos de estiagem.

Para além da questão natural, outro movimento que surge entre o fim do século XVIII e ganha força no decorrer do XIX é a romanização. Devido ao avanço do liberalismo e ideias Iluministas pelo continente europeu após a revolução francesa, a cúpula romana resolve (re)afirmar os ideias católicos na américa que, após a retira dos jesuítas na secunda metade de XVIII se via entregue ao catolicismo popular visto o baixo número de sacerdotes consagrados e as extensões sertanejas (COSTA FILHO, 2004). No contexto brasileiro, justamente a ausência de sacerdotes em número suficiente para organizar os fiéis católicos e os bens de suas referidas capelas, é que vai propiciar o fortalecimento das Irmandades. Deste modo, afim de recuperar o prestígio e o poder exercido outrora pela própria cura romana nesses espaços, é que a romanização visará, dentre outras necessidades enfraquecer a estrutura e influência das Irmandades em seus locais de atuação, pois:

Ademais, é necessário entendermos como isso vai mudar a partir do movimento de romanização, quando se tem uma Igreja bem mais atenta aos grupos formados por leigos, tanto para manter o “controle” sobre o que faziam quanto para gerenciar o que a confraria possuía em

termos de bens materiais, e nesse sentido a presença dos padres vai modificar bastante o cotidiano da confraria. (FERNANDES, 2016, p.99)

Assim, movido pela vontade de romanizar o sertão, trazendo-o de volta aos preceitos e leis do vaticano, contrapondo a ideia e noções de religiosidade popular que se construíram a esmo nestes locais, é que o empreendimento católico, munido e aliado por uma leva de sacerdotes (re)formados dentro desses preceitos, chegam nessas regiões e buscam, movidos por estes ideais, enfraquecer a influência, organização e prestígio que as confrarias gozavam entre os populares até então. Diante disso e de tais esforços nessa nova guerra santa, é que são marcados o declínio da Irmandade de Almofala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a história e o ofício do historiador é pensar, sob várias perspectivas, diferentes modos de observar, analisar, conjecturar e narrar o passado. Em sua labuta, o escrivão de Clio pode ser equiparado a várias outras ocupações: seja como um lixeiro ao sempre se pôr em busca dos restos, de migalhas; como um jardineiro ou bordadeira, cortando, reparando, acertando a metéria que lhe é apresentada em busca de algo novo a partir daquilo que preexiste; de modo geral, o historiador é um trabalhador artesanal, que vê na passagem do tempo a matéria e instrumento de sua feitura (ALBUQUER JR, 2019).

Diante de suas ocupações e preocupações é que se buscou delimitar, narrar, informar e problematizar elementos do passado. Pensar e perceber a formação da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, bem como sua estrutura interna e correlações, afim de entender como tal instituição conseguiu adquirir a importância que alcançou, bem como os elementos que propiciaram seu definhamento, foram as ocupações que guiaram a construção desta pesquisa.

Assim, é possível conceber, com base nos dados e fatos apresentados ao longo deste, que a confraria erigida durante o período colonial e com importância no litoral oeste cearense, passou por uma série de dificuldades nos últimos anos da colônia adentrando ao império brasileiro ainda enfraquecida, dentre outras questões, foram elencadas como principais duas: as secas que assolavam o nordeste brasileiro até então, e as movimentações católicas dentro do processo de romanização que, dentre suas pautas principais, visava o enfraquecimento das confrarias religiosas no estado, encerrando assim, essa experiência religiosa e administrativa na região de Almofala.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condições de possibilidade do discurso historiográfico.** In: *Artcultura*, Uberlândia, v.15, n.26, p.07-28, jan-jun.2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O Tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história).** Intermeios: São Paulo, 2019, p.58-78.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense**, Volume 01, edições ecoa: Sobral, 2015.

BRAGA, Renato, **Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará.** Imprensa Universitária do Ceara: Fortaleza, 1964.

BARROSO, José Liberal. OLIVEIRA, Almir Leal de. (ORGs) **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofalla (1835).** In *Leis Provinciais: Estado e Cidadania(1835-1861)* compilação das leis provinciais do Ceará. Tomo I. INESP: Fortaleza, 2009.

CAMPOS, Eduardo. **As Irmandades Religiosas do Ceará provincial, apontamentos para sua história.** Secretária de Cultura e desporto: Fortaleza, 1980.

COSTA FILHO, Luiz Moreira da. **A inserção do seminário episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49102> Acesso em: 09/10/2022 as 08:44 pm

FERNANDES, Luciana Maria Pimentel. **Irmandade, devoção e romanização: a vida material da confraria de nossa senhora do rosário de Quixeramobim-CE (1896-1923)** Orientador: Antônio de Pádua Santiago de Freitas (2016) Dissertação (mestrado)- Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) Universidades Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2016 Disponível em: http://www.uece.br/mahis/index.php/arquivos/doc_download/306-. Acesso em: 08/09/2022 as 09:01 pm

FILHO, José Mendes Fonteles (ORG), SANTOS, Maria Andreína dos. **História dos Tremembé, memória dos próprios Índios**. Imprensa Universitária: Fortaleza, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 38 ed. Petropólis: Rio de Janeiro, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª ed. UFC: Fortaleza, 1984.

KATZER, Fried. Paizagens do Ceará In: **Revista do Instituto Ceará**, traduzido por: Capistrano de Abreu, typografia Stuart: Fortaleza, n.40 p.291-198, 1903.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RAMOS, Dinorá Tomás. **Padre Antônio Tomás: príncipe dos poetas cearenses** 2.ed. tipografia Aragão:. Fortaleza, 1950.

SOUZA, Raimundo Nonato de. **“Minha riqueza é fruto do meu trabalho”**: negros de cabedais no sertão do Acaraú (1709-1822) 2015. Tese (Doutorado)- Doutorado em História Social, UFC: Fortaleza, 2015.

SILVA, José de Fatima. Almofala, **relicário de lembranças**. Nova Cruz: Itarema, 2019.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Irmandade e festa**. Rosário dos pretos de Sobral (1854-1884). Expressão gráfica: Fortaleza, 2006.

DA CRÔNICA DA EXTINÇÃO AO PROTAGONISMO INDÍGENA NA HISTÓRIA DO PIAUÍ

Rebeca Freitas Lopes
Tatiana Gonçalves de Oliveira

INTRODUÇÃO

O discurso sobre o desaparecimento dos povos indígenas no Nordeste na segunda metade do século XIX foi utilizado para fins políticos e econômicos e amparado na ideologia da mestiçagem, mobilizada por muitos latifundiários nos processos de expropriação das terras indígenas. Segundo Porto Alegre (1993):

Na segunda metade do século XIX cai o silêncio oficial sobre os índios que acompanha a extinção da maioria dos aldeamentos. Esse silêncio respalda-se na noção de “assimilação”, caracterizada nos documentos dos contemporâneos, na historiografia e nos primeiros estudos antropológicos regionais como um desaparecimento resultante do longo processo de miscigenação racial integração cultural e dispersão espacial, no conjunto da população. (PORTO ALÉGRE, 1993, p.220)

Além disso, é pertinente evidenciar que nesse mesmo contexto houve a promulgação da Lei de Terras de 1850, legislação, que segundo Vânia Moreira (2012, p.69), estruturou uma política liberal de avanço sobre as terras coletivas dos antigos aldeamentos indígenas e sustentou uma política de deslegitimação étnica¹ desses sujeitos, que passaram a ter sua identidade específica questionada.

1 Termo utilizado pela autora para se referir ao processo de homogeneização das populações indígenas, com intuito de transformá-los em “cidadãos”,

No caso do Piauí, a historiografia tradicional propagou, ao longo do século XX, a ideia de extermínio dos povos indígenas ainda no período colonial. Esse discurso foi construído por intelectuais como Odilon Nunes, que olharam para o passado colonial do Piauí, marcado pela violência contra os povos indígenas, de políticas de apagamento identitário via miscigenação e não viram mais indígenas, apenas caboclos que adentraram à República sendo apenas “vestígios” de um povo morto. Como consequência dessa narrativa, o Piauí foi o último estado brasileiro a reconhecer a presença indígena contemporânea em seu território². Esses silenciamentos e discursos de extermínio, atrelados à visão eurocêntrica da historiografia, além dos interesses das elites agrárias, dos políticos e das autoridades piauienses na expropriação de terras indígenas, estruturaram a suposta extinção desses povos e, por consequente, sua exclusão e marginalização no tempo presente.

Nesse sentido, este trabalho analisa as principais produções da historiografia oficial piauiense entre as décadas de 1950 e 1980, dando destaque às produções dos historiadores Monsenhor Joaquim Chaves (1953), Odilon Nunes (1983) e Moysés Castello Branco (1984), reprodutores da narrativa do extermínio através das guerras físicas, da miscigenação e da “pacificação” pelos aldeamentos. Procuramos demonstrar que o discurso da extinção não passa de uma crônica (re)produzida por intelectuais que propuseram uma “História dos Índios do Piauí” a partir do passado e da ideia cristalizada por Odilon Nunes (2016, p.44), para quem os índios “que outrora fervilhavam no território piauiense já não existiam no século XIX”.

“brasileiros”. Nesse contexto, os indígenas considerados “misturados” não eram mais reconhecidos como indígenas “verdadeiros”, sendo vítimas da expropriação feita por latifundiários e perdendo o direito à terra.

2 Através da Lei N.7389, de 27 de agosto de 2020, o Estado do Piauí reconheceu formal e expressamente a presença de povos indígenas no Piauí.

Para atingir o objetivo proposto, foi utilizado como aporte teórico o texto do historiador João Paulo Peixoto Costa, intitulado *A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí* (2011), no qual o autor tece uma análise sobre as produções historiográficas que disseminaram a ideia da não existência de povos indígenas no Piauí no período pós-século XIX, pois estes já teriam sido exterminados fisicamente e simbolicamente, uma vez que deixaram de ser indígenas por estarem “misturados” à massa da população. Ao longo do trabalho, o autor destaca que essa perspectiva também foi propagada no Ceará e no Rio Grande do Norte (Costa, 2011, p. 142-143), além de enfatizar que a construção histórica da invisibilidade dos povos indígenas nesses estados sempre esteve atrelada à interesses políticos e econômicos das elites locais. Nesse sentido, Costa debate sobre a necessidade de uma renovação historiográfica para construção de uma história indígena piauiense, colocando os povos indígenas do passado e do presente como agentes que conseguiram se mobilizar historicamente de acordo com suas necessidades e os contextos sociopolíticos em que estavam inseridos.

No caminho proposto por Costa, esta pesquisa se contrapõe à narrativa do extermínio, à medida em que enseja evidenciar o protagonismo indígena dentro do Piauí a partir da investigação das experiências de luta das mulheres indígenas do estado no contexto das mobilizações étnicas. Através da análise histórica e antropológica de duas comunidades indígenas presentes na cidade de Uruçuí, região sul do Piauí, a saber a comunidade indígena dos Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda e os Guegue do Sangue, ambas lideradas por duas mulheres indígenas, dona Dan e dona Deusa, respectivamente, analisamos a agência de suas lutas, mostrando que a ideia de extermínio é uma farsa e que esses povos “reexistem” dia a dia na busca por seus direitos.

Da invisibilização ao protagonismo indígena na História do Brasil

Ao se estudar a sutil produção historiográfica sobre os povos indígenas do Piauí, é bastante comum encontrar estereótipos propagados em boa parte das produções não especializadas a nível nacional, sobre os indígenas, vistos como seres de um passado distante, como se fossem fósseis, portanto, sem direito à contemporaneidade, ao presente. Este processo de invisibilização e estereotipação dos povos indígenas não se deu apenas no Piauí, constituindo um processo nacional que se tornou robusto a partir da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que apresentava enquanto tarefa primordial a criação de uma identidade nacional homogeneizadora para o recém-nascido Estado Nacional Brasileiro. Um projeto para construção de uma história brasileira “civilizada”.

Nesse contexto, os indígenas foram objetos dos debates sobre a formação do Brasil, marcados pelos discursos científicos sobre a classificação dos povos em escalas evolutivas, pela noção de raça. Embriagados por esses discursos classificatórios, a literatura do período também se propôs a enfatizar a presença indígena em suas obras. Assim, o indianismo romântico foi responsável por difundir a ideia do “bom selvagem”, encabeçado, sobretudo, pelos livros de José de Alencar, tendo destaque *Iracema* e *O Guarani*. Nessas obras o indígena aparece sempre marcado pelo antagonismo do aliado X inimigo, do Tupi X Tapuia, sendo visto de forma passiva dentro do processo de formação nacional. Essas narrativas também contribuíram para o apagamento desses grupos ao longo da história: em *Iracema* é retratada a morte do indígena e o nascimento do Brasil a partir de sua morte e da miscigenação, a problemática dessa narrativa traz consequências até os dias atuais, pois se vê o indígena como um sujeito que estaria morto no futuro, engolido pelo avanço colonizador ou pela lógica da miscigenação. Ou seja, o século XIX construiu, em diferentes espaços, como no IHGB

e na literatura, o lugar dos povos indígenas no passado. Sendo assim, não haveria presente e nem futuro para esses sujeitos. Que farsa bem construída!

No Piauí, o cenário não foi diferente. Profundamente marcados pelo papel de destaque do Estado nas pesquisas arqueológicas lideradas pela arqueóloga Niède Guidon, sendo considerado o berço do homem americano, a história do Piauí quando trata dos povos indígenas se limita bastante aos indígenas “pré-coloniais” e sua extinção com o avanço da colonização portuguesa. Não é possível negar a brutalidade e o genocídio perpetrado contra esses grupos pelos colonizadores, entretanto, é importante destacar que a sua história não pode ser encerrada na morte, mas é preciso destacar as diferentes formas de agenciamento utilizadas pelos indígenas que sobreviveram, seja através da guerra, da negociação, das alianças e da política. Sem contar essas histórias estaríamos ajudando a silenciar e apagar as lutas dos que sobreviveram. Esses indígenas, portanto, não são fósseis! São sujeitos também do presente, que se articularam historicamente em busca de seus direitos e que, atualmente, continuam a lutar por isso. Niède Guidon, no prefácio ao livro *História dos índios do Piauí*, relata que “a colonização foi violenta, as tribos foram massacradas e deles quase nada restou”, visões simplistas que ignoram a presença e luta contemporânea desses sujeitos.

Os precursores da crônica da extinção: de Monsenhor Chaves a Moysés Castello Branco

Nas obras do historiador piauiense Monsenhor Joaquim Chaves, com destaque para *O índio no solo piauiense* (1953), o discurso da extinção é muito presente, estruturado pela ideia de que a história das relações entre indígenas e não-indígenas no Piauí foi marcada apenas pela violência armada e simbólica. Na visão de Chaves, os indígenas eram mais fracos e foram

aculturados, ou seja, engolidos pela civilização, pela “cultura mais forte”, perdendo seus sinais “diacríticos” ao entrar em contato com os brancos. Segundo o autor:

As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador, disto resultou o lastro da mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização. (CHAVES, 2016, p. 55)

Chaves lê as culturas indígenas pela lógica da teoria da aculturação, as compreende como fracas e fadadas ao desaparecimento após o contato com a cultura “forte” do homem branco colonizador.

Sob este viés, outro historiador importante para a historiografia piauiense, Odilon Nunes, trabalhou com a tese de que o território piauiense se estabeleceu como corredor migratório, “como consequência de sua bacia hidrográfica, o Piauí sempre foi um corredor de migrações” (NUNES, 2016, p.81). Nesse sentido, o território piauiense teria sido um corredor de passagem dos povos indígenas. Não seria, portanto, um lugar de morada, de habitação fixa e de formação de sociedade até a chegada fundadora dos colonizadores.

Vistos em um passado remoto para o historiador, os povos originários do Brasil eram inferiores e os mais atrasados dentre as comunidades nativas da América, sendo considerados decadentes, ainda que conseguissem ter relevância após o contato com o colonizador. Segundo afirma o autor: “Presume-se que o Brasil foi primitivamente habitado por grande população de cultura ínfima e de baixo valor na escala antropológica” (NUNES, 2016, p.84). As visões hierárquicas de grupos sociais apresentadas por historiadores como Odilon Nunes representam o racismo científico iniciado a partir do positivismo do século XIX, que classificavam grupos humanos em primitivos x evoluídos, contribuindo para a marginalização

desses sujeitos, tendo suas culturas consideradas inferiores, dando ênfase ao colonizador europeu, constituindo uma visão eurocêntrica da história piauiense.

Nessa seara, cabe, ainda, destacar os trabalhos do historiador Moysés Castello Branco que, em sua obra *O índio no povoamento do Piauí* (1984), retrata, bem como os seus antecessores, os indígenas a partir da perspectiva das perdas, ou seja, da aculturação. Perdia-se, assim, a “autenticidade” da identidade indígena ao entrar em contato com a população não-indígena. Integrados à população rural nos sertões do Piauí, estes indígenas se tornaram “caboclos”³ vaqueiros (CASTELLO BRANCO, 2016, p. 64). O caboclo piauiense seria o vaqueiro ou sertanejo que por perder suas terras serviu de mão de obra para fazendeiros locais, ao longo do século XIX e com a entrada do período republicano, boa parte da população e da ação político-intelectual corroborou a narrativa do extermínio indígena no Piauí, ao identificar seus descendentes como mestiços ou caboclos.

Em comum, Monsenhor Joaquim Chaves (1953), Odilon Nunes (1983) e Moysés Castello Branco (1984) fizeram uma leitura aculturalista da presença indígena no Piauí. Para eles, o indígena misturado não seria mais “verdadeiro”, ou seja, “puro”, pois perderia seus traços culturais e identitários. Nesse sentido, a miscigenação seria um dos meios de extinção dos povos indígenas do Piauí. Essa perspectiva da aculturação foi superada enquanto escopo teórico para pensar as relações interétnicas. Os estudos histórico-antropológicos têm enfatizado o caráter plural das culturas e sua dimensão relacional, abandonado a ideia de “perda” e de “pureza” (Oliveira, 1997).

3 Aqui faz-se necessário destacar o termo Caboclo, largamente utilizado durante o período colonial para se referir aos indígenas que viviam em integração com o mundo colonial, porém no século XIX o termo ganha outros significados a partir dos interesses das elites latifundiárias locais em tomar os territórios indígenas, caboclos vão ser indígenas confundidos com a massa local, ou seja, miscigenados.

El matador conseguiu matar? Memórias silenciadas pela oficialidade

De acordo com Michael Pollak (1989), as memórias coletivas subterrâneas entram em constante disputa com as memórias coletivas dominantes, produzidas pela oficialidade do Estado e de grupos que estão no poder. O autor prossegue afirmando que os silêncios, “não-ditos”, ao serem transmitidos nos espaços domésticos e em redes de sociabilidade afetiva e política, fazem com que essas memórias se mantenham vivas e sejam ativadas em momentos de crise.

A reprodução das memórias silenciadas ocorre de maneira mais frequente dentro dos espaços domésticos. Geralmente, as lembranças são transmitidas oralmente de geração a geração, como forma de preservar um passado no presente. A transmissão oral dessas memórias faz com que elas conflitem com as memórias oficiais, que reverberam no silenciamento de grupos que são historicamente violentados por aqueles que estão em posição de poder. Essas lembranças servem como forma de denúncia, uma maneira de não esquecer para não se repetir, como também é a forma pela qual esses grupos garantem seu pertencimento, a partir de uma memória compartilhada que (re)produz as identidades que unem esses indivíduos.

O esquecimento pode ser entendido a partir das memórias subterrâneas como uma forma de estratégia para a sobrevivência de determinados grupos em contextos históricos traumáticos, não significando um apagamento completo dessas lembranças, mas uma forma de melhor escondê-las para evitar atritos com a sociedade dominante. No entanto, os grupos detentores de poder se utilizam da memória coletiva para impor uma legitimidade de costumes. Através da memória oficial certos grupos escolhem o que deve e o que não deve ser lembrado pela sociedade, silenciando aquilo que é indesejado.

Nesse cenário, a produção de uma memória oficial sobre a história do Piauí é direcionada para uma minoria que ao longo dos anos estabeleceu o que deveria ser lembrado e esquecido. Os indígenas são um dos povos cuja história foi apagada da memória coletiva da sociedade piauiense, seja na produção historiográfica, nos monumentos ou no senso comum, afinal, prevalece ainda o discurso de que “no Piauí não tem índio!”. Vistos como traços/vestígios do passado, os indígenas não aparecem e quando são visíveis limita-se a perspectiva do extermínio.

É possível notar a produção desse apagamento em diferentes espaços e contextos. Se nos atentarmos à letra do hino do Estado, observamos a exaltação aos bandeirantes, que mataram e escravizaram muitos indígenas no Piauí, “Desbravando-te os campos distantes, na missão do trabalho e da paz, a aventura de dois bandeirantes, a semente da pátria nos traz⁴”. Outra forma de presenciar esse desaparecimento proposital dos povos indígenas na História do Piauí são nos monumentos físicos de memória, como a Estátua “El matador”⁵, do escultor Carlos Martin, que faz referência ao bandeirante João do Rego Castelo Branco, responsável pelo genocídio de populações indígenas no Piauí. A estátua mostra uma cena violenta em que o “matador” captura e mata os indígenas, simbolizando assim, sua extinção. A estátua fica exposta em

4 COSTA E SILVA, Antônio Francisco da. Hino do estado do Piauí. In: FILHO, Noé. Hino do Piauí. Geleia total. Teresina: 08/02/2018. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2018/02/08/hino-do-piaui/amp/>. Acesso em: 09/10/2022.

5 Em setembro deste ano foi lançado no Canal CineBrasilTV o documentário ‘Não Matou El Matador’, que conta a trajetória dos povos indígenas do Piauí, a partir de seus próprios relatos e memórias. O título do filme faz menção a João do Rego Castelo Branco, chefe da expedição responsável pelo massacre do povo indígena Gueguê, considerado por Historiadores um dos maiores genocidas do Estado.

uma das principais avenidas de Teresina, naturalizando-se a barbárie, enaltecendo um genocida e corroborando com a narrativa do extermínio dos povos indígenas no Piauí.

Tingidas de sangue são as memórias que ficam para a população piauiense sobre o seu passado. A narrativa do desaparecimento está presente não somente na historiografia oficial da academia, mas nos livros didáticos, na produção literária, nas poesias, nos museus, ruas e praças. No entanto, os povos indígenas que aqui habitam, hoje, confrontam essa memória oficial, disputando com ela os espaços para ressignificar a sua história no território piauiense, não marcados somente pelo sangue, mas pela luta que perdura há séculos e que os el matadores foram incapazes de matar.

O discurso do extermínio e suas consequências para além do papel

Para o professor João Paulo Peixoto Costa, a narrativa do extermínio serviu para continuar a matar os indígenas no presente (COSTA, 2011, p.143). Ao focar apenas nas violências, tais discursos estendem para além do papel a invisibilidade contemporânea desses grupos e de suas lutas por direitos. As consequências marcam a realidade da vida desses grupos que são marginalizados cotidianamente pela sociedade. O discurso da extinção contribui diretamente para a invisibilidade dos povos indígenas do Piauí, dificultando o acesso a direitos como educação, saúde e demarcação de seus territórios. Por conta disso, o Piauí foi o último Estado brasileiro a reconhecer a presença indígena em seu território e, ainda, existem muitas comunidades que estão em busca de seu reconhecimento étnico perante a FUNAI, como os Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda, com cerca de 300 pessoas, localizados nos municípios de Uruçuí e Baixa grande do Ribeiro, cuja liderança se dá pela

indígena Maria da Conceição Sousa que, desde 2005, busca junto à Funai o reconhecimento do seu povo e a demarcação de seus territórios.

Outra grande consequência da invisibilização da presença desses grupos étnicos no Piauí pôde ser vista durante a pandemia de Covid-19. Os povos indígenas do Estado foram excluídos dos grupos prioritários do Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19. Somente em abril de 2021, a partir da luta e reivindicação do movimento indígena e com o apoio de pesquisadores e ativistas da causa, que eles foram incluídos. No entanto, muitos povos indígenas sofreram racismo, como o caso das comunidades Guegue do Sangue e Caboclos Akroá Gamela de Uruçuí-PI, onde era questionada a identidade indígena desses grupos. Uma matéria vinculada a um programa de jornalismo de uma TV local propagou a falácia de que em Uruçuí não existia mais indígenas, estes teriam sido exterminados ainda durante a colonização e que os povos indígenas atuais que conseguiram o direito a vacinação não passavam de oportunistas, o que fez com que as comunidades indígenas de Uruçuí sofressem insultos por parte de outras pessoas.

Em resposta a tais conteúdos audiovisuais, lideranças Gueguê imediatamente se mobilizaram e, conjuntamente com professores/as e colaboradores/as do Grupo de Trabalho Índios na História/ ANPUH-Seção Piauí lançaram uma “Nota de repúdio ao Jornal da Noite e Jornal da Tropical (TV TROPICAL FLORIANO - PI BARÃO - MA) por reportagem caluniosa e falas racistas contra os povos indígenas de Uruçuí-PI”⁶. Além do racismo, a invisibilidade da presença indígena contemporânea no Piauí retarda a efetivação de políticas públicas específicas para esses grupos, como educação escolar indígena, saúde indígena e demarcação de territórios.

6 A “Nota de repúdio ao Jornal da Noite e Jornal da Tropical” está disponível via: <https://www.instagram.com/p/CP9FaNBIE79/> . Acessada em: 07/10/2022.

Confrontando o extermínio: protagonismo indígena no Piauí

O Piauí tem, atualmente, 27 comunidades indígenas, de 8 etnias/povos (Tabajara/Tapuio, Tabajara Ypy, Guajajara, Warao, Kariri, Gamela, Caboclo Akroá Gamela e Guegue), distribuídos em 10 municípios, totalizando 1.476 famílias, 4.200 pessoas/habitantes (APOINME, 2022). Nas últimas décadas tem se destacado no Piauí diferentes mobilizações étnicas em torno da busca de seu reconhecimento, da luta por seus territórios e direitos indígenas. Essas mobilizações começaram a ocorrer por volta do início dos anos 2000 com os Tabajara-Tapuio e os Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda que, em 2005, já se declararam indígenas e buscavam por visibilidade junto ao órgão indigenista FUNAI. No entanto, suas reivindicações não foram ouvidas e só ganharam notoriedade anos depois quando a liderança dos Caboclos Akroá Gamela, Maria da Conceição Sousa (Dam), juntamente com o seu povo, escreveu um abaixo assinado⁷ em 2019, expondo o processo histórico de violência que sofriam devido ao avanço do agronegócio na região. De acordo com o documento:

Historicamente, temos sido expulsos do nosso território indígena e tivemos que nos mudar para outra área de terra, que fica pareada a nossa, separada apenas pelo rio que fica no meio. Reafirmamos que estamos sofrendo um processo de expulsão e por esta razão nossos parentes têm se refugiado em outras comunidades, pois os latifundiários já chegaram desmatando e queimando toda a lavoura que havia em nossas terras.(OFÍCIO, 2019)

Somente em agosto de 2020, o Piauí reconheceu a existência de povos indígenas no Estado, a partir da promulgação da lei de N° 7.389. Fruto da reivindicação dos povos indígenas, essa lei tem sido um dos instrumentos do movimento indígena piauiense para a aquisição de direitos. A primeira conquista foi a titulação

7 OFÍCIO (Carta e Abaixo-assinado) da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Baixa Funda (APPEBAF), À Coordenação Regional Nordeste II – FUNAI, em Fortaleza – CE, Uruçuí – PI, 30 de setembro de 2019.

da terra dos Kariri, da comunidade Serra Grande, município de Queimada Nova, no ano de 2020. Os Tabajara de Piripiri e os Tabajara do município de Lagoa de São Francisco foram os outros dois povos que adquiriram a titulação de terra do Estado. Vale ressaltar que não se trata de terras demarcadas, atribuição da FUNAI. Mas essas titulações são importantes conquistas, fruto da intensa mobilização dos povos indígenas do Piauí por seus direitos. O movimento indígena no Piauí está ganhando cada vez mais fôlego e no dia 23 de julho de 2023 organizaram a III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, reunindo as 8 etnias indígenas do Estado para discutir pautas importantes para a promoção de seus direitos, como a saúde indígena, a educação escolar indígena, a demarcação de territórios e melhores condições de vida (ATA DA III ASSEMBLEIA DOS POVOS INDÍGENAS DO PIAUÌ, 2022).

Tais fatos evidenciam que, mesmo diante da insistência de parte da historiografia piauiense em defender a crônica da extinção, os povos indígenas do Piauí continuam lutando por visibilidade e por seus direitos, reafirmando que a ideia de desaparecimento é uma falácia. Ainda se faz necessário destacar o protagonismo das mulheres indígenas nesse processo de retomada identitária e luta do movimento indígena. Destacaremos a atuação de duas lideranças, mulheres indígenas, Delzenir Pereira Borges (dona Deusa) e Maria da Conceição Sousa (dona Dan). Dona Deusa é líder da comunidade indígena dos Gueguê do Sangue, presidenta da APISU (Associação dos Povos Pró-Índio de Uruçuí-PI). Ela e sua comunidade narram que são descendentes da indígena sobrevivente de um massacre promovido pelo Tenente-Coronel João de Rego Castelo Branco, ainda no século XVIII, contra o povo Gueguê. Sobre o massacre, dona Deusa relata:

A luta dessa terra ela se estende desde o massacre, 1764, já aquele massacre aconteceu, já pra tomar essa terra, e daí então é todo tempo dessa forma, a minha tataravó foi

criada nessa luta, minha bisavó nasceu nessa luta, minha avó, veio pra minha mãe, hoje tá comigo, sempre mulher nessa luta. (Delzenir Pereira dos Santos, 2021)

Já a indígena Dan é liderança dos Caboclos Akroá Gamela da Baixa Funda, sindicalista, assentada e agricultora familiar, foi ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí e é presidenta da Associação dos pequenos produtores rurais da Baixa Funda, luta desde 2005 pelo reconhecimento étnico de seu povo. Dan e dona Deusa compartilham memórias de sangue e de luta contra a expropriação dos territórios dos seus povos. Ambas relatam que foram expulsas de seus territórios ainda crianças, durante a década de 1970, período do auge da Ditadura Civil-Militar e da implantação da modernização agrícola na região, no qual houve um grande incentivo a ocupação de áreas consideradas vazias e improdutivas para implantação da agropecuária, garimpo e construção de usinas hidrelétricas. As comunidades delas tiveram suas terras tomadas por latifundiários e grileiros, atualmente elas lutam pela retomada de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de Dan e Deusa não é individual, mas coletiva. É fruto dos anseios das próprias comunidades às quais pertencem, que diante das violências físicas e simbólicas confrontam o duplo apagamento, da história enquanto narrativa e das políticas públicas, enquanto sujeitos de direito específicos. Essas mulheres indígenas passam por uma invisibilidade ainda mais intensa, elas resistem constantemente com o seu povo e são protagonistas na luta pelo direito à vacinação, pelo território, pela educação, pela agricultura familiar e pela dignidade de seu povo, atuam fortemente contra o avanço da grilagem, do desmatamento ilegal e da predação dos recursos naturais do cerrado, confrontam diretamente o agronegócio que impacta a vida e a saúde de muitos povos indígenas. Para dona Dan o seu principal na luta pela terra é:

Olha é assim, eu como mulher indígena, a minha conquista e a minha paixão maior que eu tenho, é a terra, é a agricultura familiar. O meu papel é gostar de ir pra agricultura familiar, é ver todo mundo de barriga cheia as pessoas, que a terra é que dá nossas comidas nós plantar pra produzir naquela terra, se nós não tem a terra, nós não temos vida boa, nós temos vida ruim. (Maria da Conceição Sousa, 2021).

Portanto, neste trabalho pretendeu-se trazer novas análises históricas sobre a presença indígena no Piauí, entendendo esses sujeitos não como meros ouvintes de sua História, mas agentes construtores da mesma, reafirmando no tempo presente que os indígenas do Piauí estão mais vivos do que nunca.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. **Cultura e História: sobre o desaparecimento dos povos indígenas**. Rev. de C. Sociais, Fortaleza, V. XXIII/XXIV, N^o (1/2) : 213-225, 1992/1993.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Da “selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 29, p. 1-17, 2017.

CASTELLO BRANCO, Moysés. **O índio no povoamento do Piauí**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). *História dos Índios do Piauí*. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). **O índio no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

Costa, João Paulo Peixoto. (2011). **A farsa do extermínio: Reflexões para uma nova história dos índios no Piauí**. In Á. Pinheiro & L. J. Gonçalves (Orgs.), *Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena* (p. 140-161). EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “**cidadanização**” e **desamortização das terras de índios**: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 68-85, 2012.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos” índios misturados”?** **Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana*, v. 4, p. 47-77, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

TRABALHO E POBREZA EM BATURITÉ: USOS E ABUSOS DESSA CONDIÇÃO

Igo Barbosa Pereira

tornando hegemônica na Província, novos problemas foram apresentados como dificultadores para organizar as relações de trabalho. Dentre esses aspectos, ressalta-se: a necessidade de leis para regularizar o sistema de trabalho, em função da “inconstância” dos trabalhadores; a falta de ensino profissional e também, nessa conjuntura, a diminuição de braços, devido à saída do trabalhador escravo. (PINHEIRO, 1989-1990, p. 207/208)

A hegemonia da agricultura comercial no Ceará na segunda metade do século, segundo Francisco Jose Pinheiro (1989/1990), veio em conjunto com a diminuição gradativa da escravidão oficial e a pouca adaptação dos homens comuns às novas formas de trabalho; o que mobilizou o aparato estatal em busca de soluções. As saídas encontradas, expressas muitas vezes em leis, trouxeram a necessidade de adequação para a população. Mudanças forçadas, impostas de cima pra baixo, essas medidas foram alvo de críticas e movimentos de resistência. Tais “saídas”, foram aplicadas também no enfrentamento das secas e nas tentativas de modernização do Ceará.

Nesse cenário de transição, Baturité, localizada à cerca de 77 Km de Fortaleza (CE), na década de 1870, viveu um período de relativa prosperidade em termos de desenvolvimento econômico, principalmente devido ao início da construção da linha férrea (1872), cujo objetivo era ligar a Comarca à Capital. Visava-se aumentar o fluxo de mercadorias e incrementar

o comércio na região, cujo centro, à época, era a produção cafeeira. O trabalho que permitiu essa fase áurea, cabia em grande medida aos trabalhadores livres, além dos escravizados, inferiores quanto a sua quantidade, como aponta Silva (2011).

A pouca presença da mão de obra escrava na produção de café local, assim como a presença relativamente pequena dessa população no Ceará, não nos autoriza a dizer que a existência de escravizados, mesmo que em menor número, não teve suas implicações para o meio a qual estavam inseridas. Como aponta Eurípedes Funes (2015):

Uma realidade semelhante à de outras províncias, onde a escravidão teve relativa importância, do ponto de vista qualitativo. Isso não minimiza o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos. O fato de ser, ou ter, escravo já é por si uma prática aviltante ao direito e à cidadania. (FUNES, 2015, p.108.)

A atuação desse grupo, dividindo os mesmos espaços da população livre, nos leva a pensar que sua utilização se deu nos diversos campos de produção e serviço, indo desde a agricultura, passando pelos serviços domésticos, até servirem como “escravos de aluguel e ganho”, como assinalado por Funes (FUNES, p. 110). Sua ocupação dependia das necessidades e intenções de seu “dono”. Dentre seus possíveis proprietários, estavam alguns homens de destaque na região: os coronéis.

Baturité, quem manda e quem obedece

Em sua dissertação de mestrado, Joanna Cavalcante Pinheiro Farias (2018) traz, dentre outros pontos, um banco de dados relativo aos senhores de escravos em Baturité. Ela detecta, na documentação analisada, a presença de figuras conhecidas como coronéis, sendo assim denominados os indivíduos possuidores de terras, participantes ativos do poder

público, com autoridade local. A autora ressalta que não tinha como ter certeza se, verdadeiramente, eram militares. Caso não fossem, eram percebidos assim por respeito ou temor.

Vistos como patriarcas, protetores dos seus dependentes, essas pessoas possuíam um notório prestígio local. Como apontou Edgard Carone: “A dependência familiar ajunta-se a dependência dos agregados: escravos, ex-escravos, trabalhadores de oito assalariados, todos necessitam de trabalho, alimentação e proteção do senhor” (CARONE, 1971, p. 88). Sua autoridade ia além de suas terras, chegando em locais próximos, como zonas comerciais. Valendo-se ora da pressão pessoal, ora da pressão política, conseguia, se não dominar, pelo menos influenciar a maioria das pessoas de sua região. Em troca do trabalho e da proteção, aos senhores era dada a subserviência e o apoio de seus dependentes à suas vontades, e em tempos republicanos, os votos foram acrescidos.

Na vila do Acarape, atual Redenção, Joanna Cavalcante notou a presença de três coronéis: Honorato Gomes da Silveira, Francisco Ferreira da Silva e Simião Telles Jurumenha (FARIAS, 2018, p. 70). Esses dois últimos tinham escravos. Jurumenha, por sinal, libertou nove cativos em 1881. Um outro senhor, não identificado com patentes, de nome Antonio da Silva Mattos, também era detentor de posses consideráveis, além de um comprador frequente de escravizados, cuja utilização não pôde ser identificada. Em Baturité, ela ressalta que o número de proprietários de cativos foi bem maior, dentre eles podemos citar Antonio Alves de Carvalho, Marçal Gomes da Silveira e Maria de Castro Sampaio. Os três, segundo os inventários analisados pela autora, tinham seis ou mais escravos registrados.

Para esses senhores, possuir escravos podia ir além da mera necessidade de contar com mão de obra a ser explorada em benefício próprio. Júlio Cesar de Oliveira e Silvio Luiz um artigo, resumem bem as vantagens de possuir esses “bens”: ter escravos era demonstrar capacidade de empreender, possuir crédito, deter um fator de produção, possuir um símbolo

de status, uma maior chance de participar da política local, e garantir a liberdade. Esse último ponto era interessante porque envolvia ex escravizados como proprietários de cativos. Ocorria que, “para um liberto, diante do perigo permanente de reescravização, a maior garantia de manutenção da liberdade sempre ameaçada e precária era possuir um escravo.” (ALMEIDA & VELLOZO, 2019, p. 2144)

A utilização da mão de obra de pessoas pobres, escravizadas ou não, em proveito de causas alheias a seus interesses não é, claramente, uma prática própria das elites da capital cearense, aparecendo antes e depois do século XIX. Se caminarmos em direção ao século seguinte, chegaremos por exemplo, no que conhecemos como Coronelismo. Colocando-se como, dentre outras coisas, um compromisso entre poder público e os influentes chefes locais, esse fenômeno trouxe consigo um conjunto de características que foram sendo formadas e reorganizadas ainda no século XIX. Como é colocado por Victor Nunes Leal, em seu *Coronelismo, Enxada e Voto*. Ele diz que “o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do ‘coronelismo’ fossem de observação frequente durante o Império...” (LEAL, 1997, p. 279). Dentre esses elementos destacamos a força dos homens ricos locais (em termos comparativos) na disputa pelo estabelecimento das condições de trabalho para aqueles que dependiam de sua proteção, em termos de segurança ou de disponibilidade de meios de sobrevivência. Colocados em situação submissa e controlada, os trabalhadores pobres se viam com poucas possibilidades de enfrentamento desses senhores, cujo poderio se estendia ao campo político, já que, com certa frequência, eram os mesmos senhores que ocupavam os cargos políticos de relevância nos municípios. Leal traz um panorama dessa situação, onde até mesmo o Rei detinha poucos meios de enfrentar esses homens destacados:

O Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição. A massa populacional-composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados de livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária- também nada podia contra esse poderio privado, ante o qual se detinha, por vezes, a própria soberania da Coroa. (LEAL, 1997,p.84)

Essa massa, a qual a passagem se refere, apesar de comportar segmentos distintos, possuíam pontos de aproximação. De forma geral, a existência de uma população escrava e outra livre, podia não significar muita coisa. Emanuele Carvalheira de Maupeou (2008), em sua dissertação, apontou para essa convergência de situações vivenciais. Ela escreve que, mesmo sendo formada por grupos heterogêneos, essa coletividade de trabalhadores pobres, sejam eles escravizados, ex-escravos, indígenas, pequenos agricultores mestiços, brancos etc. estavam em situações muito parecidas, ela fala que: “Nestas condições, a precariedade das condições de vida reunia e aproximava escravos e livres pobres, de tal modo que ambos dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia e estavam sujeitos às vontades dos proprietários de terras.” (MAUPEOU, 2008, p. 108) As condições, a qual a citação anterior se refere, diz respeito ao fato de essas pessoas, livres ou não, estarem ligadas a algum senhor influente, seja ele proprietário de terra, comerciante, militar, ou outra ocupação que lhe proporcionasse distinção.

Emy Falcão Maia Neto (2015, p. 140), em sua tese, coloca que dado o fato de nossa constituição histórica ser baseada na escravidão, uma classificação inflexível entre trabalho livre e escravo não nos ajuda a entender os “laços escravistas” presentes nas relações de trabalho. Ela alerta que os dois grupos, apesar de juridicamente distintos, estavam quase sempre sob as mesmas circunstâncias.

A posição de dependente estava colocada, e logo a utilização de sua mão de obra para fins não necessariamente identificados com suas necessidades seria posta em algum

momento, independentemente de serem livres ou não, a situação de pobreza trazia uma conta que logo seria cobrada. Como parece ter sido (ou tentado) em Baturité, no ano de 1882. Na transcrição das falas de alguns vereadores com o presidente interino da Câmara Municipal de Baturité, fica evidente a tentativa de utilizar o trabalhador pobre:

O Sr. Presidente interino: - Apois eu preponho que se dê orde ao subdelegado para empregar o povo baixo...

O Sr. Albuquerque Maranhão: - Não pede emprego para os altos, talvez reparando em si próprio.

O Sr. Presidente interino: - Perdão, o nobre colega ou não me compreende, ou não faz que me não quer comprehender.

Quando digo povo baixo, me arrefiro ao povo da calassia inferior, ao povo da mais baixa esfera da sociedade.

O Sr. Regis; - Bonitéles, bem espilicadéles.

O Sr. Presidente interino: - Cuma eu ia dizendo: esse povo da baixa calassia deve ser obrgado a um traबाio obrigatouro, cuma verbo gracia ao de se fazê-se teia e tyjolo para se alevantá-se casas de edificios pubricos. O Sr. Zé Tiburcio: - E a lagoa do Zé Félix que tem muito bom barro. O Sr. Pedro Imaginario: - Concordo com o colega, e pode contar com o meu voto; mais, porem, há de primumittir que alguns desses povo se ocupe em tirar madeira, que possam baratiar o geno de meu offiço[...] (A Onda, Baturité- Domingo, 4 de junho de 1882, n 10, p. 2)

No diálogo acima, propõe-se que haja o emprego dos mais pobres em obras de interesse público, de forma obrigatória. O responsável por empregar essa força de trabalho seria o subdelegado, o que nos leva a pensar que a força física também poderia ser utilizada em algum momento, desde que julgassem necessário. Vê-se nitidamente a tentativa de impor um trabalho forçado aos mais pobres, por parte do poder público. O emprego não seria apenas em ramos que beneficiassem a cidade, mas também em atividades que contribuíssem para o alcance de objetivos privados, como derrubar a mata de um terreno, a fim de extrair madeira e limpar o solo para eventuais atividades

agrícolas. Cabe ressaltar que a proposta foi aprovada. Esse cenário, de imposição e momentos de não distinção entre público e privado, é discutido por Fernandes Lobo (2013). A partir da análise do Jornal de Taubaté, ele chega ao seguinte pensamento:

O uso da mão de obra escrava, na maior parte da história do Brasil, deixou marcas profundas na sociedade brasileira que acabaram também, por moldar o liberalismo republicano, marcado, além da indistinção entre público e privado, como vimos, também pelo patriarcalismo autoritário, que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência [...] (LOBO, 2013, p.51)

Percebemos que a visão expressa no jornal baturiteense, que não era o pensamento do proprietário dele (no caso, são as falas dos vereadores), trazem uma série de pontos interessante, um deles, ainda não mencionado, é frisado por Fernandes Lobo na passagem citada: há o estabelecimento da “figura do inferior”, que deve obedecer. Logo, há quem exerça o poder de mando. No caso da deliberação na câmara, os inferiores são o “povo da calassia inferior”, o “povo da mais baixa esfera da sociedade”. Quem manda: os políticos locais, quase sempre os mesmos que possuíam as terras e os meios de sobrevivência local.

A iniciativa dos vereadores locais está inserida em um contexto mais abrangente, que nos leva até meados do século XIX. Uma iniciativa em particular, nos chamou atenção: o presidente da província do Ceará, João Silveira de Souza, ainda em 1858, propôs a criação de um regulamento voltado a criação de “companhias auxiliadoras da agricultura e obras públicas”. Cabe salientar que o tal regulamento foi autorizado pela Assembleia da província.

O regulamento em questão, de número 38, possuía cinco artigos, organizados em quatro capítulos e mais as “disposições gerais”. Esse documento previa um tipo de estruturação para essa companhia aos moldes das forças militares, com foco em hierarquia e disciplina. O desejo era que essas organizações

estivessem presentes em todos os municípios da região. Os esforços voltados ao controle dos trabalhadores estariam sob a responsabilidade de um capitão, um sargento, um alferes e dois cabos. No artigo quinto, há as vedações, e, logicamente, o grupo alvo apto a entrar nessa organização:

Art. 5. O pessoal das companhias de trabalhadores será composto de homens livres que não tenham nenhuma das isenções seguintes:

§ 1. Ser menor de 18 anos ou maior de 50, ou sofrer molestia ou aleijão que o inhabilite para o trabalho.

§ 2. Ter propriedade, emprego ou industria de que tire meios de decente subsistencia.

§ 3. Ser mestre, official, ou aprendiz de qualquer officio mecanico.

§ 4. Ser patrão, mestre, ou remeiro de canôa, ou embarcação de qualquer especie.

§ 5. Ser feitor de estabelecimento agricola, ou de fazenda de gado.

§ 6. Ser pescador incorporado a alguma companhia, ou associação de pescaria.

§ 7. Achar-se engajado por contracto escripto como famulo, ou para qualquer outro serviço util.

Art. 6. Para que aproveitem as isenções acima referidas é necessario que os individuos que as alegarem, se achem empregados ou se ocupem effectiva e habitualmente nos diversos misteres ou serviços ahi mencionados.

Art. 7. Todos os mais individuos que não estiverem em algumas daquelas circumstancias serão alistados em cada districto, ou lugares delles em que o devão ser, na fórma deste Regulamento. (PROVÍNCIA DO CEARÁ. Regulamento N. 38, de 2 de janeiro de 1858, p. 293-294)

Fica claro que o público-alvo são aqueles que não possuíam uma ocupação definida, cuja idade e disponibilidade permitia sua utilização em atividades que beneficiasse a produção local. A exclusão de proprietários, mestres, oficiais, feitores, e outras ocupações pré-estabelecidas direcionam essa companhia a

englobar uma gama de trabalhadores pobres, cuja ocupação, dependente de um conjunto de variáveis, como o clima e terras disponíveis, os deixavam em períodos sem “serviço útil”. Em uma modificação posterior, será incluído os menores de 18 até 14 anos que “estiverem em estado de trabalhar, sejam órfãos ou não, e cujo pais, tutores ou curadores não possam dar-lhes educação regular ou ocupação útil e decente.” (PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, de 3 de novembro de 1858, Leis Provinciais op. Cit., Tomo III, p. 332.)

Para utilizar os serviços dessa organização era preciso elaborar um requerimento e entregar aos comandantes. Um dos requisitos para tal era oferecer garantias de que iriam respeitar as cláusulas do contrato. Caso não fossem cumpridas, os locatários seriam obrigados a pagarem uma multa, já os trabalhadores que não cumprissem o contrato poderiam ser presos. Apesar de livres, o trabalho era compulsório. Eles não podiam sair dos distritos sem autorização dos superiores e mesmo que fossem liberados, o local de destino também podia lhes requisitar o trabalho. O artigo 38 estabelecia o seguinte: “Todo trabalhador que sahir de se istricto para outro com licença, a qual lhe servirá de guia, será considerado addido á secção do lugar para onde fôr, para o que apresentará a mesma licença ao commandante respectivo”. (PROVÍNCIA DO CEARÁ, Regulamento N. 40, p. 301)

A caracterização das pessoas aptas ao serviço nas companhias auxiliaadoras nos leva às pessoas livres, mas essa mesma condição não era levada em consideração se houvesse a necessidade de mão de obra solicitada por particulares ou para a serventia do Estado. A contradição imposta ao trabalhador era: ser livre, mas obrigado a trabalhar para outro. Isso diz muito sobre o tipo de mentalidade da elite política presente na província do Ceará nesse período. Sem mencionar os escravizados que, oficialmente, eram obrigados a se submeterem as condições de trabalho que seus proprietários julgassem adequadas.

A presença dessa organização, utilizada para auxiliar particulares, não foi identificada em Baturité, pelo menos não nas fontes utilizadas nesse trabalho. No entanto, o esforço político a nível provincial, para criar esse aparato legal nos dá a dimensão do tipo de situação a qual ostrabalhadores pobres no Ceará estavam sujeitos no campo do trabalho.

Foi em Baturité que, utilizando-se do meio de comunicação disponível, uma preocupação foi exposta. No jornal *A Onda*, um escritor anônimo aponta para a falta de mão de obra para a lavoura, apesar de, segundo ele, haver braços suficientes no país. Para o autor não identificado, “as necessidades mais urgentes da lavoura são: a falta de braços, de capitais e desenvolvimento da instrução. Aquelles são reclamados e esperados do estrangeiro, quando no paiz os ha com abundancia[...]” (*A Onda*- Baturité, Domingo, 2 de abril de 1882, nº 3, p.1)

Esse tipo de preocupação contribuiu para que as autoridades públicas, tanto de nível local como nacional, desenvolvessem mecanismos que direcionassem a massa de trabalhadores pobres para “participarem” da produção, mesmo que sob condições alvo de críticas constantes por parte de quem trabalhava. Dentre essas iniciativas estava a já mencionada companhia.

O tipo de trabalho a qual as pessoas livres estavam submetidas as colocavam em situações de penúria, que as aproximavam dos escravizados. Essa era a percepção do mesmo autor anônimo, na continuação de seu texto no jornal. Ele escreve o seguinte:

A lavoura, porem, precisa passar por uma transformação. A substituição do braço escravo pelo livre, com critério prudência e sem graves prejuízos, é de maior importância [...] Ha uma crensa que o brasileiro é indolente e preguiçoso, engano manifesto, o brasileiro é orgulhoso unicamente e não deseja ser criado de servir; constituam-se colonias com regimem militar, faça-se o recrutamento para a lavoura do modo porque se faz para o exercito. (*A Onda*, 1882, p. 2)

Ao mesmo tempo em que ressaltou a disponibilidade do trabalhador brasileiro, desde que o tratem de forma digna, o trecho citado propõe a criação de colônias de trabalho

sob o regime análogo ao militar, ora, se quem trabalha o faz por vontade própria, por que a necessidade de haver um recrutamento, com regras e uma dinâmica de serviço que precisa ser imposta, sob ameaças as mais diversas e penalidades em caso dedescumprimentos?

Ainda com relação a passagem, há a crítica ao tipo de labor que não se deseja e o apoio a outros tipos, mas os relatos que sinalizam para as condições de trabalho capitaneados por autoridades públicas não são muito animadoras. A título de exemplo temos o ocorrido no lugar chamado Volta, onde ocorreram dois acidentes fatais com quatro trabalhadores, dois foram esmagados por descarrilamento de um veículo na linha do trem, e outros dois foram pegos em uma explosão feita em uma quebra de pedras (A Ordem- Baturité, Domingo, 5 de setembro de 1880, no 52, p. 3). Levando-se em consideração a penúria das atividades é de se supor que os trabalhos eram feitos sem a proteção necessária, sujeitando os trabalhadores a riscos constantes.

Tyrone Apollo Pontes Cândido, em *Os Trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926)*, expõe a percepção de que os trabalhadores empregados nas obras públicas, à época, eram vistos como mão de obra barata. Essas pessoas, “passaram a contrair, sob pressão da miséria e do controle estatal, relações de trabalho que, em muito, se aproximavam da escravidão”. (CÂNDIDO, 2002, p. 85) Visando o básico para sobreviver, esses “indigentes” trocavam sua força de trabalho por alimentos e roupas.

Os mecanismos usados para controlar

Não somente o Estado, enquanto um corpo organizado, entendia que deveria haver o domínio do trabalhador, a fim de explorá-lo com mais eficiência. Pinheiro faz uma distinção, em que os mecanismos utilizados para subjugar os grupos

subalternos são divididos em duas vertentes: os que se utilizam da intervenção do Estado, e os que não fazem uso dessa intervenção (PINHEIRO, 1989/1990, p. 214), pelo menos não de forma direta. Os particulares, bem como outras instituições, também tinham seus mecanismos para interagir com os trabalhadores pobres, da maneira que mais lhes trouxessem benefícios.

Aos olhos do Botânico Freire Alemão, em seus manuscritos, (CUNHA & DAMASCENO, 1961) os homens com certa riqueza local exploravam os lavradores locais, através dos empréstimos com juros exagerados. Essa prática tinha, dentre suas justificativas, pouca confiança de quem emprestava sobre quem recebia o empréstimo. Segue o relato:

Ouvi calcular-se em 1.500, a 2.000 o número de habitantes da vila de Baturité; são em grande parte brancos ou mamelucos; geralmente pobres; há porém já bastante sujeitos que possuem uma fortuna boa para este lugar as acumulada principalmente à custas dos lavradores, a quem emprestam dinheiro com juros, e condições pesadíssimas. Êste estado é sem dúvida devido, da parte do que dá à pouca confiança, que lhe inspira o que toma; e da deste, à sua ignorância, e imprevidência. Tem a gente de Baturité adquirido má fama; foram sempre considerados como homens trampolinas, de má fé, maus pagadores, e jogadores; mas, ajunta-se, não são matadores. Não sei o que há nisso de verdadeiro; mas a usura dos comerciantes é devido como já disse à besteza dos lavradores. (CUNHA & DAMASCENO, 1964, p.341)

A estratégia usada, a elevação dos juros dos empréstimos, fazia da dependência financeira um meio de prolongar a exploração do trabalhador, pois a ele era colocadas condições pesadíssimas de quitação das dívidas. Sem escolha, pois geralmente não tinham mais a quem recorrer, aceitavam os termos, mesmo que a contragosto.

Os homens de melhores condições, que forneciam os empréstimos, não por coincidência, também detinham em sua posse, uma quantidade significativa da terra fértil disponível, o que lhe propiciava mais poder a ser usado no controle sobre o pequeno lavrador. Pinheiro salienta: “As evidências sugerem

que a principal estratégia utilizada pra submeter o homem livre foi controlar seu acesso à terra” (PINHEIRO, 1989/1990, p. 210). Não é sem motivo a constatação feita em um Discurso Manifesto, exposto na parte chamada “Transcrição”. Em um de seus parágrafos, há a afirmação de que a concentração de terras gerou miséria, servilismo e privilégios para poucos (A Ordem, Baturité- Sábado, 25 de dezembro de 1880, no 67, p. 3).

O controle da terra significava não só a possibilidade de oferta de trabalho, mas também o acesso a lagoas, açudes e rios (ou suas nascentes), ou seja, a água tão escassa em momentos de estiagem e tão necessária para as atividades diárias.

Além do acesso à terra e ao dinheiro, a religião se fazia presente como um outro mecanismo. Através de seus agentes, a pregação cristã era utilizada para justificar e convencer, em certa medida, o homem pobre livre a se sujeitar às condições de trabalho. Foi a partir de meados do século XIX, como aponta Pinheiro que a religião foi utilizada como instrumento persuasivo em prol da aceitação, por parte dos trabalhadores pobres, de um tipo de relação trabalho em que a submissão, diante de regras e disciplinas rígidas, era a tônica (1989/1990, p. 224). Na construção da linha férrea, esse tipo de iniciativa foilevada adiante em um caso específico envolvendo o engenheiro Pinkas. O que de certa forma surpreende é a relação direta entre a atuação do líder religioso e o engenheiro em questão.

Há na 2º secção da via-ferrea de Baturité- um capellão, que figura nas folhas de pagamento com o ordenado de 90\$000 reis mensaes, sob o titulo de administrador geral. Isto é uma ladroeira. A via-ferrea não póde ter capellão, e nem há verba para isso. O que o Sr. Pinkas quer é ter um costas quentes, assalariado para o defender; um padre chistão que louve os seus actos de bestialidade praticados contra os nossos desventurados patricios, e aconselhe da tribuna sagrada obediencia cega a esse monstro de forma humana. (A Ordem- Baturité, Domingo 15 defevereiro de 1880, nº 23, p.2)

A denúncia partiu de um julgamento de quem escreveu a passagem. Para ele, a vinculação monetária entre o capelão e o tal Pinkas não era eticamente aceitável. A interpretação

das sagradas escrituras estaria errada e contaminada pelos interesses mundanos do sacerdote. O interesse do engenheiro pelos serviços no campo espiritual dos trabalhadores expõe as intenções voltadas para o aumento do engajamento dos empregados nos serviços propostos.

A vinculação entre religião e trabalho era uma constante no período. O Padre Ibiapina, atuante no Nordeste por mais de quinze anos (1860-1875), desenvolveu um trabalho com base na pregação e construção de obras, como igrejas, cemitérios e açudes, em diversas localidades. Para combater o pecado, segundo o padre, era preciso mortificar o corpo, e isso se dava principalmente através do trabalho. (MARIZ, 1980)

Nas Casas de Caridade, construídas sob a liderança de Ibiapina, havia um regulamento composto por alguns artigos. Neles estavam alguns objetivos, dentre eles a centralidade do trabalho e a preparação para ele. Era preciso ter amor ao trabalho para ser aceito:

Art. 1- Têm dois fins as Casas de Caridade desta instituição, e vêm a ser a educação moral e o Trabalho.

Art. 3- A primeira educação das órfãs é ler, escrever, contar, aprender a doutrina cristã e cozer. Finda esta educação entrarão nos trabalhos manuais como tecer panos, fiar nos engenhos, fazer sapatos e qualquer gênero de indústria que a casa tenha adotado. [...] Capítulo II. (Estatuto para as Casas de Caridade, apud Pinheiro, Irineu, op. Cit., p. 150)

Além do trabalho, teria o ensino moral, formando um caminho aceitável para eliminação, ou suavização, do caráter degradante do trabalho, seja ele qual for. As pregações do padre transformavam o trabalho em um caminho para a salvação; nesse cenário, “Seo prazer, sua felicidade neste mundo é sofrer, destruir-se, iniquilar-se e morrer a tudo que é sensível, a fim de ganhar os sagrados Corações de Jesus e Maria...” (HOORNAERT, 2006. p. 47). Podemos supor que essas pregações, feitas diante de multidões, impactavam os trabalhadores, incorporando as mensagens com o mandamento.

Link dos Jornais:

A Onda: Jornal Critico e Recreativo. Acessado em 20 de agosto de 2022. Link: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=770477&pesq=&pagfis=1> A Ordem: Orgão Conservador. Acessado em: 10 de março de 2022. Link: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/ordem/166685>

Referências

ALMEIDA, Luiz de Almeida; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. Dossiê. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, Vol. 10, no 03, 2019. Pag. 2144

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. Os trilhos do Progresso: episódios de lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872-1926). **Trajetos**. Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 1, no 2, 2002. pag. 85.

CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição histórica e bibliográfica. **ERA- Revista de Administração de Empresas**. V. 11, no 3, jul-set, 1971. pag. 88.

CUNHA, Waldir; DAMASCENO, Darcy. **Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão**. Catálogo e Transcrição. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 81. 1961.

FARIAS, Joanna Cavalcante Pinheiro. **Cadê o preto que estava aqui?** Presença e alocação de escravizados em Vila de Acarape e Baturité (1870-1884). Dissertação (mestrado). Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, 2018.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 103-130.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **Crônicas das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina**. São Paulo: Loyol, 2006. pag. 47.

LOBO, Renato Fernandes. **Representações sociais da Pobreza e da Caridade no Jornal de Taubaté (1889 e 1935)**. Projeto de Pesquisa (mestrado). Universidade de Taubaté. Taubaté- SP, 2013.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza. Vol. 20/21, p. 199-230. 1989/1990.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. 268f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015. Pag. 140.

MARIZ, Celso. **O Apóstolo do Nordeste**. Paraíba, Ed. UFPB, 1980.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural, O Sertão do Médio São Francisco-Pernambuco (1840-1888)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste o Brasil, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008, pag. 108.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. 2o ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

ESTRANGEIROS E ECONOMIA MONETÁRIA NO CEARÁ PROVINCIAL: COMÉRCIO E PRECARIEDADE DO MEIO CIRCULANTE (1850-1858)

Paulo Regis da Silva Albuquerque

Nesta pesquisa se propõe elaborar um ponto de vista acerca da política monetária imperial e das formas de utilização da moeda fiduciária¹ na província cearense a partir da experiência de sujeitos vindos de Portugal ou de ascendência portuguesa. Pretende-se demonstrar que, em se tratando da sociedade cearense da metade do século XIX, enquanto meio precariamente monetarizado, sujeitos vindos de fora do país, potencialmente portadores de poupança em moeda estrangeira, foram exitosamente integrados ao ambiente local. Some-se a estes fatores as circunstâncias de expansão do comércio nos anos 1850 e formação, ainda que em seus passos iniciais, de um espaço mundial, dinamizado através das relações econômicas em curso. Os jornais da época em questão oferecem grande variedade de informações e uma gama de possibilidades de problematizações. Entre os jornais destacam-se, para o período indicado, o “Pedro II” e “O Cearense”, que, representando duas orientações políticas opostas oferecem a variedade narrativa necessária para ampliar o potencial de observação da pesquisa.

Levanta-se a hipótese que os sujeitos envolvidos no comércio de produtos importados formavam um grupo social específico. Privilegiados pela política imperial de valorização da moeda nacional, que prejudicava produtores de fora do círculo de privilégios da Corte imperial e emperrava a

1 Moeda sem lastro metálico e/ou valor intrínseco.

industrialização no Brasil, os comerciantes do segmento de importados tiraram proveito da demanda nacional por produtos europeus e obtiveram diferentes formas de privilégios. No caso cearense, um destes privilégios consistiu na emissão de notas promissórias que circulavam como papel moeda.

A coesão desta classe dos comerciantes importadores os colocava acima de questões nacionalistas, pois sua origem interessava menos que os negócios que poderiam empreender; superando, inclusive, as querelas partidárias, tendo em vista que membros de matizes políticas consideradas rivais formavam o citado grupo social e colaboravam entre si, como veremos mais adiante. Os privilégios recebidos eram procedentes da estrutura fazendária então vigente que dependia de negócios de importação e exportação. Como demonstrado por Gambi (2010), cafeeiros do Vale do Paraíba e grandes negociantes passaram a alicerçar o projeto de poder saquarema, sobretudo a partir do início da década de 1850. Estes negociantes, por sinal, representavam a principal fonte de receita da base tributária imperial (VILELLA, 2020), fundamentada nos impostos cobrados sobre produtos importados.

Simmel (1958) explica que o uso do dinheiro traz em si mesmo o germe da impessoalidade, tendo em vista que o pagamento de trabalhadores assalariados transforma as relações de trabalho em uma mera troca de mercadorias: a força de trabalho trocada pelo instrumento que facilita trocas comerciais, que é o dinheiro. Simmel busca demonstrar que este trabalhador se relaciona com patrões e com o próprio trabalho de um outro modo. Não mais tem sua moradia em uma porção de terra cedida, sob aparência de favor, por um proprietário, como registrado em relações no campo, de trabalho em regime de parceria. Difere, igualmente, da prática de receber empregados sem vínculos trabalhistas em residências, preferencialmente do gênero feminino, também sob a aparência do favor, para realização de serviços domésticos em troca de moradia e alimentação.

Contudo, esta impessoalidade, intrínseca ao uso do dinheiro, própria de uma sociedade inserida em uma economia monetarizada, é diametralmente oposta a tudo que o patrimonialismo (FAORO, 1998) representa. Justamente por isso, o estudo do ingresso do Brasil em uma lógica monetária pautada no uso da moeda fiduciária é esclarecedor, tanto quanto desafiador. No século XIX o uso do papel moeda se tornou indispensável para aqueles que estivessem interessados em participar do comércio de bens industrializados, em vista do contexto mundial de desenvolvimento da produção dos países do centro do capitalismo (HOBSBAWN, 2012). Porém, o Estado patrimonialista não abriria mão de si mesmo em nome de um imperativo meramente técnico.

Esta relação conflituosa acentuou-se ainda mais durante a década de 1850, quando o comércio internacional se fez presente de forma inequívoca no território brasileiro. Nesse ínterim, o Estado brasileiro e seus aliados buscaram formas de aderir à economia monetarizada, sem perder o privilégio de usar a estrutura estatal para atender seus interesses particulares. A manutenção do status quo do governo imperial exigiu uma série de sacrifícios, que, de acordo com a análise das fontes e da literatura historiográfica, foram assumidos por todos, com exceção do próprio governo imperial. Para isto, lhes era imposto o desafio de regular o uso do dinheiro sem abrir mão do “capitalismo politicamente orientado” (FAORO, 1998, p.75), descrito por Faoro. A análise documental e bibliográfica permitiu identificar na gestão da moeda empreendida pelo Estado imperial os atributos indicados por este autor no “capitalismo politicamente orientado” que, segundo este autor “anemiza o setor particular e acaba por se anemizar a si próprio” (FAORO, 1998, p.75).

Ao poder imperial competia a preservação de privilégios que definiam sua própria natureza patrimonialista. Mattos (2017) demonstra que o breve período de exercício de poder por parte dos liberais moderados, durante o período regencial, foi

sucedido pela exitosa instalação de uma agenda conservadora que conferiu ao Estado imperial feições pretéritas que este autor denomina de “moeda colonial” (p.211). Assim, mesmo estando inserido em um contexto mundial de desenvolvimento capitalista, o patrimonialismo impôs resistência, criou entraves, usou de permanente desconfiança diante do setor privado. É este o sentido da recorrente sabotagem do setor bancário particular por parte do governo imperial. No contexto do Estado imperial, o dinheiro e a economia de mercado representavam a mais temida força anômica para a ordem vigente.

Conforme afirmado anteriormente, os comerciantes de produtos importados, enquanto destacados aliados e financiadores do poder imperial, representavam um grupo coeso e intensamente participativo na sociedade cearense, sobretudo a partir dos anos 1850. Sua condição econômica imputava-lhes atribuições impensáveis para os demais cidadãos. Atribuições estas que, indubitavelmente, representavam enorme favorecimento.

Em 9 de novembro de 1857 (p.1), por exemplo, o jornal “Pedro II” publicava um ofício redigido pelo governo com uma curiosa requisição: pedia-se a assinatura de 8 comerciantes para suprir a falta de moeda na praça local. Esta prática, impossível atualmente, em vista do monopólio da emissão de papel moeda por parte do Banco Central, era considerada necessária no contexto da década de 1850, apesar de flagrantemente ilegal. Neste sentido, o jornal “O cearense” publicou em 29 de setembro de 1857 noticiário onde expunha a grande quantidade de emissões particulares ilegais na província. O jornal liberal efetua esta denúncia nos seguintes termos:

Grande falta de moeda miuda ha nesta praça, o que difficulta o troco, e transacções do povo. Dois negociantes de bastante credito na praça os srs. Mendes e Irmão com os senhores Cunha Freire e Irmão lembrarão-se de emitir vales de suas responsabilidades representando valores de mil reis, e quinhentos reis: o sr. Mamede fez outro tanto de 200 reis. Esses vales são acceitos, e correm na praça como moeda, o que foi certamente uma providencia attenta

a falta absoluta de troco. Mas não obstante a utilidade da medida é ella illegal, e de grande perigo. Com que autoridade crearáo-se esses senhores um capital ficticio? Que da responsabilidade que assignarão? Só as de suas firmas... são certamente valiosas; mas quando se trata de quantias ilimitadas, e de papel de credito que circula no commercio, como moeda, não basta saber que as firmas são acreditadas (Jornal “O Cearense” 29/09/1857, p.1).

A intrincada rede de relações existente entre comerciantes de produtos importados vai de encontro às alegações descritas por ELIAS e SCOTSON (2000) que, ao analisar os modos de relacionamento em uma comunidade de trabalhadores identificaram estratégias elaboradas para manter o acesso a privilégios por parte dos que já habitavam no local, em detrimento dos recém chegados. Para estes autores, portanto, os grupos sociais estabelecidos em um local tendem a fechar-se em si mesmos para não dividir suas posições de poder com aqueles que chegaram posteriormente, mesmo estando estes dois grupos na mesma classe social. O que se verifica, contudo, por meio da análise documental e bibliográfica, é que durante o período em estudo estrangeiros foram extremamente bem recebidos na província cearense. Tornaram-se figuras de destaque na economia e sociedade local.

Não se busca aqui, no entanto, afirmar que Elias e Scotson estavam errados em sua análise. Pretende-se, apenas, demonstrar que a experiência cearense pode representar um caso omissos para este referencial teórico: em se tratando da sociedade do Ceará provincial da metade do século XIX, enquanto meio precariamente inserido na economia monetarizada, é cabível que sujeitos vindos de fora, portadores de poupança em moeda estrangeira, fossem exitosamente integrados à sociedade local. Some-se a estes fatores as circunstâncias de expansão do comércio já apresentadas e formação, ainda que em seus passos iniciais, de um espaço mundial, dinamizado através das relações econômicas em curso.

Fica demonstrado, pois, que os sujeitos envolvidos no comércio formavam um grupo social específico. Privilegiados pela política imperial de valorização da moeda nacional, que prejudicava produtores locais de fora do círculo de favorecimentos da Corte imperial e emperrava a industrialização no Brasil. No caso cearense, um destes privilégios consistiu na emissão de promissórias que circulavam como papel moeda. Aparentemente, o favorecimento de comerciantes por parte do governo imperial pode ser compreendido como uma contradição à oposição do poder central ao setor privado. No entanto, pretende-se demonstrar para a ordem imperial era preferível lidar com o setor privado revendedor de produtos importados, que arriscar-se a permitir descontrolada interação entre as regiões periféricas do império e as forças do mercado internacional.

Em rara referência por parte da literatura historiográfica ao uso de crédito privado como moeda fiduciária no Ceará, Lins afirma que nesta província e no Maranhão os próprios governos provinciais emitiram papel moeda de forma ilegal para o abastecimento das economias locais (AZEVEDO; LINS, 1969). Contudo, diferente disto, os registros verificados em acervo hemerográfico da época demonstram que esta operação foi, de fato posta em prática pela tesouraria provincial por um determinado período. Contudo, passou a ser feita por comerciantes a pedido do próprio poder executivo provincial. Levy (1985, p.18) explica que neste momento, o Estado “ainda débil, vê-se na contingência de ceder ao espontaneísmo das práticas creditícias locais e de postergar a sua atribuição reguladora”.

Se vem produzindo no Brasil, nos últimos anos, profícua produção historiográfica sobre este tema. Penna (2019), em sua tese de doutorado, investigou o mercado de crédito concedido por particulares na cidade do Rio de Janeiro. Este autor demonstra que, em função da precariedade do sistema bancário da época, que se contrapunha à dinamicidade da

economia local, elaborou-se um complexo sistema de crédito, fundamentado na propriedade. Neste mercado de crédito utilizou-se de instrumentos monetários tais como letras de câmbio, vales, bilhetes, penhor, hipoteca, entre outros. No entanto, não se encontra nas análises presentes neste trabalho referência à colaboração entre poder público e privado como verificado na província cearense.

De maneira semelhante, Almico (2015) busca compreender a estrutura de concessão de crédito a partir da cidade de Juiz de Fora, por meio da investigação de dívidas deixadas após a morte de diferentes sujeitos. De acordo com este trabalho de pesquisa, as atividades de crédito desenvolvidas neste espaço encontravam-se na área de influência sobretudo dos negócios do café, registrando fazendeiros como principais credores e devedores na região. A autora também demonstra a forte presença de negociantes envolvidos em relações creditícias. Novamente não se encontra menção de práticas semelhantes ao que se verifica no Ceará, de forma acentuada e escancarada, durante os anos 1850.

Os instrumentos monetários utilizados na província cearense eram largamente utilizados em todo o país. Contudo, a colaboração entre comerciantes e governo provincial não encontra paralelo com nenhuma outra experiência acessível até este momento do presente trabalho de pesquisa. Depreende-se que o governo provincial do Ceará se encontrava de tal modo fragilizado que necessitou do auxílio de comerciantes para garantir circulação de moeda que viabilizasse a economia da província. Estes comerciantes, beneficiados pela política monetária imperial, dispunham de credibilidade em quantidade suficiente para emitir títulos que circulavam como papel moeda. Credibilidade que, como visto, se pode considerar até como superior ao poder público neste período.

As atividades realizadas pelos negociantes e sua evolução patrimonial se encontram fartamente registradas nos jornais da época. Um dos 8 comerciantes citados no pedido de assinatura

de bilhetes feitos pelo governo provincial, Manoel Antonio da Rocha Junior, destacado membro da comunidade portuguesa instalada em Fortaleza, foi um destes homens de negócios que obtiveram grande sucesso durante os anos 1850. Na edição de 13 de abril de 1848 do jornal “O Cearense”, Rocha Junior divulgava a venda de “Bixas², muito boas, chegadas recentemente de Lisboa [...]” (Jornal “O Cearense”/CE, 13/04/1848, p.4). Enquanto importador, é admissível que o mesmo tenha sido beneficiado pela valorização da moeda, resultante da política econômica implementada pelo governo imperial. Na edição de 28 de março de 1851, ainda no jornal “O cearense”, registra-se a participação do citado comerciante no negócio de escravos. Rocha Junior anunciava que “comprão se escravos, sendo novos, e de boas figuras; na casa de Manoel Antonio da Rocha Junior” (Jornal “O Cearense”, 28/03/1851, p.4). Já em 23 de janeiro de 1856, em anúncio do mesmo jornal, Rocha Junior aparece como cobrador de um dos impostos que incidia sobre a escravidão: “[...] tendo arrematado na thesouraria provincial o imposto da meia sisa de escravos, que forem vendidos na provincia do 1º de janeiro ao ultimo de dezembro do corrente anno[...]” (Jornal “Pedro II”, 23/01/1856, p. 4).

Na ocasião da morte de D. Maria II, de Portugal, Rocha Junior foi membro da comissão organizadora das celebrações de exéquias da monarca, conforme noticiado no Jornal “O cearense” (17/01/1854). Seu prestígio ficou ainda mais evidente quando se tornou agente consular da Bélgica, conforme noticiado pelo jornal “Pedro II”, no dia 7 de novembro de 1857. A notícia acerca da nomeação deste negociante veio acompanhada de menções elogiosas, nas quais dizia-se que este “além de ser um negociante distinto, é um homem de principios rigidos, activo e zeloso” (Jornal “Pedro II”, 07/11/1857, p.4). Bezerra (2015) explica que o

2 Sanguessugas utilizadas para fins terapêuticos.

cargo de agente consular tinha como função a representação, sobretudo, de nações inseridas no processo de industrialização, conferindo aos agraciados significativa notoriedade.

John William Studart, patriarca da família Studart no Ceará, filho de ingleses, mas domiciliado em Portugal, também se tornou agente consular. Em 22 de maio de 1854 foi nomeado vice-cônsul da Grã-Bretanha. Da mesma forma que Rocha Junior, sua relevância na província se consolidou ao longo da década de 1850, como fica demonstrado através desta nomeação para o serviço de agente consular. Os contatos deste personagem com a Inglaterra ficam evidentes ao se observar os produtos que comercializava: em 5 de agosto de 1856 anunciava no jornal “O cearense” a venda de “manteiga inglesa” (Jornal “O Cearense” 05/08/1856, p.4); em 30 de janeiro de 1857 anunciava no mesmo jornal leilão de “fazendas inglesas, ferragens, miudezas, estiva & tudo do proprio mercado” (Jornal “O Cearense”, 30/01/1857, p.4). Suas viagens eram frequentemente noticiadas, para fins de encomendas de mercadorias.

No entanto, mesmo tendo ingressado na família Castro, bastião do partido liberal na província, J. Studart não foi poupado do escrutínio empreendido pelo jornal também liberal “O cearense” acerca da prática de emissão de moeda fiduciária por particulares. Desse modo, na publicação de 15 de novembro de 1857, em meio à polêmica que envolvia a emissão de vales por comerciantes anteriormente abordada, “O Cearense” publicava um editorial ironizando o recolhimento de vales por parte de Studart. Sob o título de “Os vales de 2\$ do sr. Studart”. Este editorial abusava do sarcasmo para pôr em evidência que o que o comerciante estava a fazer não se tratava de um serviço à nação, mas era tão somente um serviço a si mesmo. Lê-se neste jornal:

Segundo o contemporaneo do Commercial a virtude da gratidão que ainda é desconhecida nesta terra, refere-se ao beneficio que tinha feito ao commercio o sr. João Studart emettindo valles de 2\$ sem ninguém lh'es encommendar, só para acudir as precisões em que se achava... a praça.

Um tão assinalado beneficio não foi reconhecido pelo Cearense. e não sabemos por quem mais, que ousou apontar como um abuso perigoso.

Se era um beneficio ao publico, que os procurava com avidez; porque o sr. Studart não continua com esse favor? Que lhe importa o juizo erroneo do Cearense? Por ventura o collega ignora que bemfeitor0es da humanidade sempre encontrarão contrariedade na sua missão, e forão muitas vezes victimas, ou martires das suas obras? (Jornal “O Cearense”, 15/11/1857, p.2)

Da mesma forma que Rocha Junior, atuação de William Studart na sociedade cearense incluía participação em uma irmandade religiosa. Que era, inclusive, a “Nossa Senhora da Conceição da Capella do Oiteiro da Prainha”, a mesma agremiava Rocha Junior. Em publicação de 27 de agosto de 1858, esta irmandade anunciava que iria instalar um busto na sacristia da capela a fim de homenagear o desembargador Antonio Jozé Machado (Jornal “O Cearense” 27/08/1858, p.4), citado como frequente e generoso benemérito da irmandade. Além de Rocha Junior, que permanecia como tesoureiro da instituição, William Studart aparece como secretário.

Cita-se, ainda, nesta mesma publicação, Idelfonso José de Abreo como mesário da instituição religiosa. José de Abreo foi um dos comerciantes que, em publicação do jornal “Pedro II” no dia 6 de outubro do ano anterior, encaminhava um ofício ao governo provincial informando que havia emitido vales em razão da falta de moeda na capital, como já indicado anteriormente nesta pesquisa. Por sinal, o nome de William Studart aparecia da mesma forma entre os comerciantes que haviam utilizado do mesmo expediente. Curiosamente, Rocha Junior não constava nesta lista, mesmo sendo constantemente solicitado pela tesouraria provincial para assinar novos bilhetes.

As irmandades apareciam com frequência nos jornais e publicações oficiais da época. Eram criadas para administrar um patrimônio religioso e arrecadar fundos para sua manutenção. Sua criação recebia considerável atenção por parte do poder público, que debatia seus compromissos na Assembleia

Provincial e, se aprovados, eram encaminhados para a sanção do presidente de província. Esta cautela justifica-se pelo fato de que estas irmandades, enquanto instituições religiosas encontravam-se eximidas de pagamento de impostos e eram, ainda, instituições de crédito.

Penna insere as irmandades religiosas, assim como corporações de ofício e associações de auxílio mútuo, na modalidade de instituições creditícias que se denomina na historiografia sobre crédito no Brasil oitocentista como “crédito eclesiástico” (2019, p.159). Como se tudo isto não fosse benefício suficiente, as irmandades poderiam, ainda, receber a concessão de impostos por meio de apreciação do tema por parte do Legislativo. Isto ocorreu, por exemplo, com a “irmandade do Patrocinio”, que foi autorizada a receber, por um ano, 400 réis em impostos arrecadados a partir do consumo de rezes em Fortaleza, conforme noticiado pelo jornal “Pedro II” em 11 de outubro de 1854 (Jornal “Pedro II” 11/10/1854, p.3). Por estes motivos, o manuseio dos livros que continham receitas e despesas das irmandades era meticulosamente regulamentado através das leis provinciais, por meio das quais autorizava-se o funcionamento da mesma.

As vantagens que as irmandades ofereciam aos membros tornavam legítimas a formulação de uma série de exigências que condicionavam a participação em suas atividades. Cobrava-se padrões de comportamento, de tal sorte que seus membros não poderiam demonstrar “posturas indecentes e ações indecorosas”, nos dizeres dos compromissos da irmandade de “Nossa Senhora da Conceição da capella da Outeiro da Prainha” (OLIVEIRA, BARBOSA, 2009). Era cobrado que os membros da irmandade participassem das cerimônias religiosas celebradas no local ao qual a mesma estava designada. Além disso, seus compromissos esclareciam quais grupos étnicos tinham permissão para participar da confraria, citando

nominalmente pretos e pardos, nas ocasiões em que se julgava necessário. Mas exigia-se, igualmente, obrigações financeiras, como pagamento para o ingresso na instituição e anualidades.

Durante a segunda metade da década de 1850, a emissão de papel moeda ilegal por particulares ganhou contornos totalmente intoleráveis para a gestão monetária. Há muito já se tinha conhecimento, por meio da lei de Gresham³, que o uso indiscriminado dos vales iria piorar o sistema monetário nacional. No entanto, fez-se uma opção preferencial pela Corte imperial e seus aliados de primeira hora: latifundiários senhores de escravos e grandes comerciantes. Em meio ao caos do “encilhamento da fase imperial” AZEVEDO;LINS, 1969, p. 44), consciente da situação de desordem em que estava enredado, o próprio Estado imperial recorreu aos liberais para tentar solucionar o problema, recorrendo ao destacado membro deste partido, Bernardo de Souza Franco, para ocupar o cargo de ministro da fazenda em 1857. Este fato demonstrou a extensão do abismo no qual encontrava-se o país em consequência da política monetária desastrosa até então adotada.

Referências bibliográficas

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Em nome da palavra e da lei: relações de crédito em Minas Gerais no oitocentos.** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.

AZEVEDO, Thales de; LINS, Vieira. **História do Banco da Bahia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

BEZERRA, Ana Paula Gomes. **Capitalismo e Elite no Ceará: Produção, Distribuição e Consumo de Louças Europeias em Aracati (1850 A 1890).** Fortaleza –Ceará, 2015.

3 Princípio econômico que preconiza que em um mercado onde circulam moedas de diferentes espécies, a moeda de baixo valor tende a circular de modo predominante.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro** (13ª ed.). São Paulo, Globo 1998.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem**: política e finanças no império brasileiro (1853-66). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-22112010-222756. Acesso em: 2022-03-02.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital -1848 – 1875**, Rio de Janeiro, Paz e terra, 2012. **Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)**. Compilação das leis provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. P.434

LEVY, Maria Bárbara e ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Fundamentos do sistema bancário no Brasil (1834-1860)**. Estudos Econômicos. Vol 15, nº especial, São Paulo: Revistas USP, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império (1871-1889)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PENNA, Clemente Gentil. **Economias urbanas: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c. 1820-1860 – Rio de Janeiro, 2019**.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Traduzido por Ramon Garcia Cotarelo. Berlim: Duncker & Humblot, 1958.

VILELLA, André. A. **The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850-1889**. Londres: Palgrave-Macmillan, 2020.

MENÇÕES AOS CONFLITOS ENTRE TROPAS MILITARES E POPULAÇÕES SUBALTERNIZADAS DO MARANHÃO OITOCENTISTA NOS RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA¹

Natália Gomes de Andrade Silva
Antonio Alexandre Isidio Cardoso

APRESENTAÇÃO

Registros da Província do Maranhão resguardados em seus relatórios oficiais podem servir de fios condutores para observar referências sobre populações subalternizadas no contexto oitocentista. A presente pesquisa, desenvolvida previamente no PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), se debruçou sobre a referida documentação, anualmente publicada, analisando diversos tópicos sobre o cotidiano da administração pública do Maranhão ao longo do século XIX. Para além do recorte eminentemente político, que permeia o discurso das autoridades, buscamos a partir da leitura das fontes referências sobre a presença de parcelas da população pouco presentes nos discursos político-partidários, alheias ao poder decisório oficial, salvo quando o assunto era a disciplinarização, recrutamento para o trabalho, casos de polícia e combate à indivíduos ou comunidades consideradas perigosas ou rebeldes.

1 A pesquisa faz parte de investigação fomentada com bolsa PIBIC, dentro do projeto História Social dos Sertões: fronteiras da escravidão e da liberdade no Maranhão oitocentista, no âmbito do Colegiado de Ciências Humanas/História, Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Codó.

Assim, cumpre notar que o objeto central dessa pesquisa é estudar os modos como populações negras, indígenas e mestiças, sob as condições de liberdade ou escravidão, apareciam nos discursos dos representantes da província nas Assembleias Legislativas no decorrer do século XIX. Através da plataforma online do *Center for Research of Libraries* (EUA), que guarda acervo digitalizado sobre as províncias brasileiras, foram levantadas as menções aos referidos grupos populacionais, sempre atentando aos assuntos correlacionados e as formas de classificação, quase sempre ligadas à temas da “tranquilidade e segurança pública”. Através da análise dessas referências, no presente texto iremos apresentar alguns índices do tratamento de populações marginalizadas na época, mediante as menções dos presidentes, geralmente relacionadas às repressões impostas através do uso das forças policiais, como recurso utilizado para controle e estabelecimento da segurança, entre outras atribuições.

Para a apresentação e a elaboração deste artigo, optou-se por selecionar uma abordagem específica das categorias analisadas para exposição, qual seja, os conflitos que constantemente eram travados entre essas populações e as tropas policiais/militares enviadas pelos líderes provinciais locais e das províncias vizinhas. Essas forças, que passaram por mudanças para adequar-se às necessidades da província, eram as principais ferramentas de combate à organização das comunidades e populações em questão.

Feita a leitura do conteúdo do relatório e a organização do tratamento dos conflitos, especificamente, este artigo trará uma exposição de como essa temática era retratada no período, atrelada a discussões posteriores para relacionar com a historiografia concernente ao século XIX no Maranhão.

As Assembleias Legislativas, onde eram proferidas as “fallas” do presidente, foram instauradas pelo Imperador D. Pedro II em 1834, mediante força de Lei, e guardava, como uma das suas competências, a intenção de instruir “do estado

dos negócios públicos e das providências que mais precisar a Província para seu melhoramento”, sendo essa uma das perspectivas em que se vê a atuação das forças militares no tratamento das populações subalternizadas, que em muitos casos aparecem como uma ameaça a “tranquilidade” dos negócios e interesses econômicos do Maranhão.

EXPOSIÇÃO DOS CONFLITOS

DUTRA; FARIA (2011) em uma análise acerca da organização das forças militares no Maranhão, em meados do século XIX, trazem informação importante a se considerar, qual seja, como foram instituídas as forças policiais da província. Segundo os autores, até a década de 1830 existiu no Maranhão “Corpos de uma Polícia Rural”, criados mediante Lei Provincial n.º. 5, de 23 de abril de 1835, que tinham dentre os seus objetivos capturar escravos fugidos, destruir e combater quilombos. Essa força policial existiu até 1838 e foi posteriormente substituída por outra, que recebeu uma nova denominação e manteve os seus objetivos, que persistiam no ataque e destruição de quilombos e “coutos de malfeitores”, sobretudo formados por escravizados fugidos e indígenas refratários aos projetos de catequese e submissão ao trabalho forçado. Essa “nova” força policial, criada em 1840 mediante Lei Provincial n.º. 98, de 15 de julho de 1840, cujo nome passou a ser “Corpo de Guardas Campestres”, foi uma das organizações atuantes mencionadas nos relatórios oficiais. A “falla” do Presidente João Antonio de Miranda, no Relatório do ano de 1841, em Assembleia na data de 03 de Julho, reforçou a importância da guarda quando asseverou sua presença nos sertões da província, afirmando que “criou-se em cada um Município um corpo de Guardas Campestres”, que atuaria a serviço do interesse dos fazendeiros e comerciantes, muitos dos quais senhores de escravos, que reclamavam dos prejuízos com fugas e formação de comunidades rebeldes, refugiadas nas matas e rios do interior.

Ainda sobre a atuação das forças policiais no Maranhão oitocentista, no Relatório de Presidente da Província proferido na Assembleia Legislativa de 03 de maio de 1839, o Presidente Manoel Felisardo de Sousa e Mello declarou:

Ainda mesmo suppondo-se a Guarda Nacional chegada ao rasoavel estado de disciplina, e os destacamentos elevados a muito maior força do que presentemente, nunca seria possível extinguirem-se os quilombos, e coutos de malfeitores com tropa de linha, ligeiros, policia, e guardas nacionaes, sem gravíssimo despendio de dinheiro publico[...]

Desta forma, compreendendo-se assim o empenho adotado pelas lideranças no exercício da repressão às organizações de populações quilombolas, havia o entendimento que o gasto com a repressão e o aparato policial ainda estava aquém do necessário para resguardar os interesses dos maiorais da terra, mesmo com desfalque do tesouro público. E em seguida, dando continuidade à sua fala, mesmo após asseverar a preocupação com as contas, vê-se que havia espaço para incentivos que pudessem estimular os que estavam empenhados em capturar fugitivos e destruir suas comunidades nas matas.

Convem pois, Senhores, que authorizeis ao Governo para mandar criar, subordinados aos Prefeitos, tantos Pedestres ou capitaes de matto, quantos exigirem as necessidades de cada Comarca, isentando-os de recrutamento de Policia, e marcando-se quatro mil reis de gratificação por cada escravo, que capturarem nas vizinhanças das casas de seus senhores, augmentando-se-lhes porem esta quantia conforme o caminho, que forem obrigados a faser[...]

Havia, portanto, a abertura de incentivos aos que pudessem se juntar ao corpo militar para bater populações rebeldes. Aos campestres podiam se juntar, inclusive, forças particulares, como era o caso dos capitães do mato ligados à milicias armadas de senhores de escravos, bastante atuantes nos sertões em empreitadas para reaver “peças” e auferir lucro com a captura de quilombolas. Esse era um dos caminhos para fortalecer investidas contra comunidades de fugitivos, que incluía o

aparato armado particular de fazendeiros interessados na manutenção dos trabalhadores escravizados sob seu estrito controle.

Mesmo de braços dados com os potentados locais, muitos dos quais também representantes dos poderes públicos, pode-se afirmar que esta forma de deliberação nem sempre alcançava êxito, nem trazia a referida paz e tranquilidade buscadas. Isto fica patente quando observamos os muitos conflitos que, de forma brutal ou não, pelos seus relatos, se travaram constantemente entre essas duas instâncias: as populações subalternizadas resistiam nas mais diversas áreas do território da província, batendo tropas oficiais e milícias.

Não se acham porem ainda pacificados os índios da nação Timbira, uma das mais ferozes, existente na Comarca de Viana, que ha alli incommodado os lavradores; mas tenho dado as providencias ao meu alcance para impedir que eles commettão qualquer attentado em prejuízo das fazendas (Relatório do Presidente da Província do Maranhão, João Silveira de Souza, em 03 de maio de 1860).

Como se vê, além da preocupação constante com quilombos, era bastante pronunciado no século XIX o desafio de pacificação de sociedades indígenas contrárias aos interesses de fazendeiros e outros exploradores das terras e populações do interior maranhense. Para além das tentativas de destruição de quilombos e perseguição de escravizados fugidos, indígenas estavam no alvo das autoridades locais, que ainda sustentavam o discurso colonizados da valorização da “civilização” supostamente através da religião e de ações de catequese, assuntos bastante presentes nos relatórios. Afinal de contas, entendia-se que a “civilização” e a “catequese” poderia converter indígenas rebeldes em peças chave nos mundos do trabalho dos sertões da província, aproveitados como força de trabalho, juntamente com a população escravizada. Esse tipo de interesse não era nada novo no Maranhão, assim como não era novidade a ferrenha resistência de indígenas contra a senha persecutória de fazendeiros e autoridades locais.

No Brasil Independente, vide o exemplo do Maranhão, se considerarmos que havia interesse em incorporar populações nativas ao grêmio da nação, estas teriam um lugar marcado nos estratos sociais mais baixos, sob rígido controle e domínio dos herdeiros dos colonizadores e outros exploradores de ascendência europeia, ciosos em garantir a prosperidade de seus negócios, à revelia de qualquer debate sobre direitos ou dignidade das sociedades indígenas. Havia empenho em “catequisar e civilizar os indígenas”, sendo tal expressão bastante recorrente nas assembleias.

Na obra de Matheus Gato de Jesus, *Racismo e Decadência*, o autor exprime essa visão das estruturas sociais na época, observando que “as classes dos índios, mulatos e negros, malgrado suas reconhecidas diferenças, são globalmente reunidas como signo de inferioridade social e cultural” (2015, p.44), sustentando a visão de que, para a época do Império, esses grupos necessitavam de apoio para que fossem alterados seus hábitos e costumes, tidos como bárbaros e/ou selvagens. Isso é, inclusive, uma denominação recebida pelos povos indígenas das mais diferentes etnias durante as assembleias.

Ainda na referida obra, o autor explana sobre ocasiões de conflito com populações subalternizadas na história do Maranhão, trazendo referências sobre autoridades que não pouparam esforços em tentar debelar e suprimir as rebeliões que marcaram o período de formação do Império (JESUS, 2015). Diversos são os momentos em que essas concepções foram observadas, como consta no Relatório do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado, em 01 de novembro de 1853:

Fallarei, por ultimo, em dois objectos, que, por sua natureza e pela especialidade do nosso paiz, tem uma relação immediata com a segurança individual. Refiro-me aos quilombos de escravos fugidos e ás incursões das tribus de indios selvagens [...] Sem me fazer cargo de demonstrar a necessidade, que havia, de libertar aquelle districto do jugo dos quilombos, que trazião-n’o ameaçado de um momento para outro de uma insurreição, que estender-

se-hia inevitavelmente ás comarcas de Alcantara e Vianna; que punhão em risco a propriedade e segurança individual de seos habitantes; que tornavão inacessiveis terrenos, aliás fertilissimos e apropriados á variadas especies de cultura; limitar-me-hei a dizer-vos, que, no dia 18 de Junho último, partiu desta capital, ao mando do Capitão Guilherme Leopoldo de Freitas, a força necessaria, munida dos competentes meios, para bater os referidos quilombos.

Com essas observações, percebendo como essas populações eram tidas como perigosas para a segurança da comunidade e das propriedades locais, a autoridade deixava bastante claro qual era seu entendimento sobre o tratamento da questão. A receita persistia e se renovava diante do interesse dos que sustentavam o poder oficial na província, grandemente concentrado nas mãos de família escravistas, espalhados em cargos e em postos de comando oficiais. As atuações das mesmas no cenário da época eram de pleno apoio ao fortalecimento dos corpos de polícia enviados para perseguir fugitivos, bater quilombos e atacar comunidades indígenas. Em mais um relatório, que segue, temos mais uma demonstração:

Na Comarca de Alcantara um grupo de escravos fugidos, na noite de 20 do mez próximo pretérito, invadiu a fazenda de lavoura denominada – Tamatatuba – dos religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo, onde assassinarão o feitor. Para a captura destes escravos fiz marchar para Alcantara nove praças commandadas por um inferior, e o doutor chefe de policia tem dado todas as providencias em ordem a realisar a captura delles, assim como o descobrimento do assassino do tenente coronel Alves (Relatório do Vice-Presidente da Província do Maranhão, José Joaquim Teixeira Vieira Berford, em 21 de dezembro de 1855).

Muitas são as menções nos relatórios que nos proporcionam o panorama dos conflitos no decorrer do século XIX, trazendo personagens ocultados, silenciados, representados em muitos casos apenas através de números, gráficos e tabelas. Esses dados, constantes nos anexos, ou no corpo dos textos, trazem informações também sobre grandes nomes que contribuíram na luta contra essas populações.

Dando continuidade à leitura das providências tomadas contra quaisquer que fossem as ações realizadas pelas populações analisadas, aparecem diversos confrontos entre elas e as tropas enviadas pelos líderes das forças policiais, a exemplo:

O mappa sob n. 2 dos crimes e factos notáveis, e de que ha noticia occorridos durante o 1. semestre deste anno, apresenta 18 homicidios e 3 tentativas de morte. Deste crescido numero de homicidios 7 se derão na comarca de Viana, em Indios Guajajaras aldeados no Alto Mearim, que tendo-se sublevado e commetido varias mortes, de que encontrareis noticia no relatório de 29 de Abril, oppuzerão á força que contra elles expedio o Subdelegado de Monção forte resistencia, de que resultou ficarem mortos 7 delles, e feridos 2 soldados. Dous na comarca do Alto Mearim forão commetidos em um recontro, que houve entre pretos de um quilombo do Termo do Codó e a força que contra elles mandou o Delegado de Policia, sendo os mortos 1 soldado e 1 escravo do quilombo. Mais uma morte resultou da resistencia á força publica, e foi a de 1 soldado da Colonia militar do Gurupy, que com outros se rebellou e desertou da colônia, cujo director mandou perseguil-os por uma força, a que resistirão, como vereis do relatorio, com que o digno Vice Presidente da Provincia me passou a administração. Deduzidas as 10 mortes, que se derão em consequencia de conflicto com a força publica, ficão 8 homicidios para toda a Provincia nesta metade do anno corrente. para toda a Provincia nesta metade do armo Entre estes homicidios conta-se 1 fratricidio commettido entre escravos na comarca da Chapada. Das 3 tentativas de morte uma foi tambem con-sequencia da lucta, que se travou entre os desertores da Colonia Militar do Gurupy e a força que os perseguio (Relatório do Presidente da Provincia do Maranhão, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, em 20 de agosto de 1857).

Neste, como em outros recortes feitos nos relatórios, os presidentes explanam nas assembleias sobre os diversos aspectos a se relatar sobre os conflitos internos. Com essas leituras fica notório reconhecer que qualquer confronto entre as populações subalternizados e as forças policiais, sejam guardas campestres, milícias ou outro grupo armado, eram bastante pormenorizados nos relatórios, o que permite vislumbrar um mapeamento dessas ocorrências e a análise dos atores envolvidos, sem perder de vista seus desdobramentos sociais e interesses econômicos no contexto oitocentista.

Nesse momento da história, reconhecendo a estruturação da sociedade que inferiorizava as populações apresentadas, autoridades buscavam demonstrar como era quantitativamente marcante a presença dessas populações no território maranhense, e como os conflitos internos que marcavam as paisagens sociais dos sertões tinham entre indígenas e quilombolas seus principais responsáveis. Simultaneamente, com a análise dos documentos, é percebível a ameaça que constantemente sofriam em decorrência de quaisquer que fossem as suas formas de organização e atos de recusa nas ordens administrativas, pois era deles sempre cobrado que se submetessem às ordens estabelecidas, e que se adaptassem aos costumes e hábitos trazidos. Era exigido que fossem mantidos “pacificados”, para que não houvesse indícios de que poderiam iniciar qualquer rebelião ou revolta, vide os casos bastante marcantes na história do Maranhão oitocentista, como a Balaiada (1838-1840) e a Insurreição de Viana (1867), só para citar dois dos exemplos mais sintomáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se concebido, através desta breve exposição de algumas menções, um exercício inicial sobre a discussão dos conflitos entre as tropas militares e as populações subalternizadas do Maranhão oitocentista através dos Relatórios de Presidente de Província, buscamos demonstrar alguns caminhos analíticos possíveis para explorar a tipologia de fonte. Ao mapear a presença de populações de negros, indígenas e mestiços, pudemos observar alguns casos nos quais havia grave preocupação sobre confrontos contra as forças oficiais a serviço das lideranças provinciais.

Fruto de um projeto submetido ao PIBIC no intuito de constatar a presença das populações subalternizadas nos documentos oficiais, várias outras possibilidades permitem que eles sejam analisados, sob diferentes aspectos. Este artigo,

portanto, se propôs a comentar, dialogando com a bibliografia e os documentos da época, como essa presença era colocada nos relatórios, que não devem ser analisados somente sob o viés de seu espectro político-partidário, em meio a alguns dos conflitos que se desenrolavam em diferentes partes do território da província. Trata-se de um primeiro ensaio crítico sobre os resultados provenientes da pesquisa que continua em execução.

Com isso, e possíveis trabalhos produzidos a partir desse ensaio, podem trazer mais detalhes sobre a exposição dos conflitos que se estabeleciam constantemente no território da Província do Maranhão, e também demonstrar como estes eram retratados nas assembleias legislativas, poderemos ver a recorrência, que era excessiva, e o tratamento dispensado à essas populações mediante a temática dos conflitos nos discursos oficiais do século XIX.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Atividade Legislativa. Legislação Informatizada** - LEI Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>> Acesso em: 10 ago. 2022

COSTA, Yuri. **Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. RBHCS. Vol. 10, nº20, Dez-2018.

DUTRA, Edvaldo Dorneles. **Ordem e desordem: recrutamento e desvio de conduta no Corpo de Polícia do Maranhão em meados do séc. XIX**. Monografia (Graduação em História). Curso de História Bacharelado, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

DUTRA, Edvaldo Dorneles.; FARIA, Regina Helena Martins de. **Alistamento voluntário para as forças militares**.

Maranhão, meados do século XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, julho/2011.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e decadência**. Tese de doutorado (Sociologia). USP: São Paulo, 2015.

Relatórios de Presidente de Província do Maranhão. **CRL Digital Delivery System**. Disponível em:<<http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1384%2C-160%2C4462%2C3147>>

SOBRE O(A)S ORGANIZADORE(A)S E O(A)S AUTORE(A)S

ORGANIZADORES

Antonio Alexandre Isidio Cardoso

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor do Colegiado de Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: alexandre.antonio@ufma.br

Davi Avelino Leal

Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia e professor de História da Amazônia no Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. daviavelino@ufam.edu.br

AUTORE(A)S

Ana Maria Bezerra Nascimento

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (1993). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2005). Doutorado em Ciências Sociais PUCSP (2020). Professora da Universidade Estadual do Piauí do curso de licenciatura em Ciências Sociais.

Anderson da Silva Machado

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI. Bolsista da CAPES/Demanda Social. Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro. E-mail: andersonmachado.789.e@gmail.com

Beatriz Oliveira Fontenele

Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/2021) Mestranda em História, Cultura e Espacialidades (PPGHCE) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) Email: biafontenele12@gmail.com

Caio Matheus Lima da Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, Centro de Ciências de Codó, Universidade Federal do Maranhão/Campus de Codó. Bolsista PIBIC/FAPEMA. E-mail: limacaio290@gmail.com

Chrigor Augusto Ribeiro

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. Contato: chrigorliberio@gmail.com.

Francisco de Assis de Souza Nascimento

Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF, G-mail: franciscoufpi@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305918928692600>

Igo Barbosa Pereira

Bacharel em Humanidades (UNILAB, 2018), Licenciado em História (UNILAB, 2020). Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: igo.barbosa@yahoo.com.br

Joel Marcos Brasil de Souza Batista

Graduando no curso de licenciatura plena em História, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) associado com o programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). G-mail: joelmarcosbrasil@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5235906662071695>

Johny Santana de Araújo

Doutor em História (UFF). Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí oitocentista (CNPq), Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, (johnysant@gmail.com).

Lorrane Costa Ribeiro

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Foi bolsista de iniciação científica do projeto Imprensa e propriedade: “Portugueses” na província do Maranhão após a Independência, MCTIC/CNPq 2018. E-mail: lorranecribeiro@gmail.com.

Maria MarcienneAndrade de Oliveira

Graduada em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA/2020) Especialista em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH) pela Universidade a Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/2022) Mestranda em História, Cultura e Espacialidades (PPGHCE) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: marcieneandrade40@gmail.com

Marcelo Creche Galves

Professor do Departamento de História/PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: marcelochecheppg@gmail.com

Mario Augusto Carvalho Bezerra

Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) – UFMA/São Luís – MA; Pesquisador da linha de pesquisa Poderes, Políticas e Sociabilidades. Graduado em História -Licenciatura – UEMA/São Luís – MA. E-mail: marioaugusto769@gmail.com

Natália Gomes de Andrade

Acadêmica do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – História, UFMA, Centro de Ciências de Codó. Membra

do Grupo de Pesquisa em História Social dos Sertões, e discente voluntária no PIBIC. E-mail: andradenatalia321@gmail.com.

Paulo Regis da Silva Albuquerque

Professor da educação básica da rede estadual do Ceará e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará, email: albuquerque367@gmail.com.

Samuel Jorge Barreto

Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), (samuelkable@gmail.com)

Rebeca Freitas Lopes

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), E-mail: rebecalopes@aluno.uespi.br

Tatiana Gonçalves de Oliveira

Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: tatianagoncalves@frn.uespi.br

ÍNDICE REMISSIVO

PERSPECTIVAS DA INDEPENDÊNCIA E DIMENSÕES DAS SOCIABILIDADES A PARTIR DO NORTE DO IMPÉRIO

Norte (11, 12, 13, 17)

Historiografia (12, 16)

Brasil (11, 12, 13, 14, 16)

Independência (11, 12, 13, 14, 17)

Trabalho (12, 13, 15, 16)

Nação (13, 15, 17)

Escravidão (12, 13, 14, 15, 16)

Maranhão (11, 14, 15, 17)

Império (11, 12, 14, 16, 17)

Grão-Pará (11, 12)

O SENTIDO DE “SER” BRASILEIRO E PORTUGUÊS: A CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE DE ACORDO COM O PROJETO REFORMISTA ILUSTRADO PORTUGUÊS (1750-1822)

Império português (25, 29)

Reformismo Ilustrado (24, 34)

História (20, 27)

Independência (19, 20, 27, 28, 31, 32, 34, 35)

Brasil (19, 20, 21, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34)

Corte Portuguesa (21, 29, 29, 30, 31, 34)

Identidade (19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34)

Ancien Régime (21, 22, 24, 34)

Comunidade imaginária (22, 29, 33)

Monarquia (23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34)

TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE “PORTUGUÊS” ANTONIO JOSÉ PINTO NAS PÁGINAS DE O CONCILIADOR (1821-1823)

Antonio José Pinto (37, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47)

Comércio transatlântico (42, 47)

Corpo de Comércio (37, 40, 44, 50)

Independência (37, 38, 39, 42, 47, 48, 49, 50)

Manifestações políticas (40)

Maranhão (37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50)

Negociante (37, 39, 40, 43, 44, 45, 48)

O Conciliador (37, 39, 43, 46, 48, 50)

Praça comercial de São Luís (38, 42, 44, 46, 47, 48)

Trajetória (37, 46, 48)

“SAIU VOSSA EXCELÊNCIA ELEITO DEPUTADO”: “CIDADÃOS” ENTRE A PROVÍNCIA DO MARANHÃO E O RIO DE JANEIRO (1825-1829)

Maranhão (51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 63)

Império (51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60)

Cortes (51, 55, 56, 61)

Cidadãos (51, 55, 57, 58, 59, 61)

Deputado (51, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63)

Constituição (53, 54, 57, 58, 60, 61, 64)

Rio de Janeiro (51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62)

Elite (52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60)

Independência (52, 53, 54, 56, 60, 61)

Província (51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62)

**VARIA FORTUNA DE UM SOLDADO PORTUGUÊS: A
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO MAJOR JOÃO JOSÉ DA
CUNHA FIDIÉ NA HISTÓRIA DO PIAUÍ (1907-1979)**

Batalha do Jenipapo (67, 68, 69, 74, 76, 78, 79, 80)

Fidié (67, 68, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82)

História (67, 68, 70, 72, 73, 76, 79, 81, 82)

Historiografia das guerras (67)

Historiografia Piauiense (70, 71, 75)

Identidade brasileira (72)

Independência (67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82)

Literatura (71, 74)

Memória (67, 69, 70, 72, 81)

Piauí (67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82)

**ABDIAS NEVES: SERTÃO E SERTANEJOS
ENTRE GUERRAS E BATALHAS DOS BRASIS DA
INDEPENDÊNCIA**

Batalha (85, 92, 93,94)

Marcha (91,93,94)

Mentalidades (85,92)

Neves, Abdias (85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,98)

Oeiras (87,88)

Parnaíba (86,88,89,92)

Piauí (88,87,93,95,98)

Regionalismo (96,97)

Sertanejos (85,90,94,98)

Campo Maior (88, 89, 90,92)

Candido, Antonio (85,87,88,90,97,98)

Cunha, Euclides (86,94,95)

Fidié, José da Cunha (85,86,87,89,91,92,93,98)

Guerras (85,87,89,93,94,98)

Independencia (85,90,91,94,98)

Jenipapo (85,87,92,93,94,95,98)

Literatura (87,96,97,98)

VIOLÊNCIA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA: ESCRAVOS NOS NOTICIÁRIOS JORNALÍSTICOS DO PIAUÍ DE 1848-1885

Conflitos (101, 105)

Escravidão (107, 110, 111, 112, 113)

Estratégias (112)

História (114, 115)

Imprensa (102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112)

Jornais (104, 105, 108, 111, 113)

Piauí (101, 102, 103, 104, 108, 113)

Representações (101)

Resistência (101, 112, 113)

Violência (101, 105, 113)

ANÚNCIOS DE FUGAS DE ESCRAVIZADOS NO DIÁRIO DO MARANHÃO (1855-1880)

Mundos do Trabalho (117, 128, 130)

Anúncios de Fuga (117, 120, 123, 124, 128, 130)

Diário do Maranhão (117, 118, 119, 121, 122, 124, 128)

Escravidão (118, 119)

Escravizado (117, 118, 129)

Imprensa (118, 119)

Liberdade (119, 123, 124, 125, 126)

Resistência (117, 118, 119, 128, 130)

Sistema Escravista (118, 119, 123, 125, 126)

Trabalho (118, 120, 122, 124, 126, 129)

O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS EMANCIPACIONISTAS NO PIAUÍ (1884 - 1885): A POLÍTICA DO ELEMENTO SERVIL

Abolição (133, 134, 138, 139, 142, 144, 145, 149)

Disciplinarização (134, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149)

Elemento Servil (133, 134, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 145, 147, 148, 149)

Emancipacionistas (134, 135, 139, 141, 142, 145, 148)

Escravizados (133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149,)

Império (133, 134, 138, 139, 140, 145, 147, 148, 149,)

Libertos (138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149)

Nação (133, 134, 135, 136, 138, 139, 143, 145, 147, 148)

Negro (135, 145, 147, 149, 150)

Piauí (133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 149,)

EM NOME DA SENHORA DA CONCEIÇÃO: O PROCESSO DE DEFINHAMENTO DA IRMANDADE TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CE

Almofala (156, 157, 158, 159, 161, 162,163, 167, 168)

Colonial (156, 158, 159, 160, 169)

Compromisso (161, 162, 163, 165)

Conceição (156, 159, 160, 162, 163, 164, 167)

Confrarias (156, 161, 167,168)

Definhamento (164,167)

Indígena (156, 157, 159, 160, 163, 164)

Irmandade (156,160, 161, 162, 163, 164, 165, 167)

Processo (155, 156, 159, 160, 164, 165, 168)

Tremembé (156, 158, 159, 160, 164)

DA CRÔNICA DA EXTINÇÃO AO PROTAGONISMO INDÍGENA NA HISTÓRIA DO PIAUÍ

Caboclos Akroá-Gamela (173, 180, 181, 182, 184)

Crônica da extinção (175)

Direitos (173, 175, 180, 182, 183)

Gueguês do Sangue (173, 179, 181, 182, 183)

História do Piauí (179)

Historiografia (171,172, 176, 180, 183)

Mulheres indígenas (173, 184)

Povos indígenas (171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184)

Protagonismo indígena (174, 182)

Uruçuí(173, 180, 181, 182, 183, 184)

**TRABALHO E POBREZA EM BATURTÉ: USOS E ABUSOS
DESSA CONDIÇÃO**

Agricultura (187, 188, 193)

Baturité (187,188,189,192,196, 197, 198, 199, 201)

Controle (194, 197, 198, 199)

Escravo (187, 188, 189, 190, 191, 196, 201)

Estrada de Ferro (197, 199)

Livre (188, 191, 192, 194, 195, 196, 199, 202)

Pobreza (187,192)

Província (187, 188, 193, 194,195)

Século XIX (190, 193)

*Trabalho (187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199,
200, 202)*

**ESTRANGEIROS E ECONOMIA MONETÁRIA NO CEARÁ
PROVINCIAL: COMÉRCIO E PRECARIÉDADE DO MEIO
CIRCULANTE (1850-1858)**

Ceará (207, 208, 209, 211)

Comerciantes (204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 214)

Crédito (206, 207, 208, 209, 213)

Emissão (204, 206, 208, 211, 214)

Jornal (206, 207, 210, 211, 212, 213)

Mercado (204, 206, 208, 209, 211, 214)

Monetária (203, 205, 209, 214)

Negociantes (204, 206, 209)

Papel moeda (204, 205, 208, 209, 214)

Vales (206, 209, 211, 212, 214)

MENÇÕES AOS CONFLITOS ENTRE TROPAS MILITARES E POPULAÇÕES SUBALTERNIZADAS DO MARANHÃO OITOCENTISTA NOS RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

Assembleias Legislativas (218, 220, 226)

Conflitos (218, 221, 222, 223, 224, 225, 226)

Maranhão oitocentista (217, 220, 225)

Populações subalternizadas (217, 219, 221, 222, 224, 225)

Quilombos (219, 220, 221, 222, 223, 224)

Relatórios de Presidente de Província (220, 221, 222, 223, 224, 225)

Repressões (218, 220)

Trabalho (217, 219, 221)

Tranquilidade (218, 219, 221)

Tropas/ forças militares (218, 219, 221, 225)

Os textos contemplados no presente volume dão conta dessas experiências de independência e sociabilidades nesses múltiplos Brasis em construção. São trabalhos resultantes de recortes específicos de pesquisas de monografia, iniciação científica, dissertações e teses de doutorado que verticalizam discussões no campo da história política, história social da escravidão, história indígena e do indigenismo, dentre outras temáticas de grande interesse para o entendimento de facetas do processo de independência e seus desdobramentos na formação do Estado Nação.



**Universidade
Estadual do Piauí**

